



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL  
DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**ANA CAROLINA ARAÚJO FERNANDES**

***Redenção ou Repetição?  
Projeto Apolo entre estratégias e questionamentos em torno do  
neoextrativismo minerário em Caeté-MG***

Goiânia,  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

**ANA CAROLINA ARAÚJO FERNANDES**

#### 3. Título do trabalho

Redenção ou Repetição? Projeto Apolo entre estratégias e questionamentos em torno do neoextrativismo mineral em Caeté-MG

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Araújo Fernandes, Usuário Externo**, em 13/11/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 13/11/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5787220** e o código CRC **C7124BC5**.

---

Ana Carolina Araújo Fernandes

***Redenção ou Repetição?***  
***Projeto Apolo entre estratégias e questionamentos em torno do***  
***neoextrativismo mineral em Caeté-MG***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia Social.

Linha de pesquisa: Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fernandes, Ana Carolina Araújo

Redenção ou Repetição? [manuscrito] : Projeto Apolo entre estratégias e questionamentos em torno do neoextrativismo minerário em Caeté-MG / Ana Carolina Araújo Fernandes. - 2025.  
176 f.: il.

Orientador: Prof. Suzane de Alencar Vieira.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Projeto Apolo. 2. Mineração em Larga Escala. 3. Antropoceno. 4. Neoextrativismo. 5. Caeté-MG. I. Vieira, Suzane de Alencar, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 006/25-D da sessão de Defesa de Tese de **ANA CAROLINA ARAÚJO FERNANDES**, que lhe confere o título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2025, às 09:00 horas, em sessão realizada de forma online, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **ANA CAROLINA ARAÚJO FERNANDES**, intitulada “*Redenção ou Repetição? Projeto Apolo entre estratégias e questionamentos em torno do neoextrativismo mineral em Caeté-MG*”. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Suzane de Alencar Vieira (PPGAS/UFG – presidenta e orientadora); Henyo Trindade Barreto Filho (UnB – membro externo); Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG – membro externa); Bruno Milanez (UFJF – membro externo) e Luis Felipe Kojima Hirano (PPGAS/UFG – membro interno). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à doutoranda o seguinte resultado: aprovada por seus membros. Reabertos os trabalhos, a presidenta proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e pelos/as demais integrantes da Banca Examinadora.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 08/10/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Kojima Hirano, Professor do Magistério Superior**, em 08/10/2025, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Oliveira Santos Teixeira, Usuário Externo**, em 08/10/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henyo Trindade Barreto Filho, Usuário Externo**, em 12/10/2025, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Milanez, Usuário Externo**, em 17/10/2025, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5634184** e o código CRC **CA142015**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.047155/2025-48

SEI nº 5634184

Banca Examinadora

---

Professor Dra. Suzane de Alencar Vieira- Orientadora  
(PPGAS/UFG)

---

Professor Dr. Henyo Trindade Barreto Filho  
(Examinador Externo - Unb)

---

Professora Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira  
(Examinadora Externa - UFMG)

---

Professor Dr. Bruno Milanez  
(Examinadora Externa - UFJF)

---

Professor Dr. Luis Felipe Kojima Hirano  
(Examinadora Externa - UFJF)

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer ao tempo, que passa, transforma e ensina.

Agradeço a todas as pessoas moradoras de Morro Vermelho que se dispuseram a compartilhar comigo suas mais sinceras vivências, aspirações, temores e indignações. Sinceramente, muito obrigada.

Agradeço à minha orientadora por acreditar em mim e nunca ter soltado a minha mão.

Agradeço à minha família, pelo conforto do lar e pelo afeto nessa jornada que foi longa.

Agradeço à Capes pela bolsa concedida durante parte do doutorado, sem a qual seria mais difícil a dedicação exclusiva que me proporcionei nos últimos dois anos.

Obrigada a todos que passaram por mim nessa trajetória de quatro anos e mostraram os melhores sentimentos para com minha pesquisa. Às vezes o mais sincero afago vem em horinhas de descuido.

## **RESUMO**

Esta tese trata sobre a trajetória de um projeto de mineração em larga escala que pretende se instalar na cidade de Caeté, Minas Gerais, mais especificamente em áreas do distrito de Morro Vermelho. O projeto, denominado como Apolo, é um projeto da mineradora Vale-S.A que está há mais de uma década investindo na proposta e tentando conseguir as devidas licenças ambientais para instalação e operação. A partir desse problema de pesquisa, exploro através de análises etnográficas, entrevistas, materiais de divulgação, referências bibliográficas, dentre outras fontes de análise, este tema especialmente sobre a perspectiva e vivência dos moradores da cidade e do distrito, mas também abordo como o movimento ambientalista e a própria empresa mineradora se posicionam. A partir do caso etnográfico, a tese se desdobra para discussões mais amplas como o Antropoceno e o Neoextrativismo, sempre tendo por base o diálogo com a realidade vivida na cidade e no distrito que vivenciam dilemas e aspirações com a investida de um projeto de grande porte.

Palavras-chave: Projeto Apolo, Mineração em Larga Escala, Antropoceno, Neoextrativismo, Caeté-MG

## **ABSTRACT**

This thesis examines the trajectory of a large-scale mining project planned for the city of Caeté, Minas Gerais, specifically in the Morro Vermelho district. The project, known as Apolo, is a project run by the mining company Vale-S.A., which has been investing in the project for over a decade and attempting to obtain the necessary environmental permits for installation and operation. Based on this research problem, I explore this topic through ethnographic analysis, interviews, promotional materials, bibliographic references, and other sources, particularly from the perspectives and experiences of the city and district's residents. I also address the positioning of the environmental movement and the mining company itself. Based on this ethnographic case study, the thesis expands into broader discussions such as the Anthropocene and Neoextractivism, always grounded in a dialogue with the realities of the city and district, which face dilemmas and aspirations arising from the onslaught of a large-scale project.

**Keywords:** Apolo Project, Large-Scale Mining, Anthropocene, Neo-extractivism, Caeté-MG

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1.Uma história sobre uma cidade e sobre a vida no planeta</b> .....	24
<b>1.1 Caeté</b> .....	26
1.1.1 Serra da Piedade- uma paisagem companheira.....	34
<b>1.2 Morro Vermelho</b> .....	39
<b>1.3 Projeto Apolo- Vale S.A</b> .....	55
<b>2. Antropoceno: um conceito em disputa, um mundo em crise</b> .....	68
<b>2.1 Um tempo geológico para chamar de seu?</b> .....	68
2.1.1 Um conceito, muitas controvérsias.....	71
<b>2.2 Visões do Morro Vermelho sobre o Antropoceno</b> .....	76
<b>2.3 Outras propostas conceituais</b> .....	83
2.3.1 Um planeta, muitos mundos .....	88
<b>2.4 Uma proposta para o mundo a partir de Morro Vermelho</b> .....	90
2.4.1 Interlocuções entre os moradores de Morro Vermelho e a discussão acadêmica sobre o Antropoceno.....	96
<b>3. A PROMESSA</b> .....	99
<b>3.1 Mineração Global, estratégias de licenças comunitárias e o manejo da esperança</b> .....	99
<b>3.2 A Palavra: promessa, testemunho e dramatização</b> .....	117
<b>4. Neoextrativismo e Futuro: interdependência ou competitividade?</b> .....	138
<b>4.1 Neoextrativismo</b> .....	140
<b>4.2 Mineração do Futuro</b> .....	145
<b>4.3 Discurso dos Ambientalistas</b> .....	150
<b>4.4 “Tem que Vigiar”:</b> preocupações da população .....	156
<b>4.5 Futuro</b> .....	158
<b>Conclusão</b> .....	165
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	170

## **LISTA DE SIGLAS**

**ARMBH** – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

**CFEM**- Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

**CNI** - Conselho Nacional de Indústrias

**DNPM**- Departamento Nacional de Produção Mineral

**EIA**- Estudo de Impacto Ambiental

**EPI** –Equipamento de Proteção Individual

**Feam**- Fundação Estadual de Meio Ambiente

**FEC**- Fundação Educacional de Caeté

**FIEMG**- Federação das Indústrias dos Estado de Minas Gerais

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IEPHA**- Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico

**IPHAN**- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ISWA** - International Solid Waste Association

**LSO** - Licença Social para Operar

**MACACA**- Movimento Artístico Cultural e Ambiental de Caeté

**Metabase-BH** – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e de Metais Básicos.

**OIT** –Organização Internacional do Trabalho

**ONG** - Organização Não Governamental

**PIB** – Produto Interno Bruto

**RIMA**- Relatório de Impacto Ambiental

**TRF-6** – Tribunal Regional Federal da 6ª Região

**UFMG**- Universidade Federal de Minas Gerais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Figuras

Figura 1 – Localização de Caeté no Estado de Minas Gerais. ....	28
Figura 2 – Caeté, seus distritos e municípios vizinhos. ....	28
Figura 3 – Polígonos cadastrados no DNPM situados em Caeté e seu entorno. ....	33
Figura 4 - Mineradoras que circundam Caeté. ....	34
Figura 5 - Tipo base de fachada em Morro Vermelho. ....	43
Figura 6 - Variações do tipo base, fachadas de 10 a 12 m, versões tradicionais e diacrônicas. ....	43
Figura 7 – Convite para reunião de Diálogo Social Participativo. ....	104
Figura 8 - Folder do Programa Valorizar Caeté. ....	107
Figura 9 - Frames de vídeo "Projeto Apolo - Um Novo Conceito". ....	111
Figura 10 - Estrutura do projeto Apolo, distância da Cava para áreas limítrofes do Parque Nacional Serra do Gandarela. ....	149
Figura 11 - Print de vídeo "Projeto Apolo - Um Novo Conceito." ....	151
Figura 12 - Folder da Vale-Conheça o Projeto Apolo. ....	152
Figura 13 - Jornal Gandarela: Projeto Apolo a ameaça está de volta. ....	153
Figura 14 - Prejuízos para Caeté do Projeto Apolo. ....	154
Figura 15 - Novo conceito? ....	154

### Lista de Fotografias

Fotografia 1 - Vista da Serra da Piedade a partir do distrito Penha, em Caeté. ....	29
Fotografia 2 - Vista da Serra da Piedade a partir de Caeté. ....	30
Fotografia 3 - Mineração na Serra da Piedade. ....	30
Fotografia 4 - Visão aérea do topo da Serra da Piedade onde ficam situados dentre outras construções, o observatório astronômico da UFMG; e a Basílica Estadual das Romarias. ....	36
Fotografia 5 - Registros da mesma construção em anos diferentes. ....	44
Fotografia 6 - Rua “tronco” em Morro Vermelho. ....	44
Fotografia 7 - Visão panorâmica da rua principal de Morro Vermelho. ....	45
Fotografia 8 - Igreja Nossa Senhora de Nazareth e Casa Paroquial. ....	45
Fotografia 9 - Cavalhada de Nossa Senhora de Nazareth. ....	47
Fotografia 10 - Cavaleiros trançando o mastro. ....	47
Fotografia 11 - Banda Santa Cecília com o Sr. Zé Leal à frente. ....	48
Fotografia 12 - Cachoeira de Santo Antônio em Morro Vermelho. ....	49
Fotografia 13 - Vista do distrito de Morro Vermelho com o Morro de Santa Cruz ao alto. ....	54

<b>Fotografia 14 - Morro de Santa Cruz visto da estrada Caeté-Morro Vermelho. ....</b>	<b>54</b>
<b>Fotografia 15 - Horta do Seu Hélio. ....</b>	<b>79</b>
<b>Fotografia 16 - Oficina com a Vale. ....</b>	<b>105</b>
<b>Fotografia 17 - Primeiro Plano: prefeito Lucas Coelho e Dona Lúcia, Úrsula (primeira-dama) e Sr. Hélio Marques. Último plano: de azul, Pedro Sacaldini, analista master de Relações Institucionais da Vale. ....</b>	<b>109</b>
<b>Fotografia 18 - Fala de Annelisa, funcionária da Vale e moradora de Caeté.....</b>	<b>124</b>
<b>Fotografia 19 - Ambientalista moradora de fora de Caeté. ....</b>	<b>130</b>
<b>Fotografia 20 - Funcionários e diretores da Vale ao lado do secretário de Planejamento, vice-prefeito e prefeito (que não aparece na foto).....</b>	<b>134</b>
<b>Fotografia 21 - Plateia composta expressivamente por funcionários da Vale. ....</b>	<b>134</b>
<b>Fotografia 22 - Propaganda da Vale na televisão. ....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

O Estado de Minas Gerais e as diversas comunidades locais espalhadas em seu território, convivem desde os tempos da colonização com a questão da mineração. Este empreendimento introduzido no país em escala industrial desde o século XVII, se modernizou ao longo dos séculos, mas ainda hoje guarda características de origem bem estabelecidas: (1) o objetivo de monetizar a natureza a partir da exploração mineral; (2) a busca constante por localidades potencialmente exploráveis; (3) a inflação populacional transitória nas comunidades exploradas; (4) o enriquecimento de investidores externos às comunidades exploradas e (5) o fim daquele ciclo de exploração, abandono e busca por outras localidades.

O ciclo brevemente exposto acima, já muito visto em Minas Gerais, não é particular apenas ao Estado. Como um empreendimento global, a mineração se repete imprimindo algumas destas características pode-se dizer padrão, em diversas localidades. Tanto do território brasileiro, quanto em outros casos em territórios internacionais.

A mineração é a expressão, por antonomásia, do colonial-moderno; está nas raízes do colonialismo e da colonialidade — contraface oculta da modernidade (Dussel, 1999; Mignolo, 1995; Castro-Gómez, 2005); custo sacrificial do mundo do progresso. Se o colonial, como solo produtivo do real-moderno, aflora em qualquer elemento, aspecto ou dimensão da vida social, a perspectiva que a mineração abre sobre o colonialismo é especial, pelo vínculo radical e mutuamente constitutivo existente entre ambos. (ARÁOZ, 2020, p.135)

Certamente cada caso possui suas particularidades, e neste trabalho pretendo estudar como o empreendimento global da mineração tem atingido a cidade de Caeté e seus moradores, especialmente aqueles residentes no distrito de Morro Vermelho, localidade na qual a multinacional VALE S.A, há alguns anos mantêm o interesse de iniciar um grande projeto de mineração de minério de ferro à céu aberto. A discussão principal foca em um caso do presente, mas retomo situações já passadas na cidade com empreendimentos minerários anteriores em busca de estabelecer comparações e identificar possíveis padrões já vivenciados e possivelmente previsíveis, das consequências da mineração. Para tanto, além da pesquisa de campo em Caeté, me utilizo de análise histórica sobre mineração e outros empreendimentos no município, bem como estudos comparativos sobre a mineração em outros municípios vizinhos e outros casos no Brasil e na América Latina, procurando a identificação de padrões da atividade mineral nos diversos territórios.

Para realizar a pesquisa lidei com materiais heterogêneos e complexos: muitos momentos de observação e imersão em campo, entrevistas estruturadas e não estruturadas, participação em audiência pública, participação em oficina da empresa, análise de documentos, mapas, EIA/RIMA, materiais de divulgação como panfletos, propagandas de televisão, redes sociais, dados secundários diversos desde matérias de jornal a artigos e livros acadêmicos. Toda essa gama de materiais e fontes de análise me possibilitaram abordar o tema sempre na tentativa de abordá-lo por diversos ângulos e sempre em sua complexidade.

Ao longo desta pesquisa, procuro fazer uma retomada da história de Caeté com a mineração, desde o período colonial, com a descoberta de ouro na região pelos bandeirantes, até os tempos atuais, em que grandes empresas de capital internacional dominam a exploração minerária na cidade e em cidades vizinhas, todas pertencentes ao Quadrilátero Ferrífero, região de Minas Gerais conhecida por ser a principal província minerária do Sudeste do país. O quadrilátero ferrífero, além de ser uma região onde uma grande parte de minerais está disposta sob a terra, é também a principal região de especulação financeira por parte das mineradoras. A partir do quadrilátero ferrífero é retirada a maior parte de minério de ferro bruto produzida no Brasil. A região fica atrás do Estado do Pará apenas com relação à produção de minério de ferro beneficiado. Importante destacar que o movimento ambientalista tem nomeado a região como quadrilátero ferrífero aquífero, dando destaque para a questão da água na região, sua abundância, pois são grandes reservas de água e também o risco, de se perder este bem tão importante diante da destruição de reservas causadas pela atividade minerária.

Desde o momento em que foi encontrada pelos bandeirantes, Caeté se tornou uma cidade que gera bastante riqueza para os exploradores. O primeiro ciclo do ouro, no século XVII, muito lucrativo para os bandeirantes e para a Coroa portuguesa, dura cerca de um século e meio, até que o ouro de aluvião encontrado nas beiradas dos córregos e nas rochas deixa de ser abundante. Neste período então, Caeté e Morro Vermelho – principal localidade de exploração do ouro na região – são abandonados pelos interesses minerários e passam a sobreviver do comércio local, da agricultura e do setor de serviços.

Um longo período se passa – entre o fim do século XIX até a primeira década dos anos 2000- até que a cidade venha a ser novamente o alvo de estrangeiros interessados em suas riquezas minerais. Mesmo rodeada por grandes lavras de mineração nas cidades vizinhas, Caeté não possui até o momento um grande empreendimento minerário

exclusivamente em seu território, considerando a demarcação geo-política municipal. Parte das terras da cidade integra outros empreendimentos minerários<sup>1</sup> que acontecem em sua maior escala nos territórios demarcados como pertencentes às cidades vizinhas, o que faz com que sua arrecadação de impostos advindos desta atividade seja menor, assim como os impactos ambientais e sociais particulares de grandes empreendimentos como a mineração em larga escala também sejam.

A partir do ano de 2009, um grande projeto de mineração de minério de ferro com a intencionalidade de se instalar quase que integralmente em terras do município, em regiões pertencentes ao distrito de Morro Vermelho, se apresenta. Começa uma longa história de embates, assédios, dúvidas, curiosidades e ansiedade em torno dessa possibilidade. O Projeto Apolo, da Vale S.A. se expõe para a cidade como um grande projeto capaz de extrair bilhões de toneladas de minério de ferro a céu aberto das rochas existentes na região de Morro Vermelho (Caeté) e André do Mato Dentro (Santa Bárbara).

Desde o anúncio público de interesse da Vale, os moradores de Caeté se ocupam previamente em pensar sobre as consequências desse empreendimento para a cidade. As principais linhas de preocupação e elucubração giram em torno da capacidade de gerar empregos para o município, os riscos e mudanças aos quais a população estará exposta com a chegada de um substancial contingente de pessoas de fora para trabalhar no projeto, os riscos ambientais que corre o município e, em especial, seus mananciais de água existentes na área de interesse do projeto. São dilemas, suposições e perguntas até então pouco esclarecidos, com os quais a população da cidade convive há mais de 16 anos. São mais de 16 anos de um estado de expectativa contínuo, de dúvida, suspense, receios e esperanças. A mineradora tem ciência sobre essa série de sentimentos e tenta governar parte deles através de suas ações locais, desde atividades de diálogo à investimentos na infraestrutura, todas com intenções de gerir e tangenciar esses afetos para próximo do empreendimento.

A Vale não obteve êxito na primeira versão do projeto enviado aos órgãos ambientais competentes em 2009, para a emissão das licenças ambientais (prévia, instalação e operação). Muitos trechos deste projeto eram especialmente delicados, como a previsão de construção de uma barragem a montante, próximo da cidade de Raposos, e

---

<sup>1</sup> Mina Cuiabá-Lamego, empresa Anglo Gol Ashanti, divisa entre Caeté e Sabará, maior parte da mina em território considerado de Sabará; Mina Brumado, empresa AVG, localizada aos pés da Serra da Piedade-Caeté, região delimitada como pertencente à Sabará; Mina Complexo Roça Grande, empresa Jaguar Mining, próximo ao distrito de Rancho Novo-Caeté.

o interesse pela mineração na área da Serra do Gandarela. Grande parte das terras ambicionadas pela Vale estava em sobreposição com áreas requeridas por ambientalistas para a criação de um parque nacional de conservação. O embate entre os interesses da Vale e a preocupação dos ambientalistas será abordado na tese, mas pode-se adiantar que em um primeiro momento, no ano de 2014, os ambientalistas têm uma vitória com a homologação do Parque Nacional (Parna) da Serra do Gandarela – embora em uma área menor do que a requerida – e a Vale arquiva os processos de Apolo.

Apenas em 2021, após acontecimentos críticos de repercussão nacional e internacional envolvendo a empresa, como o rompimento das barragens de Fundão (2015, Mariana- MG) e Brumadinho (2019, Brumadinho-MG), a empresa volta a protocolar um pedido de licenciamento ambiental para a execução do projeto. Neste novo projeto, atendendo à legislação estadual, que também sofreu alterações após esses desastres, a Vale desiste da implantação de uma barragem de rejeitos e reduz a área requerida para exploração. Dessa vez, o projeto Apolo não apresenta sobreposição com as áreas do agora Parque Nacional do Gandarela, no entanto, requer ocupar limites muito próximos. Por motivos não muito claros, a diminuição de áreas do parque nacional ocorrida em 2014 deixou de fora justamente as áreas de interesse da Vale pertencentes aos distritos de Morro Vermelho e André do Mato Dentro.

Após a apresentação do novo pedido de licenciamento aos órgãos públicos, a Vale adota uma estratégia de se fazer presente nas localidades que serão atingidas pelo empreendimento. Mesmo com o projeto ainda não licenciado, representantes da empresa circulam pela cidade e seus distritos num carro que funciona como posto de informação móvel sobre o projeto. Oficinas de diálogo social<sup>2</sup> já estão sendo feitas; entrevistas com lideranças e até mesmo projetos de financiamento já se acham em execução. O principal deles é a participação no asfaltamento da estrada de terra Caeté-Morro Vermelho, um projeto de aproximadamente 13 milhões de reais, além de pequenos financiamentos a organizações da sociedade civil através de um programa chamado “valorizar”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Diálogo Social é o nome dado no ramo dos grandes empreendimentos, especialmente em casos de empresas de Mineração, para os setores e funcionários dedicados ao relacionamento entre empresa e comunidades atingidas pelos empreendimentos empresariais. As atividades de relacionamento, independente do teor de cada interação, são geralmente nomeadas como “diálogo”.

<sup>3</sup> Segundo a Vale, o “Programa Valorizar é uma iniciativa da Vale que tem como objetivo contribuir para fortalecer organizações sociais por meio de investimento em recursos financeiros e atividades de consultoria e capacitação.”. Mais informações disponíveis em: <https://vale.com/pt/programa-valorizar-2024-bar%C3%A3o-de-cocais-e-santa-b%C3%A1rbara1>.

A retomada da presença da Vale na localidade reanima antigas preocupações e também aspirações. Interessada em entender os posicionamentos, dilemas e opiniões de atores relevantes neste caso, iniciei em maio de 2023 um esforço etnográfico a fim de conhecer o que pensam os moradores de Morro Vermelho sobre o empreendimento, quais são suas principais reticências e também anseios envolvendo este projeto. Procurei também por representantes da mineradora interessada a fim de conseguir uma entrevista e assim conhecer o ponto de vista da Vale sobre o Apolo e sobre a localidade em que pretende funcionar. Junto a isso, busquei representantes do poder público municipal, a fim de saber qual a relevância econômica da mineração para Caeté hoje, quais as expectativas do poder público com a vinda de mais um projeto no porte da Vale e como o poder público tem se organizado para as mudanças que um projeto como este impõe à municipalidade. Além do posicionamento destes interlocutores sobre o caso do projeto Apolo, agora tratado com mais atenção devido ao interesse em curso, buscava compreender a visão destes atores sobre a mineração de larga escala em uma discussão mais ampla. A questão do Antropoceno e as más condições de vida que as atividades humanas têm gerado para si a partir de seus diversos empreendimentos sobre a Terra, dentre eles a mineração, era um ponto de questionamento o qual tinha interesse, pois pretendo abordar na tese. Por isso, buscava pela narrativa de cada um destes atores diferentemente localizados na discussão sobre a mineração na cidade, para assim conseguir estabelecer uma discussão mais complexa, considerando os diferentes pontos de vista sobre este momento histórico-social e geológico que vivemos.

De todos estes atores procurados, só obtive sucesso no contato com as pessoas moradoras de Caeté e Morro Vermelho. Embora tenha estado com pessoas representantes da Vale – sejam terceirizadas ou contratadas da empresa – em mais de um momento desde que comecei o meu trabalho de campo, nenhuma delas se disponibilizou a conceder uma entrevista. Fui recomendada pela analista de relações com comunidades responsável pelo projeto Apolo na região a enviar um *e-mail* para a Vale, requisitando a entrevista. Segui seu conselho, no entanto, após mais de dois meses de ter enviado o *e-mail* e encontrado com essa pessoa numa oficina em Morro Vermelho, recebi a resposta da Vale dizendo que neste momento não poderia ceder qualquer entrevista, já que o projeto ainda estava em fase de licenciamento. Interessante que mesmo estando em fase de licenciamento, a empresa não se furta de fazer atividades de campo na cidade bem como de aparecer junto ao poder público municipal em matérias jornalísticas que exaltam os investimentos financeiros e parcerias que já tem feito na cidade. A Prefeitura de Caeté, nas figuras do

secretário de Meio Ambiente, para o qual liguei para o seu gabinete e mandei *e-mail* solicitando um encontro, e do prefeito, não respondeu à minha solicitação.<sup>4</sup>

Já com os cidadãos de Caeté obtive maior êxito. Embora eu seja nascida em Caeté e esteja há pelo menos três anos com moradia fixa na cidade, não conheço muitas pessoas da cidade, especialmente as moradoras e moradores de Morro Vermelho. Pensando nisso, contei com a ajuda de pessoas-chave para me apresentar aos moradores do Morro e me auxiliarem a solicitar uma entrevista. Essas pessoas foram Maria Luiza, minha massagista, moradora de Morro Vermelho e com bons contatos entre as pessoas do distrito; meu pai, Modesto, e minha mãe, Inez. Meus pais, comerciantes na cidade, são bastante conhecidos e também conhecem muitas pessoas. O arcabouço de contatos que ambos possuem me ajudou a localizar as primeiras pessoas disponíveis a conversar comigo sobre este tema.

Desde maio de 2023, quando decidi por fazer minha pesquisa em Caeté, me posicionei na cidade com uma postura para além de moradora<sup>5</sup>. Me imbuí de procurar e dar especial atenção para os assuntos envolvendo a mineração na cidade e na região, especialmente o caso do projeto Apolo, mas não apenas ele. Como moradora de Caeté, já estava habituada a ter sempre as especulações locais sobre o projeto Apolo entre as rodas de conversa, bem como outros assuntos sobre outras minerações. Já me interessava pelo tema, mas não tinha a atenção de quem deseja se dedicar a uma pesquisa. A partir daquele momento de decisão, as caminhadas pela cidade, os assuntos com pessoas conhecidas, as fofocas e também as notícias jornalísticas sobre este tema ganharam outro tipo de atenção da minha parte. Antes mesmo de realizar alguma entrevista estruturada, com algum morador convidado, apurei meu olhar e minha dedicação à escuta para este tema tão presente no dia a dia local.

Comecei as atividades de campo na minha cidade através das caminhadas que realizo semanalmente com o meu cachorro, Caraíva. São dois os principais itinerários que realizo com o Caraíva e ambos renderam observações e interações importantes. O primeiro itinerário de passeio passa por uma pousada da cidade e é possível se observar o estacionamento, pois é aberto. Esta que é a principal pousada da cidade, encontra-se sempre cheia de hóspedes que são trabalhadores em atividades ligadas à mineração. O

---

<sup>4</sup> Prefeito Lucas Coelho (2016-2024) Partido: AVANTE; Secretário de Meio Ambiente Marcelo Garabini.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que este não era meu tema inicial de pesquisa no doutorado. Estava de 2021 até o começo de 2023 vinculada a um projeto sobre Patrimônio Cultural, quando em 2023 resolvo mudar o tema da minha pesquisa e a orientação, começando minha pesquisa em Caeté e novas leituras pertinentes ao tema.

pátio da pousada está sempre cheio de picapes e carros mais robustos, como por exemplo, Jeeps Renegade, sempre sujos de pó de estrada de terra e minério. Este tipo de veículo tem aumentado consideravelmente o trânsito na cidade nos últimos dois anos, um indicativo da intensificação da atividade de mineração em áreas próximas a Caeté e também da prospecção minerária na própria cidade. Foram muitos dias passando pelo mesmo caminho, onde pude comprovar esta observação. Além disso, tive uma conversa informal com o gerente da pousada e ele confirmou que praticamente a totalidade de seus hóspedes neste último período de tempo são de pessoas ligadas à mineração, vindo desse público a principal renda do local. Nesta primeira conversa solicitei uma entrevista mais detida com o gerente da pousada, que em um primeiro momento concordou e me passou seu telefone para que marcássemos um horário, mas depois não respondeu minhas mensagens.

Outro itinerário que faço com o Caraíva passa por uma praça onde encontrei pela primeira vez os profissionais responsáveis pela apresentação do projeto Apolo para a comunidade da cidade de Caeté e seus distritos. Esta era a praça de José Brandão, mas como me explicaram e pude comprovar mais tarde, estavam a cada semana em um ponto da cidade. Estes profissionais, na verdade são funcionários da Amplo, uma terceirizada responsável dentre outras coisas, pela execução do Estudo de Impacto Ambiental do projeto Apolo. Depois deste primeiro dia, estive com estes profissionais em outras quatro situações. Três delas quando estavam prestando o serviço de informação à comunidade em outros pontos de Caeté e no distrito do Morro Vermelho, e em outra oportunidade, em uma oficina promovida pela Vale com os moradores do Morro Vermelho. Algumas coisas interessantes que notei nestes primeiros contatos com os representantes da Vale é que, mesmo estando ali para prestarem informações, eles calçavam botas robustas estilo EPI (equipamento de proteção individual) e camisas uniformizadas, um traje facilmente associável a mineração. Outro ponto é que para explicar o projeto, estes rapazes possuíam um computador conectado a um site com várias abas e a partir de um esquema prévio, eles apresentam uma explicação básica sobre o projeto. Para mim a apresentação consistiu em mostrar os municípios e distritos existentes na área de intenção da mineração; o projeto de construção de uma linha de ferro para conectar o projeto Apolo com a já existente linha de ferro que leva o minério de Minas Gerais ao porto do Espírito Santo; uma planta básica da cava que explica a distribuição das áreas de trabalho na mina, desde a escavação, separação do minério até o transporte. Durante estas etapas da explicação é destacado que não haverá barragens, já que não é mais permitido após os desastres

acontecidos e que as implosões e explosões que serão feitas nas áreas de mineração não afetarão as cavernas arqueológicas existentes no Parque da Serra do Gandarela que é limítrofe à área pretendida pelo projeto Apolo.

A explicação dos representantes terceirizados pode ir se estendendo na medida em que perguntas são feitas. Perguntei, por exemplo, sobre o risco de “secar a água”, preocupação que ouvi da moradora do Morro Vermelho. Então nesse momento, os rapazes abriram uma aba “água” no site explicativo e discorreram a explicação existente no projeto sobre este tópico. Neste momento me lembrei das oficinas de direito para comunidades tradicionais que eu participava quando estudante de graduação e de uma fala que o professor Aderval Costa Filho sempre destacava para os participantes como forma de alerta e provocação: “O direito vai até onde o conhecimento alcança”.

Nas minhas andanças diárias pela cidade, seja a pé ou de carro, observei a intensificação da circulação de carretas de minério pelas vias de Caeté; em especial na principal avenida que passa pelo bairro de maior concentração de comércio e pessoas, a Pedra Branca. Em maio, quando coloquei mais interesse sobre esse fenômeno que vinha ocorrendo na cidade cada vez com maior intensidade, a discussão sobre os transtornos ocasionados por esse fluxo repentino de carretas da mineração não era tão constante. Já a partir de dezembro de 2023, esse se tornou um debate público muito comentado na cidade, nas páginas de notícias locais, nas rodas de conversa presenciais e on-line.

A partir desse debate público, a população tomou conhecimento que estas carretas estavam ligadas à Mineradora Serra do Lopes, localizada formalmente em áreas pertencentes ao município de Santa Bárbara, mas estrategicamente mais próxima à Caeté, que por sua vez, está mais próxima à BR 381, rota realizada pelas carretas para escoamento do minério para pontos estratégicos até chegar ao porto de Vitória-ES, e de lá, seguir viagem até o destino de beneficiamento, dentre eles o mais conhecido, a China.

Mesmo não recebendo impostos referentes a mineração realizada na Serra do Lopes, Caeté arca com o ônus do transporte de carga da mineradora. Esta por sua vez, emprega cerca de setenta pessoas da cidade. E os embates sobre a necessidade de se encher as vias da cidade de carretas transportadoras de minério, ocorrem cada vez mais. Caeté não possuía convívio com esta face da mineração mais invasiva e intensa até então.

Foram muitas conversas informais com moradores da cidade sobre temas relativos à mineração, e em se tratando de entrevista estruturada, entrevistei seis pessoas<sup>6</sup>. A primeira delas foi o Sr. Hélio Marques, o Seu Hélio. Seu Hélio, no momento da entrevista, estava com 89 anos. É um produtor rural que vive principalmente do plantio e da venda de eucalipto. É uma pessoa muito conhecida e querida em Morro Vermelho; no passado já foi caminhoneiro e transportava carga da antiga siderúrgica Companhia Ferro Brasileiro (empresa que foi importante para a economia de Caeté entre os anos 1930 e 1990), além de vereador da cidade. Seu Hélio está sempre muito interessado na política da cidade e se apresentou como uma pessoa extremamente trabalhadora. Para se ter uma ideia, quando chegamos a sua casa – um sábado, na hora do almoço – o encontramos no alto do lote da sua casa, onde há uma horta, plantando umas mudinhas de hortaliças. Como explicou, trabalhar é o que o mantém vivo. Para ele a vida não faz sentido sem uma atividade.

O que eu acho bom na vida é trabalhar, só isso. Eu trabalho todo dia. Eu não tendo escala, eu fico triste. Eu tenho que me programar pra amanhã. Por exemplo, amanhã cedo (domingo) vocês podem vir cá que vocês não me acham, eu tô lá pro mato. Eu gosto de tudo é assim.

Seu Hélio.

Após o Seu Hélio, entrevistei a jornalista Adriana Pinheiro Leal. Adriana é uma mulher adulta cerca de 45 anos, trabalha em Belo Horizonte em uma emissora de TV durante a semana e está sempre aos finais de semana na casa da sua família em Morro Vermelho. Ela se descreveu como uma pessoa muito ligada à cultura de Morro Vermelho. O distrito possui várias celebrações tradicionais mantidas há mais de trezentos anos por seus moradores; a mais grandiosa delas é a Cavahada de Nossa Senhora de Nazareth, mantida com muito zelo pelas pessoas do Morro. Adriana faz parte de uma das famílias responsáveis pela organização dessa celebração, uma herança que carrega com muito orgulho, assim como o orgulho que demonstrou ter de ser natural de Morro Vermelho.

Eu levo muito pra fora tudo o que eu vivo aqui e participo no dia a dia aqui. Eu tenho um diferencial fora. Lá eu sou mais uma Adriana; aqui eu sou a Adriana, filha do Nildo, da Aparecida, de Espedito. Então os meus valores, meu caráter, meu conhecimento fazem muita diferença aí fora. Eu levo sim, todo instante. O que eu aprendi aqui é muito bom, porque mesmo a gente sendo do interior, quando a gente chega nos centros urbanos, a gente sente uma diferença muito grande (...). E aqui desde nova a gente é envolvida com essas

---

<sup>6</sup> Esta tese se vincula ao projeto de pesquisa Antropologia da vida: políticas da natureza e ontologias ambientais, do grupo Caroá. Código UFG: PIO04535-2020. Atendendo às demandas do Comitê de Ética e Pesquisa da instituição. Todas as pessoas entrevistadas foram devidamente apresentadas aos objetivos da pesquisa, estando devidamente informadas assinaram termos de consentimento para o uso de suas falas.

questões gerais de Morro Vermelho, principalmente com a cultura, com a religiosidade, as questões tradicionais, mas também com os outros assuntos né, o social, a parte esportiva. A minha família é muito ativa nesses quesitos todos. Adriana.

Algumas semanas depois da entrevista com Adriana, conheci Grasyelly Rodrigues – Grasy, como é chamada pelas pessoas de Morro Vermelho. Grasy é jovem, formada em direito; morou fora para cursar faculdade e retornou para o distrito. Hoje trabalha no cartório de Morro Vermelho, em frente à igreja Nossa Senhora de Nazareth, principal cartão-postal do distrito. Ela é criadora de uma página na rede social *Instagram* chamada Riquezas do Morro Vermelho, que estava, até novembro de 2023, com mais de 2.500 seguidores. Nesta página, Grasy divulga os pontos turísticos do distrito, as belezas naturais, as celebrações culturais e as demais festas. Grasy contou que foi muito importante para ela criar esta página, pois através desse trabalho também pôde conhecer mais do distrito em que nasceu e vive. Ela se mostrou contente em viver em Morro Vermelho, exaltando bastante a tranquilidade para se conviver e observar o tempo, a arquitetura e a natureza no distrito.

Eu moro aqui no Morro desde sempre. Eu sempre morei aqui, mas fiquei um período em Belo Horizonte para estudar, e foi disso que veio a criação da página, porque morando em Belo Horizonte, a maioria não conhece Morro Vermelho. Eu falava que era de Morro Vermelho, e o pessoal não conhecia. E eu vejo que aqui tem uma cultura muito grande, uma história, a riqueza mesmo do lugar é muito grande. Tem coisas que até eu mesma não sei, e tiveram coisas que eu descobri depois da página. Aí veio a questão de criar a página, porque eu queria mostrar o que que era o Morro Vermelho. E depois eu vi que pessoas até mesmo de Caeté não conheciam o Morro Vermelho; pessoas de Sabará, pessoas de regiões bem próximas não tinham esse conhecimento do lugar: em relação às festas, à cultura, às cachoeiras, natureza e tudo.  
Grasy.

A próxima foi a Marinalva Mendes. Liderança comunitária no Morro Vermelho, Marinalva trabalhou alguns anos no Conselho Tutelar e está sempre envolvida em causas que possam beneficiar os moradores do Morro. No dia em que conversamos, ela falou muito sobre as reclamações que tem feito ao poder público com relação ao transporte coletivo que leva os moradores de Morro Vermelho para Caeté e que funciona em apenas dois horários do dia; e também sobre o pedido de implantação da coleta seletiva no distrito. Marinalva é uma mulher adulta, reside no Morro e nunca saiu dali. Como muitas das pessoas entrevistadas, apresentou uma relação de muito afeto pelo lugar em que vive. Destacou a tranquilidade como um bem precioso que se tem ao se viver no Morro.

Moro há 47 anos em Morro Vermelho. Nasci em Caeté, porque como é um distrito não tem hospital, então a gente vem pra Caeté. Gosto muito do Morro.

O marcante mesmo é a tranquilidade, um cenário bem tropical, uma coisa bem atrativa, com a natureza. Me chama muita atenção o sucesso do lugar. Eu gosto e é bem tranquilo mesmo. Porque quando acontece algum evento lá, agita demais e já me tira o sono. Esses dias mesmo a Lua está dando um espetáculo. Eu levanto na madrugada pra ver, ver os bichinhos cantando, os galos, os cachorros, eu levanto mesmo. Estou amante da Lua esses dias. Que lindeza! Eu abro a janela de casa e fico assim: coisa mais linda!  
Marinalva.

O último morador de Morro Vermelho que entrevistei foi o Sr. José Leal, conhecido como Zé Leal. Quando foi entrevistado estava com 79 anos. Um antigo morador do Morro, muito conhecido por sua atuação à frente da banda marcial Sociedade Musical Santa Cecília. Esta banda de música existe desde a fundação do distrito, é um patrimônio cultural de Caeté e está presente em praticamente todas as festividades do lugar. O Sr. Zé Leal também é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caeté. É uma pessoa de grande conhecimento, muito católico, sendo por isso muito atuante na vida religiosa de Morro Vermelho, além de ser uma pessoa sempre disposta a conversar e transmitir seus conhecimentos, experiências de vida, e também opiniões sobre as coisas que acontecem em Morro Vermelho. Durante a nossa conversa, percebi que ele tem sempre um ar filosófico em suas falas. Destaco aqui um trecho que muito me interessou e que será importante no desenvolvimento argumentativo da tese. Neste trecho o senhor Zé Leal fala sobre a articulação presente nas relações temporais passado-presente-futuro. Muitos autores que me amparo na leitura bibliográfica nesta pesquisa também acionam ideias semelhantes sobre o mesmo tema, dentre eles, Bruno Latour (2014), Ailton Krenak (2020) e Antônio Bispo dos Santos (2015). Uma das ideias principais é que o passado é um interlocutor do futuro (SANTOS,2015), e que, ao conhecer o passado com propriedade e se observar melhor o presente, é possível antever frestas do que pode vir a ser o futuro, e assim, alterar rotas que podem ser autodestrutivas (KRENAK,2020, LATOUR, 2014).

É importante a gente saber do passado. Uma vez eu falei assim com uma pessoa: O passado é ontem. O ontem a gente viu, o hoje a gente vê, o amanhã a gente prevê. A gente não consegue falar ontem-hoje-amanhã. Porque o ontem foi hoje, foi há um minuto. Ontem era hoje.

Em Cartas de Tiago tem uma frase lá que ele fala: quando você quiser implantar um projeto, primeiro tem que falar “se Deus quiser”. Tá na Bíblia, cartas de Tiago. Porque o amanhã só a Deus pertence.

Zé Leal.

Por fim, entrevistei em Caeté Maria Tereza Corujo, a Teca. Teca é portuguesa, mas mora em Caeté desde os anos 1990, próximo à Serra da Piedade – principal cartão-

postal de Caeté, onde o clima é um pouco mais frio que o centro devido à sua altitude –, num condomínio rural conhecido como Quintas da Serra. Teca é uma ambientalista muito ativa na agenda contra a mineração de larga escala. Em Caeté ela é atuante em movimentos de defesa da Serra da Piedade e em defesa do Parque Nacional Serra do Gandarela. Faz parte de uma ONG chamada MACACA- Movimento Artístico Cultural e Ambiental de Caeté, fundada em 1999. É uma das ativistas que participou ativamente na articulação feita por diversas entidades do terceiro setor para solicitar à União a criação do Parque Gandarela. Uma pessoa que dedica sua vida à causa ambiental, conhecedora profunda sobre a área em que milita e abertamente contrária ao projeto Apolo.

A questão da Serra da Piedade é muito forte. Meu pertencimento à Caeté tem a ver com a Serra da Piedade. É lógico, depois de 2007, quando eu conheci a Serra do Gandarela, que está ao sul do nosso município, lá é um lugar também muito muito forte. É muito forte estar lá. Toda vez que eu estou lá olhando aquela paisagem, estar naquele chão, é muito lindo aquilo. Posso dizer que são a Serra da Piedade e a Serra do Gandarela.

Então a minha vida se resume, desde 2001 pra agora, direto na luta ambiental, defendendo lugares aqui do meu território que são as Serras da Piedade e Gandarela, mas junto com outras pessoas de outros territórios frente à mineração e à voracidade da mineração.  
Teca.

Além desses momentos de entrevista, estive em Morro Vermelho outras vezes realizando observações participantes. Participei de uma feira comunitária que ocorre uma vez por mês no largo da igreja Nossa Senhora de Nazareth, a Feirinha do Morro, que desde 2022 conta com o patrocínio de outra mineradora atuante em Caeté e na cidade vizinha, Sabará: a empresa Anglo Gold Ashanti. Essa empresa explora ouro num território que fica na divisa entre as duas cidades. O apoio para a realização da feirinha, idealizada por moradores do Morro Vermelho, é uma ação de compensação ambiental. Desde que começou a acontecer, a feirinha reúne muitas pessoas de Morro Vermelho e de Caeté. É um ótimo momento para se observar as sociabilidades e para conversar sobre as coisas que se passam no distrito, entre elas, a proposta da Vale pelo projeto Apolo.

Outra ocasião em que estive como observadora foi na oficina promovida pela Vale no salão da casa paroquial de Morro Vermelho em agosto de 2023. Essa oficina buscava levantar entre as pessoas presentes quais as suas expectativas e quais as principais preocupações com a chegada de um novo empreendimento do porte do projeto Apolo no distrito.

Não pretendo neste trabalho fazer uma discussão rasa sobre quem é a favor ou contra a mineração em Morro Vermelho e Caeté; o que desejo é mostrar a complexidade

de questões com que se deparam as comunidades locais quando grandes empreendimentos como este anunciam se instalar no local onde residem há anos, alterando o dia a dia e as relações entre pessoas e natureza nas suas sociabilidades. Chamo por natureza todo o entorno habitado por seres não-humanos como rochas, árvores, outras espécies de animais, entre várias outras formas de vida que a cultura, especialmente a ocidental, se habituou a nomear assim. Muitas vezes esse termo aparece nas próprias falas de moradores do Morro Vermelho e é sobre este universo de seres que se referem quando utilizam o termo. Algumas vezes irá aparecer na minha escrita e ao mesmo universo que me refiro. Não é a intenção reproduzir um discurso separatista e dualista natureza x cultura como muito se faz (DESCOLA, 2012). Uso como um termo descritivo, utilizado recorrentemente pelas pessoas de Caeté e não como um termo conceitual na pesquisa.

Além disso pretendo, a partir desse caso empírico, trazer discussões que têm me interessado nos estudos recentes de Antropologia, que são especialmente as discussões sobre Antropoceno, Neoextrativismo e Pós-Extrativismo. Quero discutir como a mineração de larga escala faz parte do conjunto de atitudes empreendidas pelas sociedades humanas capitalistas que levaram a Terra ao atual estado de colapso, colocando em dúvida a própria manutenção das condições de vida da nossa espécie no planeta nos próximos anos.

Nesta tese, abordo as estratégias e os questionamentos em torno do projeto de mineração Apolo da Vale S. A. no município de Caeté, situado no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Em um mundo em colapso climático e ambiental, tanto as estratégias da empresa quanto os questionamentos, as adesões e especulações dos moradores mobilizam elementos de discussões mais amplas como o neoextrativismo e o antropoceno. Interessa-me abrir uma discussão para o futuro enquanto horizonte de disputa. Como até o presente momento a história o Brasil-Minas Gerais-Caeté tem sido alvo de sucessivos ciclos de extrativismo e exploração - humana e não humana - , questiono como esse projeto de mineração que já soma 16 anos de processo de instalação pode revelar o lugar da mineração em larga escala frente ao debate atual sobre crise climática e neoextrativismo. Que estratégias vêm sendo construídas pela empresa e como reverberam na percepção dos moradores sobre essas mudanças? Até o momento, ciclos de exploração como a mineração tem como resultado o enriquecimento de grupos restritos por um tempo determinado; enquanto os territórios explorados recebem como herança as marcas da exploração, sem que efetivamente desfrutem de uma melhoria na qualidade de vida. Abordo o entrelaçamento de histórias, temporalidades e escalas complexas que

se engendram nas tramas deste ciclo de exploração, privilegiando o modo como o projeto de mineração é reconhecido e vivenciado na cidade de Caeté e no distrito de Morro Vermelho. Por isso, procuro tensionar as implicações e repetições nas estratégias desse empreendimento.

O título da tese “Redenção ou Repetição” veio como um desdobramento de uma ideia dita por um dos entrevistados, que afirmava que devido às riquezas minerais, o Morro Vermelho seria a redenção de Caeté, a partir dessa frase e unindo as leituras feitas sobre o tema da mineração em larga escala analiso como é construída a narrativa salvacionista da mineração. O projeto Apolo seria percebido como "redenção" em movimento de adesão de moradores às promessas de futuro da empresa ou como "repetição" das estratégias do neoextrativismo minerário?

Esta tese está estruturada em quatro capítulos, o primeiro, “Uma história sobre uma cidade e sobre a vida no planeta” apresento a cidade de Caeté e o distrito do Morro Vermelho, territórios que serão protagonistas diante da investida da Vale S.A em dar início a um grande projeto de mineração, o projeto Apolo, atingindo intensamente a vida nestes lugares. Busco esclarecer a relação anterior ao Apolo da cidade e do distrito com o empreendimento global da mineração, quais outras histórias envolvendo este tema já se passaram e ainda passam em Caeté. Procuro delinear também as relações de pertencimento e identidade que as pessoas moradoras destes territórios possuem, faço isso especialmente para o Morro Vermelho, distrito tricentenário, mais antigo que a própria sede do município, e local de grande atividade cultural na região. Caso seja aprovado o projeto Apolo, o distrito de Morro Vermelho será o local onde se dará a maior quantidade de impactos, por isso dedico especial atenção. Ao final deste capítulo, faço uma retomada histórica do processo de licenciamento do projeto Apolo desde sua primeira tentativa em 2011, até o momento atual. A partir de então, trato com maior ênfase os dilemas e elaborações da comunidade local frente a este empreendimento.

No segundo capítulo, “Antropoceno: um conceito em disputa, um mundo em crise”, faço um mergulho bibliográfico sobre o período histórico-geológico atual que vem sendo nomeado por boa parte dos cientistas como Antropoceno. Explico sobre os impactos de magnitude geológica que as atividades de grupos humanos, especialmente as sociedades capitalistas pós revolução industrial, têm gerado sobre a Terra, resultando neste período de graves crises climáticas, ambientais e sociais compartilhado na atualidade. Coloco ainda discussões pertinentes sobre qual seria o melhor termo para se designar este momento e demonstro outras propostas epistemológicas. Por fim, ao longo

do capítulo procuro fazer uma interlocução entre a discussão acadêmica e a vivência dos moradores de Morro Vermelho que assim como todos os seres vivos sobre a Terra, também compartilham deste momento histórico-geológico. Busco a partir de suas explicações delinear os princípios e ambições que levaram as sociedades capitalistas a intensificar as mudanças no sistema Terra até o atual ponto do Antropoceno e busco através das suas elucubrações também, visualizar propostas para um possível futuro mais saudável e menos catastrófico.

No terceiro capítulo, “A Promessa”, trato de como são construídas estratégias de aproximação e envolvimento das mineradoras nas comunidades de interesse, com o objetivo de se obter o consentimento e o apoio de moradores para com o empreendimento mineral. Tais ações são parte de um repertório articulado de estratégias pensadas por mineradoras multinacionais em seus escritórios e sedes internacionais e replicados em territórios de interesse, como Caeté. Segue-se a análise de uma situação etnográfica de relevo ocorrida em maio de 2024: a Audiência Pública de apresentação do projeto Apolo para a comunidade caeteense. Expõem-se algumas estratégias da empresa a fim de amplificar sua voz neste evento, com o objetivo de obter um coro positivo para o projeto, bem como são explicitados alguns pontos sensíveis nos quais a comunidade e os ambientalistas questionaram a empresa recorrentemente, não obtendo respostas satisfatórias.

No quarto capítulo, “Neoextrativismo e Futuro: interdependência ou competitividade?”, explico o conceito de neoextrativismo e demonstro como o projeto Apolo enquanto atividade mineral se encaixa nos termos de uma atividade neoextrativista. Abordam-se, também, as limitações dessas atividades num cenário de Antropoceno e como, ainda que as empresas neoextrativistas se esforcem para projetar uma imagem preocupada com questões ambientais e pautas sustentáveis, acabam por desvelar uma contradição em si, pois são atividades que não existem sem propiciar a degradação ambiental. Observa-se que o discurso sobre a mineração sustentável e do futuro tem sido empregado nas propagandas da Vale para Caeté e nos discursos de seus representantes como uma estratégia de convencimento e amenização da imagem da mineradora. Por fim, mencionam-se propostas para a construção de sociedades não dependentes de atividades neoextrativistas, a exemplo do decrescimento e do pós-extrativismo.

Em todos os capítulos tangencio e articulo em uma única história, três tempos diferentes: o tempo local, o tempo da mineração e o tempo da Terra. Até mesmo em capítulos mais focados em temas como o Antropoceno ou o Neoextrativismo, as falas das pessoas de Caeté e Morro Vermelho aparecem dialogando com a teoria apresentada, demonstrando a complexidade dos temas abordados, sem hierarquia entre os tempos e sempre entrelaçados e imbricados uns aos outros. Essa história em três tempos imprime o ritmo e os movimentos das análises feitas.

## 1. Uma história sobre uma cidade e sobre a vida no planeta

*Casas entre bananeiras  
mulheres entre laranjeiras  
pomar amor cantar.  
Um homem vai devagar.  
Um cachorro vai devagar.  
Um burro vai devagar.  
Devagar... as janelas olham.  
Eta vida besta, meu Deus.  
Carlos Drumond de Andrade<sup>7</sup>*

*O dia se renova todo dia  
Eu envelheço cada dia e cada mês  
O mundo passa por mim todos os  
dias  
Enquanto eu passo pelo mundo  
uma vez...  
Oswaldo dos Santos-Alvaiade<sup>8</sup>*

Este trabalho consiste em mais um esforço acadêmico para se compreender o momento da história da vida na Terra que alguns cientistas vêm convencendo chamar de Antropoceno. Como veremos a seguir, este termo envolve disputas epistemológicas e políticas no campo das ciências – sejam sociais, biológicas, geológicas etc. Até mesmo o nome escolhido para denominar este período – “Antropoceno” – encontra-se ainda *sub judice* em diversos ambientes de discussões científicas. No entanto, o que une as pessoas inclinadas a entender o fenômeno é explicar como e por que, através de ações humanas, especialmente através dos modos de vida das sociedades capitalistas, a vida da humanidade sobre a terra tem se tornado cada vez mais difícil e insalubre.

Encontro-me neste momento interessada pelas discussões sobre este diverso campo de estudos e vou apresentar algumas questões acerca deste tema, partindo de um caso etnográfico. Portanto, este trabalho também irá contar uma parte da história de uma cidade do interior de Minas Gerais, mais precisamente, de um distrito desta cidade. Dado

---

<sup>7</sup> Poema “Cidadezinha Qualquer”, Carlos Drumond de Andrade in. Alguma Poesia (1930).

<sup>8</sup> Música “O Mundo é Assim” Oswaldo dos Santos – Alvaiade, Velha Guarda da Portela (1968).

que não existe presente sem passado e, como veremos adiante, é através do que é vivido no presente que se podem antever as frestas do que pode *vir a ser* o futuro, nas palavras do pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, “o presente é um interlocutor do passado e um locutor do futuro”<sup>9</sup>. Narro aqui uma parte da história presente-passada-futura, e não necessariamente sempre nesta ordem, da cidade de Caeté, Minas Gerais, com um destaque especial para o distrito do Morro Vermelho, que, diga-se de passagem, por justiça à sua história, é mais antigo que a própria cidade.

Digo que contarei uma parte da história, pois trarei elementos para se entender a história de Caeté e do Morro Vermelho por meio da relação que estes lugares vêm tecendo ao longo dos anos com empreendimentos industriais, mais especificamente, minerários. É uma história dos lugares, das pessoas, do trabalho, da natureza e da mineração. Como demonstra Chakrabarty (2009), o período histórico que vivemos não permite mais que se estude a história humana separada da história da natureza. Essa antiga distinção elaborada pela ciência torna-se cada vez mais impraticável na era do Antropoceno, no qual parte da humanidade, especialmente as sociedades capitalistas, através de suas ações sobre a natureza em busca de promoção do sistema econômico e social capitalista acabou por imprimir mudanças de ordem geológica na Terra. Na atualidade, história ambiental, social, cultural e econômica são temas que não podem ser tratados como independentes.

É uma parte da história, porque se trata de um tema recortado entre a grande variedade de temas que podem ser acionados para se referir à cidade e ao distrito. É uma parte também, porque é a história contada a partir do meu entendimento de antropóloga após conversas, idas a campo, leituras e entrevistas, mas ainda assim é uma parte. Sempre existem outras. Estou me empenhando em traduzir aqui pensamentos, vivências e visões das pessoas com quem conversei sobre assuntos em comum, como a mineração, o Antropoceno, as crises climáticas, o trabalho, o dinheiro e o futuro.

Neste trabalho de tradução mediado por mim, minhas reflexões, pensamentos e visões de mundo também influenciam o texto. Por isso esclareço que este estudo não se trata de uma obra neutra e/ou impessoal. Não acredito na possibilidade da neutralidade

---

<sup>9</sup> Nego Bispo em suas palestras pelo Brasil com frequência explica sua formulação filosófica sobre o tempo, onde costuma se referir a essa máxima por ele criada. Essa explicação pode ser vista no seguinte vídeo produzido pelo Museu Dragão do Mar do Estado do Ceará. Disponível em: <[https://www.youtube.com/source/55Fr2J\\_Izmg/shorts?bp=8gVDCjYSJwoLNTVGcjJKX0l6bWcSCzU1RnIySI9JemInGgs1NUZyMkpfSXptZxoLNTVGcjJKX0l6bWco0P7c7Z2a9e\\_ZAQ%253D%253D](https://www.youtube.com/source/55Fr2J_Izmg/shorts?bp=8gVDCjYSJwoLNTVGcjJKX0l6bWcSCzU1RnIySI9JemInGgs1NUZyMkpfSXptZxoLNTVGcjJKX0l6bWco0P7c7Z2a9e_ZAQ%253D%253D)>. Acessado em novembro de 2023.

em qualquer trabalho, mas especialmente neste, que se trata de ciências sociais, penso ser ainda mais difícil.

Toda história se baseia em muitas outras. É algo que, como se diz por aqui em Minas Gerais, “tem pano pra manga”. Digo isso na intenção de demonstrar que uma história se desdobra em muitas outras, se tece atrelada a emaranhados nem sempre tão visíveis. É necessário abrir a tessitura dessas histórias para ir desvendando os enredos que se misturam. Assim, aqui neste trabalho, abre-se e se revela também uma parte da história do empreendimento industrial *mineração de larga escala*. Por meio da história deste empreendimento, também irei tratar sobre temas pertinentes à discussão sobre o Antropoceno. Sempre em um movimento de costura, de idas e voltas a pontos essenciais. Sem estabelecer hierarquia sobre as histórias contadas, seja local, global ou da Terra.

Pretendo perseguir os pontos dessa costura a partir de onde me sinto mais próxima, que é a minha cidade e sua gente, e ir abrindo e estendendo a tessitura dessas histórias para entender enredos que interligam o regional ao global como uma história contada em três tempos: o tempo local (Caeté e Morro Vermelho); o tempo da mineração de larga escala (global); o tempo da Terra (geológico-climático).

Esclarecido isso, vamos às apresentações:

## 1.1 Caeté

Caeté é um município de Minas Gerais localizado na região central do estado. Faz parte de um conglomerado de cidades pertencentes à região metropolitana da capital Belo Horizonte. É uma cidade tricentenária, que completa 310 anos de fundação em 2024. A história da fundação da cidade, como muitas em Minas Gerais, remonta ao primeiro período do ciclo do ouro, à procura por lugares onde os bandeirantes pudessem implantar lavras de mineração de ouro a céu aberto e, por consequência, seus arraiais.

Antes dos bandeirantes, em Caeté viviam indígenas, mais provavelmente pertencentes ao tronco linguístico tupi-guarani e macro-gê, como apontam estudos históricos<sup>10</sup>. Estes foram expulsos e mortos pelos bandeirantes, que andavam por estas

---

<sup>10</sup> Artigo “A ocupação histórica em Caeté e Barão de Cocais” (MOREIRA, Mariana. 2019). Disponível em <[26](https://marianamoreira-4549.medium.com/a-ocupa%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3ricadoterrit%C3%B3rio-em-caet%C3%A9-e-bar%C3%A3odecocais3a5fe46ce0b3#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20onde%20hoje%20%C3%A9,dos%20%C3%ADndios%20e%20seus%20descendentes.> https://marianamoreira-4549.medium.com/a-ocupa%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3ricadoterrit%C3%B3rio-em-caet%C3%A9-e-bar%C3%A3odecocais3a5fe46ce0b3#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20onde%20hoje%20%C3%A9,dos%20%C3%ADndios%20e%20seus%20descendentes.></a>> Acessado em outubro de 2023.</p></div><div data-bbox=)

regiões à procura de lugares propícios para a exploração mineral. Contavam para isso com o apoio do Estado, à época, a Coroa real portuguesa.

Caeté, em tupi-guarani, significa “mata virgem” ou “mata verdadeira”<sup>11</sup>. Segundo o que demonstram os estudos históricos<sup>12</sup>, antes da invasão dos bandeirantes, Caeté era uma região de floresta densa, habitada por indígenas que viviam aldeados especialmente nas margens do Ribeirão do Inferno (localidade próxima ao caminho que leva hoje em dia ao distrito do Morro Vermelho) e de Pedra Branca (localidade hoje integrada à cidade).

Durante o período de exploração colonial, Caeté recebeu o título de Vila devido à prosperidade que gerava para a Coroa através da exploração de ouro. Fundada em 1701, em 1714 foi elevada à condição de Vila e chamada de Vila Nova da Rainha. Era um local muito povoado durante os primeiros anos de exploração, mas depois de algumas décadas o ouro de aluvião – que é o ouro que se extrai a céu aberto – foi se tornando cada vez escasso. A localidade foi sendo abandonada, e chegou a perder o título de Vila, retomando-o apenas mais tarde, em 1840. O título de cidade foi dado em 1865 (MOREIRA, 2019).

Geologicamente, Caeté faz parte de uma região denominada Quadrilátero Ferrífero. É uma denominação geoespacial para municípios de Minas Gerais com grande presença de minerais em sua composição geológica, em especial o minério de ferro, ao qual o nome faz referência. Outros minerais que são encontrados em abundância nessa região são o ouro e o manganês. O quadrilátero ferrífero possui 7 mil quilômetros quadrados de extensão; aproximadamente 27 municípios compõem esta área. Entre eles, Caeté e algumas cidades vizinhas como Sabará, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Raposos, Rio Acima e Itabira. Nesta região é onde se explora a maior quantidade de minério de ferro bruto no Brasil. Em seguida está a região de Carajás, no Estado do Pará.

---

<sup>11</sup> “A origem e o significado da palavra Caeté provêm da língua indígena e quer dizer: mata virgem, mata verdadeiro, segundo Teodoro Sampaio, citado por Nelson de Sena em seu Anuário Histórico e Cartográfico de Minas Gerais, edição de 1909, página 282”. Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caete/historico>>. Acessado em outubro de 2023.

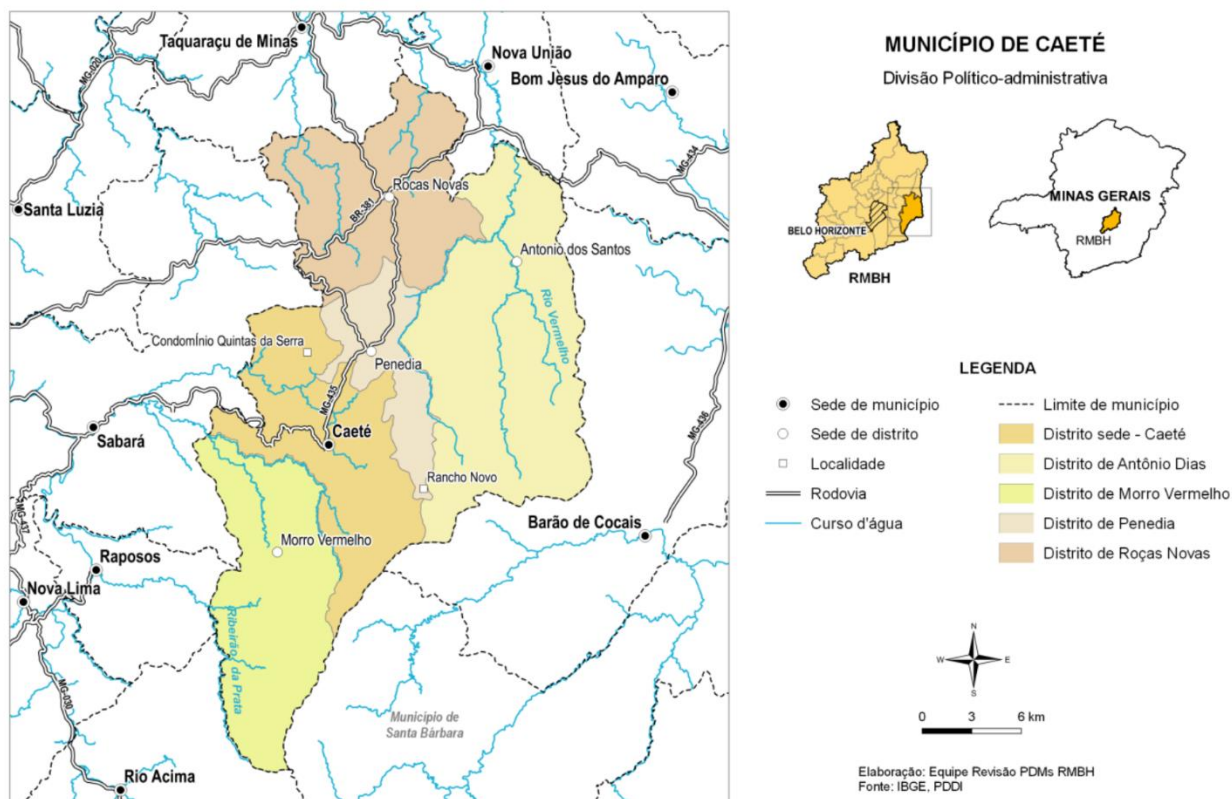
<sup>12</sup> Fonte: IBGE 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caete/historico>>. Acessado em outubro de 2023.

**Figura 1 – Localização de Caeté no Estado de Minas Gerais.**



Fonte: Wikimaps.

**Figura 2 – Caeté, seus distritos e municípios vizinhos.**



Fonte: ARMBH.

A Serra da Piedade, principal cartão-postal de Caeté, é considerada um patrimônio geológico do Quadrilátero Ferrífero. “Dentre os representantes do minério de ferro hoje reconhecidos como patrimônio geológico do Quadrilátero Ferrífero, destacam-se a Serra da Piedade, próxima à cidade de Caeté, com **expressivos afloramentos de itabiritos**<sup>13</sup> (rocha hospedeira do minério de ferro)<sup>14</sup>...”. Mesmo reconhecida como um patrimônio geológico e também Patrimônio Cultural em nível federal (IPHAN<sup>15</sup>), estadual (IEPHA<sup>16</sup>) e municipal via lei orgânica<sup>17</sup>, a Serra da Piedade é também um espaço onde se desenvolveu e ainda se desenvolve a mineração a céu aberto – prática que deixou marcas profundas da exploração do minério, marcas de escavação, implosão de morros, entre outras que maculam este patrimônio.

**Fotografia 1 - Vista da Serra da Piedade a partir do distrito Penha, em Caeté.**



Fonte: Tripadvisor.

---

<sup>13</sup> Grifo meu.

<sup>14</sup> Informações disponibilizadas pelo [Laboratório de Mapeamento Geológico, Geotectônica e Geodiversidade](http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/ferro/) do [Centro de Pesquisa Professor Manoel Teixeira da Costa](http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/ferro/), da UFMG. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/ferro/>. Acessado em novembro de 2023.

<sup>15</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>16</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

<sup>17</sup> Os referidos processos de tombamento do conjunto paisagístico da Serra da Piedade, bem como os livros de patrimônio em que está inscrita, podem ser conferidos no seguinte [link](https://www.ipatrimonio.org/caete-e-sabara-conjunto-paisagistico-da-serra-da-piedade/#!/map=38329&loc=-19.822715,-43.677723,17): <https://www.ipatrimonio.org/caete-e-sabara-conjunto-paisagistico-da-serra-da-piedade/#!/map=38329&loc=-19.822715,-43.677723,17>. Consultado em novembro de 2023.

**Fotografia 2 - Vista da Serra da Piedade a partir de Caeté**



Fonte: Wikipédia.

**Fotografia 3 - Mineração na Serra da Piedade.**



Fonte: Chico Trekking

Segundo dados do Censo IBGE 2022<sup>18</sup>, atualmente a população de Caeté está estimada em 38.776 habitantes. Ainda, segundo este Censo, 13,7% da população da cidade está ocupada; a média salarial dos trabalhadores formais na cidade é de 1,9 salário

---

<sup>18</sup> CENSO 2022. Disponível em : < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caete/panorama>>. Acessado em novembro de 2023.

mínimo (menos de dois mil e quinhentos reais). Uma baixa porcentagem de população ocupada e uma média salarial que também não está entre as melhores de Minas. Os principais empregadores de Caeté são a administração pública e o setor de serviços, especialmente pequenos comércios varejistas. Em terceiro lugar vem a indústria, representada especialmente pelo setor minerário (ARMBH, 2017)<sup>19</sup>.

Racialmente a população de Caeté se apresenta com o seguinte perfil: a maior parte da população, 22.615 pessoas se identificaram para o IBGE como pardas, cerca de 58%. Em seguida, 11.407 pessoas se identificaram brancas, 29%. A população que se identificou como preta foi de 4.731 pessoas, 12%. Por fim, 12 pessoas se identificaram como amarelas, 0,03% e oito pessoas como indígenas, 0,02%.

Os biomas predominantes em Caeté são a Mata Atlântica e o cerrado. O clima é ameno, tropical serrano. Caeté é uma das cidades mais frias da região metropolitana, com uma altitude de 944 metros e sob os pés da Serra da Piedade, que possui 1.746 metros de altitude. A cidade é reconhecida por ter um clima agradável, e no inverno é considerada até mesmo fria, pois geralmente apresenta temperaturas de pelo menos dois a três graus a menos que a capital.

Caeté possui uma área de 542,50 km<sup>2</sup>. Além da sede, possui seis distritos: Antônio dos Santos, Água Limpa, Rancho Novo, Roças Novas, Penedia e Morro Vermelho. Segundo o IBGE, a área urbanizada em Caeté é de apenas 12% do seu território, no entanto, 86% da população vive na sede e apenas 13% nos distritos (ARMBH, 2017).

O solo de Caeté tem grande predominância de minério de ferro e também ouro e minério de ouro, entre os principais minerais comercializáveis. Na fronteira entre Caeté e Sabará, a predominância é de ouro, e a empresa canadense Anglo Gold Ashanti S.A. é a mineradora que possui licença para a exploração. A mina subterrânea Cuiabá-Lamego, que se estende entre o município de Sabará e terras caeteenses, é a maior mina de ouro subterrânea do Brasil, possuindo 1.395 metros de profundidade<sup>20</sup>. O ouro também é explorado em outro ponto do município, próximo ao distrito de Rancho Novo, pela mineradora canadense Jaguar Mining. A área da mineração é chamada de Complexo Roça

---

<sup>19</sup> Processo de Revisão do Plano Diretor de Caeté, ano 2017. Parceria da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e Governo de Minas Gerais, representado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH. Disponível em: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/produto-6-Caete.pdf>>. Acessado em novembro de 2023.

<sup>20</sup> Dados do IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/diretor-presidente-do-ibram-visita-minas-e-centro-de-operacoes-em-minasgerais/#:~:text=Cuiab%C3%A1%20%C3%A9%20conhecida%20por%20ser,o%20seu%20ciclo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em novembro de 2023.

Grande, e ali se explora ouro e minério de ouro extraídos em diversas cavas de menor porte, a maioria em céu aberto.

Já o minério de ferro é explorado pela empresa Crusader do Brasil Ltda. Esta lavra está situada bem na chegada da cidade, quando se está vindo pela BR 381. Um pouco mais adiante, na mesma região, está a mina do Brumado, localizada na encosta da Serra da Piedade. Devido à sua proximidade com a Serra da Piedade, essa mina enfrenta constantes manifestações que solicitam a interrupção de suas atividades. Até mesmo a Arquidiocese de Belo Horizonte, responsável pela manutenção da Serra da Piedade e pela exploração do grande turismo religioso existente na região, já realizou diversas tentativas de impedir a ação da mineradora na região. As atividades do grupo AVG foram permitidas e autorizadas pelo Copam – Conselho Estadual de Política Ambiental.

A mina do Brumado, embora se localize bem aos pés da Serra da Piedade, é considerada pertencente a Sabará, devido a demarcações administrativas dos municípios, o que significa que Caeté não lucra com os *royalties* dessa atividade e ainda tem o ônus dos impactos ambientais causados na região da Serra da Piedade, seu patrimônio muito estimado.

Por fim, na região do Morro Vermelho-Caeté, na divisa com o distrito de André do Mato Dentro-Santa Bárbara, estão as áreas visadas pela Vale S.A. para a instalação do projeto Apolo, um gigantesco projeto de extração minerária, com previsão de extração de 24 milhões de toneladas de minério por ano<sup>21</sup>. Para se ter uma ideia da magnitude, a Crusader, que também explora na cidade, declara fazer a extração de 360<sup>22</sup> mil toneladas de minério por ano.

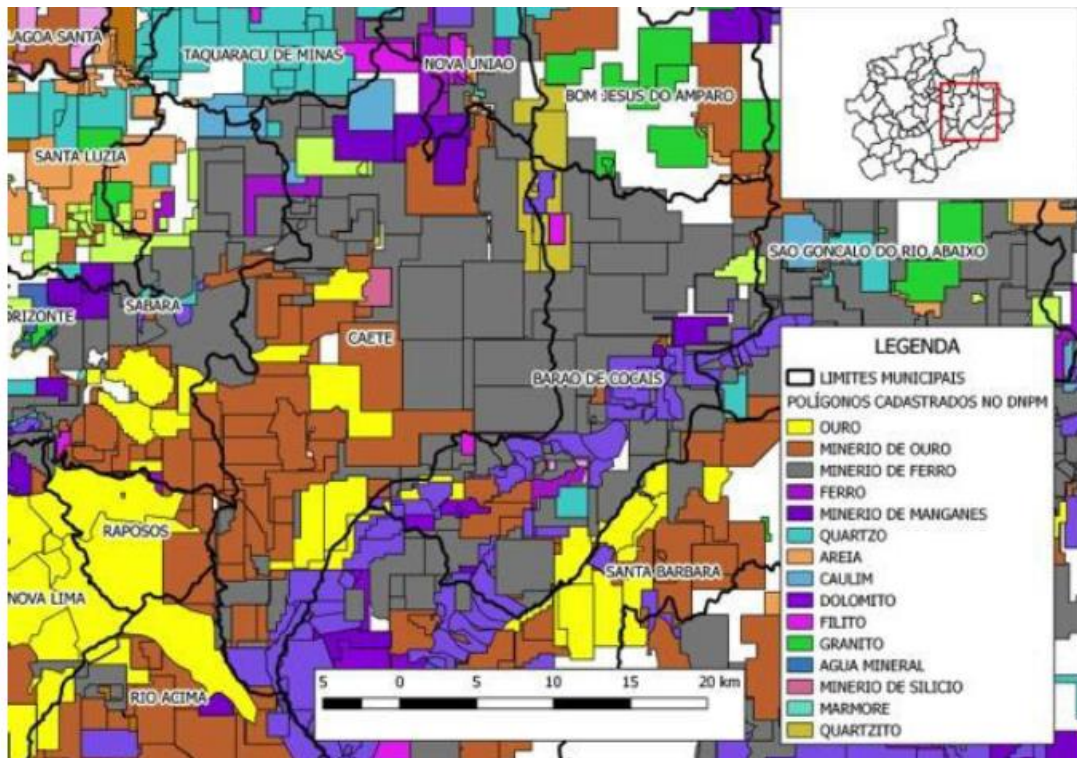
Abaixo, trago uma imagem que demonstra a presença e concentração de minério de ferro, ouro, minério de ouro e demais minerais de interesse comercial em Caeté e cidades ao entorno.

---

<sup>21</sup> EIA/RIMA- Projeto Apolo

<sup>22</sup> Site do IBRAM: <https://ibram.org.br/noticia/crusader-recebe-concessao-de-lavra-para-mina-posse/#:~:text=A%20Crusader%20Resources%20recebeu%2C%20do%20Minist%C3%A9rio%20de,Austaliana%20produza%20360%20mil%20toneladas%20por%20ano>. Acessado em novembro de 2025.

Figura 3 – Polígonos cadastrados no DNPM situados em Caeté e seu entorno.

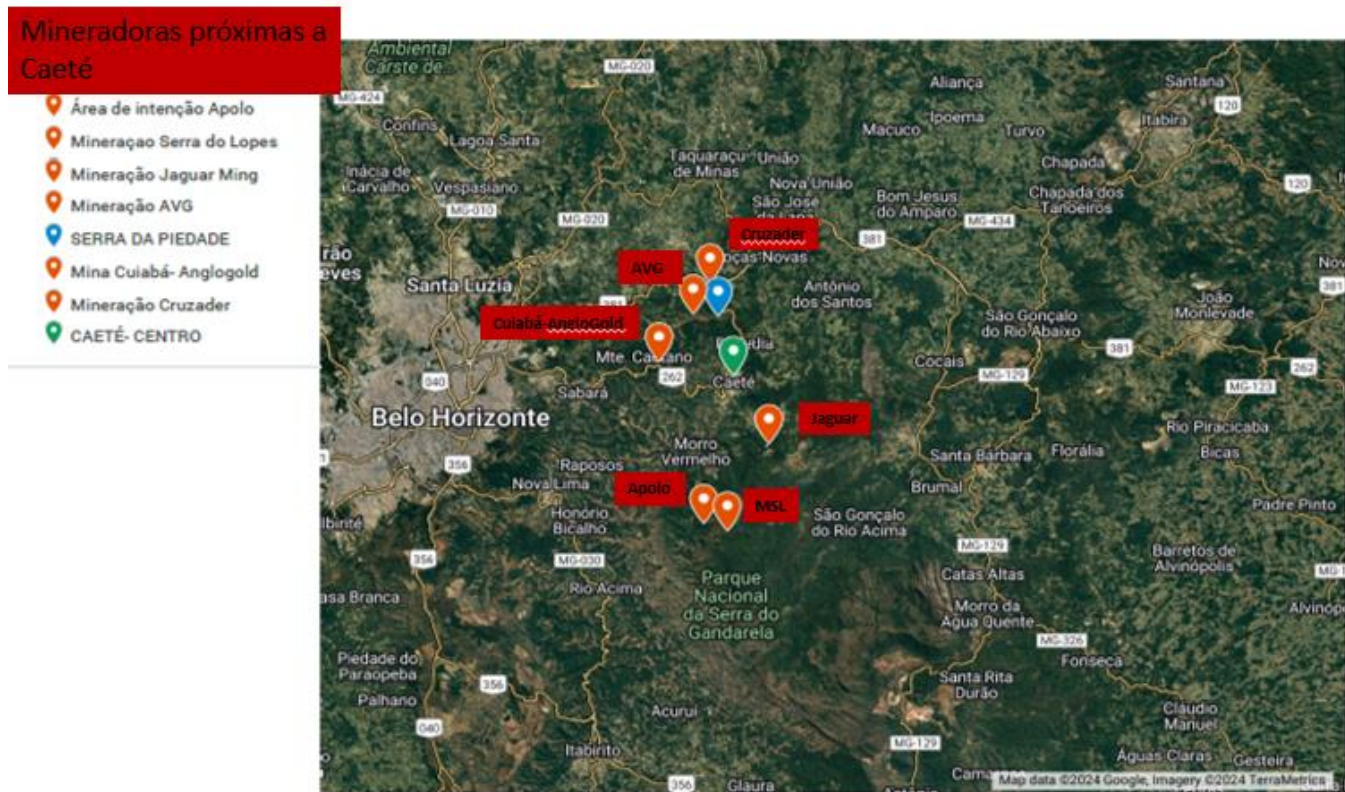


Fonte: ARMBH, 2017, p. 209.

Os empreendimentos minerários citados são os principais atuantes em Caeté. Importante ressaltar que existem muitos outros na região, principalmente nas áreas rurais que interligam o município aos seus vizinhos, como Barão de Cocais e Santa Bárbara, mas devido às divisas territoriais administrativas são contabilizados como pertencentes aos respectivos municípios. Além dos empreendimentos citados, pertencentes a grandes empresas mineradoras, ocorre na cidade, de tempos em tempos, minerações clandestinas. No território da Serra da Piedade, por exemplo, em junho de 2023 foi localizada uma mineração clandestina ilegal. Implementada num local de difícil acesso e visibilidade, operava um esquema bem organizado de mineração, contando com pás escavadeiras, caminhões, área de pesagem e olheiros que ficavam a 6 km da área explorada, vigiando possíveis fiscalizações. Na operação de fechamento desta mineração, vinte pessoas foram presas e 18 veículos foram apreendidos pela Polícia Militar do Meio Ambiente.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> “Mineração Ilegal: 20 pessoas são presas na Serra da Piedade”. Matéria publicada pelo jornal Estado de Minas em junho de 2023. Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/06/22/interna\\_gerais.1511208/mineracao-ilegal-20-pessoas-sao-presas-na-serra-da-piedade.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/06/22/interna_gerais.1511208/mineracao-ilegal-20-pessoas-sao-presas-na-serra-da-piedade.shtml)>. Acessada em novembro de 2023.

Figura 4 - Mineradoras que circundam Caeté.



### 1.1.1 Serra da Piedade - uma paisagem companheira

Como pode ser observado, o município de Caeté desde a sua fundação esteve cercado pelos interesses minerários empreendidos a maior parte das vezes por pessoas estrangeiras. Quando os bandeirantes chegaram a esta região, encantaram-se com a exuberante formação rochosa de interessante coloração azul da Serra da Piedade. Esta, naquela época (século XVII), também era chamada de Sabarabuçu ou Itaverabuçu, que significa, em tupi-guarani, grande pedra que brilha<sup>24</sup>. Devido à sua coloração que resplandecia a quilômetros de distância, os bandeirantes acreditaram que haveria prata e pedras preciosas naquela serra, especialmente esmeraldas, como sabiam existir em Potosi, no Peru. Borba Gato, um dos chefes das tropas bandeirantes, ficou especialmente encantado e empreendeu muitas expedições a fim de encontrar minerais preciosos.

---

<sup>24</sup> DUARTE, R. H. Serra da Piedade. Belo Horizonte: CEMIG, 1992. v. 1. 135p. Artigo: “Serra da Piedade, Quadrilátero Ferrífero, MG. Da lenda do Sabarabuçu ao patrimônio histórico, geológico, paisagístico e religioso”. Azevedo, Úrsula; Renger, Friedrich Ewald; Noce, Carlos; Machado, Maria Márcia (2009). Publicação da SIGEP – Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em: <<https://sigep.eco.br/sitio129/sitio129.pdf>>. Acessado em novembro de 2023.

Naquela época, o minério de ferro não era valorizado e, portanto, na Serra da Piedade não foram encontrados minerais rentáveis, o que não significa que as expedições foram em vão, pois em muitos pontos da região de Caeté foram encontradas jazidas de ouro. Hoje se sabe que a tonalidade azul da serra se deve à forte concentração de ferro ali presente, e o lugar, mais de trezentos anos após a vinda de Borba Gato e sua tropa, segue sendo alvo de muitos assédios relacionados à mineração e à busca do enriquecimento através da sua exploração.

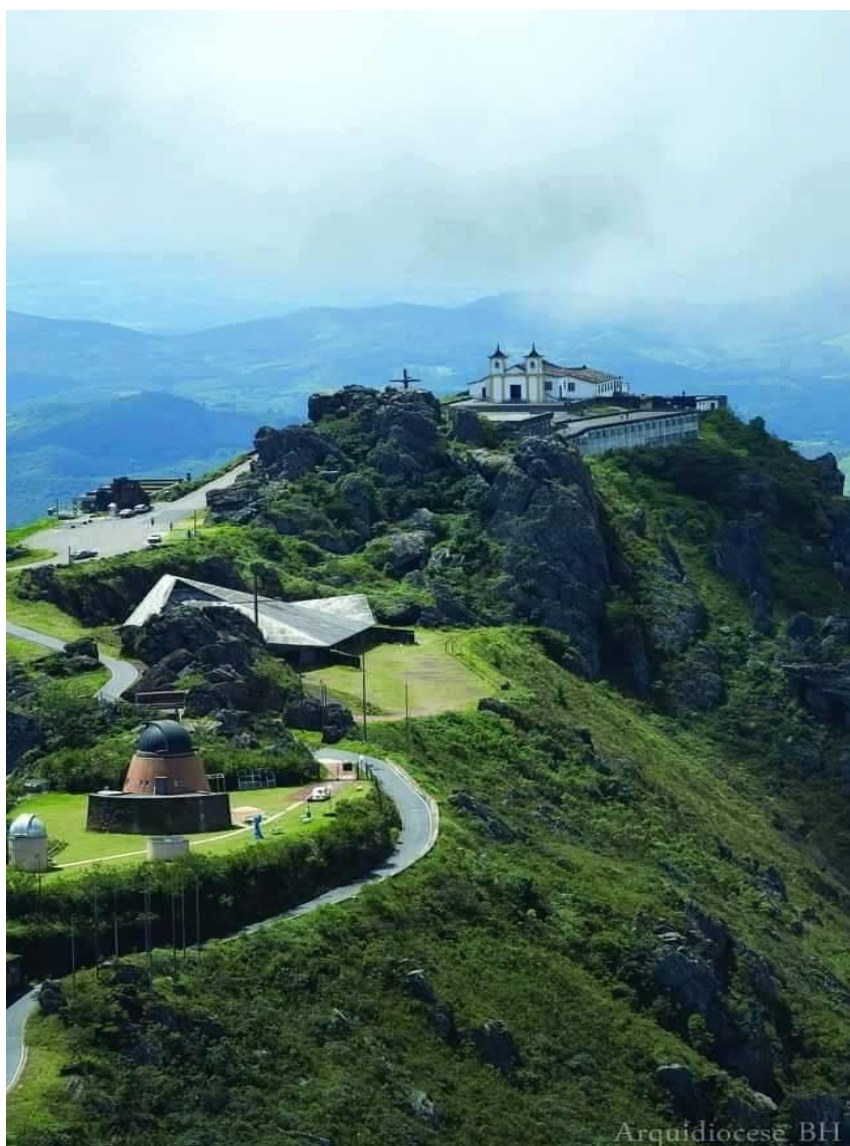
A Serra da Piedade, como já foi dito, é um patrimônio não só da cidade de Caeté, mas do Estado de Minas Gerais. É um lugar de grande procura religiosa e turística. Com relação ao turismo religioso, esse se dá especialmente por parte da população católica de Minas Gerais, pois Nossa Senhora da Piedade é consagrada padroeira de Minas Gerais, e a ermida no alto da Serra, construída ainda no século XVIII, é um ponto de grande procura de fiéis. O fato de a Serra da Piedade ser “a casa” de nossa Senhora da Piedade aumenta a fama da Serra em toda Minas Gerais, e o nome da cidade de Caeté caminha junto com ela.

Outros fatores que atraem as pessoas até a Serra da Piedade são sua altitude, o clima frio e o céu limpo. Do alto da Serra, pode-se avistar Belo Horizonte e outras cidades da região. O céu da Serra da Piedade atraiu pesquisadores interessados em astronomia e por isso abriga desde 1972 o observatório astronômico da UFMG, batizado de Observatório Frei Rosário, em homenagem a um religioso que viveu grande parte de sua vida na Serra, construiu fortes laços com os moradores de Caeté e promoveu obras de acessibilidade à Serra, como o encanamento da água e a pavimentação da via peregrina que leva até o seu topo<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Jornal Opinião (jornal local de Caeté). “Entre Serra e Céu”. Disponível em : <https://www.opiniaocaete.com.br/entre-serra-e-ceu-2/> . Acessado em novembro 2025

**Fotografia 4 - Visão aérea do topo da Serra da Piedade onde ficam situados dentre outras construções, o observatório astronômico da UFMG; e a Basílica Estadual das Romarias.**



Fonte: Arquidiocese de Belo Horizonte.

Para as pessoas que vivem em Caeté, a Serra também ocupa um lugar de grande importância. Pode-se dizer que é uma paisagem companheira, pois em diversos pontos da cidade é possível avistá-la. Não importa se a pessoa está localizada em um distrito rural, em um bairro mais afastado ou no centro da cidade. Devido sua grande altitude, a Serra sempre é vista e pode ser contemplada por todos sem qualquer discriminação. A Serra se impõem e por isso se faz presente no dia a dia dos moradores de Caeté. É possível se visualizar a Serra até mesmo quando não se está no distrito. É possível vê-la em certa localização de Belo Horizonte, em Sabará, na BR 381 (via que leva o morador de Caeté a Belo Horizonte e ao Estado do Espírito Santo por exemplo) e assim, se localizando pela Serra, sempre sentimos a sensação de estar em casa ou de estar chegando nela.

O ato de contemplar a Serra, comentar com amigos e tirar fotos da “vista” da serra especialmente ao entardecer e nascer do dia são atitudes muito comuns no cotidiano da cidade. A Serra também funciona como uma espécie de indicativo sobre o clima: se irá chover, se fará mais ou menos frio na cidade, tudo isso é observado a partir da paisagem da Serra. Se o dia amanhece e a Serra está tampada por nuvens e permanece assim por muito tempo por exemplo, é um indicativo que o dia será frio. Quando uma tempestade se aproxima, o topo da Serra costuma ficar tomado de nuvens pretas e assim é possível prever a intensidade da chuva que se aproxima.

O ato de subir a Serra da Piedade a pé ou de bicicleta também é algo muito frequente na cidade, especialmente por parte da população católica, mas não somente. É uma atividade que muitas vezes reúne famílias e amigos que se juntam para fazer esta caminhada íngreme, e juntos vencerem esse desafio e terem histórias para contar. Até a primeira década dos anos 2000 ainda era permitido subir a Serra da Piedade à noite, pois não havia portaria, e assim era muito comum que a população a visitasse para contemplar as estrelas, para sentir a sensação de altitude e do frio à noite, beber com os amigos e também namorar. Aliás, quando se fala em Serra da Piedade, sempre surgem histórias saudosas de quando era permitido acessá-la à noite.

Enquanto moradora de Caeté também me sinto atravessada por todas essas atividades de relação e identificação com a Serra. Quando estou caminhando pela cidade também adoro ser surpreendida pela sua vista que, a depender do ângulo ou altitude de alguma rua fica ainda mais bonita. Minha família possui um sítio em área rural com uma vista bem de frente para a Serra e esse foi um dos motivos de se ter escolhido esse terreno. Já subi a Serra a pé em atividades ligadas a ações ambientalistas e também para rezar algumas vezes. A paz e a felicidade que eu sinto estando nesse espaço é o mesmo sentimento que muitas pessoas de Caeté também relatam ter. A Serra me recebe, me acolhe e até mesmo me ouve quando estou nela precisando de algum conselho ou conforto. Me parece que do alto, respirando o ar frio que se tem ali, é possível pensar melhor. Para mim, em tentativa de tradução, a mensagem que a Serra transmite é que nós nunca estaremos sós. A quase onipresença da Serra me parece uma resposta da montanha de que ela sempre estará por nós e de que ela é também parte de nós. É um local de grande vínculo cultural, espacial e religioso com os moradores de Caeté e comigo não seria diferente.

As entrevistas realizadas para este trabalho foram feitas especialmente com moradoras e moradores do distrito do Morro Vermelho. No entanto, uma das entrevistadas não reside em Morro Vermelho, e sim em um condomínio chamado Quintas da Serra, pertencente ao distrito da Penha, núcleo urbano mais próximo da Serra da Piedade. Esta pessoa é a Maria Tereza Corujo, conhecida como Teca, uma ambientalista estrangeira que escolheu a região da Serra da Piedade para viver já há muitos anos, e durante a conversa relatou os sentimentos que essa paisagem lhe desperta:

O meu pai sugeriu de a gente comprar um lugarzinho, porque ele tinha uma aposentadoria, aí eu fui procurar anúncios no jornal: “Caeté, Quintas da Serra...”. Eu nunca tinha vindo aqui, peguei um ônibus e subi com meu sobrinho que na época tinha sete anos e hoje tem quase quarenta. Aí foi amor à primeira vista pela Serra da Piedade, me emocionei muito. Eu acho que pode ter essas questões de outras vidas, porque eu nunca havia sentido de me emocionar como eu me emocionei.

A minha relação de pertencimento a Caeté começou muito forte na questão da Serra da Piedade. Isso é algo muito forte. Então eu moro em baixo dela, eu sinto uma sensação incrível quando eu a vejo, quando eu venho de Sabará pra Caeté, aquela paisagem<sup>26</sup>. E eu estive muitas vezes lá em cima, já pernoitei lá em cima. Então a questão da Serra da Piedade é muito forte. Meu pertencimento a Caeté tem a ver com a Serra da Piedade.

(...) da Serra da Piedade, que qualquer lugar que a gente estiver em Caeté ela faz parte. Se ela não estiver ali, perde-se a essência de Caeté, né?

Teca.

A Serra da Piedade é um exemplo emblemático da relação do assédio das terras de Caeté pelos interesses minerários. O fato de ser um cartão-postal da cidade e um local de referência na memória afetiva da população faz com que o caso da mineração neste território receba maior atenção. Ainda assim, mesmo acontecendo em um local de fácil acesso e fácil visualização para a população, a atividade segue a despeito das críticas já realizadas por parte da população caeteense e até mesmo pela Arquidiocese de Belo Horizonte, zeladora responsável pela exploração turística e religiosa do lugar. A mineração na Serra da Piedade já passou por períodos de interrupção e foi retomada em 2021 pela mineradora AVG. Até mesmo moradores de Morro Vermelho indicam preocupação sobre a retomada da mineração na Serra da Piedade e falta de um acompanhamento mais severo sobre o que está sendo feito por parte do Estado e órgãos competentes.

A gente tem uma mineradora silenciosa na Serra da Piedade, que está destruindo e ninguém fala nada. Todo mundo fica com os olhos na Vale, mas

---

<sup>26</sup> É possível avistar a Serra da Piedade por um longo período da estrada que liga Sabará a Caeté. Este é um trecho feito por muitos moradores, especialmente quando têm de ir a Belo Horizonte, pois essa estrada é menos movimentada e evita-se assim passar pela BR 381, estrada muito movimentada, com trechos ruins e, por isso, muito perigosa para os motoristas. Essa paisagem tão bonita também sofre impacto em certo trecho devido uma ação de descomissionamento de barragem empreendida pela Anglo Gold, que tem aberto grandes lagoas de secagem de rejeito em um trecho dessa estrada.

e essas outras? Então eu acho que deveria ter um pouco mais de visão crítica, visão de participação política e envolver os órgãos de fiscalização sérios pra fiscalizar e acompanhar essa evolução e esse desenvolvimento.

Adriana.

Mesmo outros lugares que não recebem tanta atenção por não serem cartões postais como a Serra da Piedade - mas que ocorrem as atividades de mineração- e aqueles que estão há anos sendo sondados por este setor, merecem atenção. Este é o caso do Morro Vermelho que irei contar parte da história a partir de agora.

## 1.2 Morro Vermelho

Morro Vermelho é um distrito de Caeté localizado na parte sul do município. Assim como Caeté, também possui sua fundação ligada à mineração. Segundo registros, por volta de 1690 já havia habitantes em Morro Vermelho, mais provavelmente, bandeirantes ligados ao bando de Leonardo Nardez, um bandeirante paulista que é tido pela história como o fundador de Caeté.

Em 1700 é inaugurada a primeira capela no arraial. Devido a esse registro mais preciso, alguns historiadores consideram essa a data de fundação de Morro Vermelho, fundado aproximadamente 15 anos antes de Caeté<sup>27</sup>.

Durante as entrevistas realizadas em campo, Morro Vermelho foi descrito com carinho por todas as pessoas entrevistadas. Nas palavras de um dos entrevistados, Morro Vermelho é o seu ninho. Mesmo saindo, no seu caso, indo trabalhar em Caeté, retorna sempre, pois se sente bem em seu ninho. O ninho, como sabemos, é uma estrutura construída pelos animais com recursos disponíveis naquele ambiente, como galhos, folhas etc., para dar conforto e proteção a seus filhos. O ninho é a primeira casa. E é isso que os moradores demonstraram encontrar em Morro Vermelho: ligação familiar, relação com o lugar e seu entorno, conforto e proteção. É a casa, o lugar do qual se sentem parte.

Eu sou nascido aqui; estou com 79 anos completos. Estou caminhando, se Deus quiser, para 80. Já estou com mais da metade da caminhada completa para 80. Minha família também é toda daqui.

Um dia eu “envinha” voltando do serviço de Caeté pro Morro, eu estava assim na bandada do ônibus, e um compadre perguntou: “Ô Zé, por que você não

---

<sup>27</sup> A maior parte das informações históricas e culturais sobre o Morro Vermelho aqui relatadas foram retiradas do *site* <morrovermelho.com.br>, criado pelo jornalista Geraldo Lopes, morador de Morro Vermelho e grande conhecedor da história do local. Pesquisa e cataloga informações sobre o lugar há mais de quarenta anos. Soma-se ao senhor Geraldo neste trabalho, a jornalista Viviane Pinheiro, também moradora do Morro Vermelho, responsável pela atualização do *site* bem como contatos para entrevistas.

muda pra cá pra Caeté?”. Eu era bancário. Eu expliquei pra ele: “Ô cunhado, eu tenho o Morro Vermelho como um ninho. É o meu ninho. E eu continuo aqui”.

Zé Leal.

A ligação entre as pessoas moradoras de Morro Vermelho do presente com seus antepassados se revela muito forte nas falas. As pessoas sempre referenciam seus pais, avós, bisavós e demonstram se entender como herdeiras dessa grande linhagem de pessoas que ao longo dos séculos transmitiram costumes e serviços de cuidado para com o lugar e sua cultura. O passado é sempre muito presente na fala das pessoas moradoras do Morro – um interlocutor que ensina, sempre muito revisitado nas lembranças.

(...) uma herança. Por exemplo, meus pais, a gente é da banda de música, da festividade de Nossa Senhora de Nazaré, que é a maior festa tradicional aqui do lugar. Das festas paralelas, como Semana Santa e tal. Com relação a essa parte esportiva, também, o futebol está muito entranhado nas nossas vidas. Então é desde sempre. Tem uma parte da família que vai mais pra esse lado da cultura e religiosidade, outra pro esportivo, música, mas tá todo mundo inserido. A gente herdou de certa forma, e estamos continuando. Meus pais também continuam, eles são ainda muito ativos. Mas foi uma herança vinda dos nossos antepassados, porque meu avô era inserido, meus bisavós eram inseridos, meus tataravós eram inseridos, então continua.

Adriana.

O primeiro nome que o local recebeu foi de Arraial Vira Copos, também reconhecido como Ribeiro Comprido. O ribeiro comprido é um córrego que corta o distrito; durante o primeiro período de exploração de ouro, era um local onde este mineral era muito abundante. A exploração de ouro nesta região teve início em outro leito de água, no conhecido Ribeirão do Inferno, localizado na estrada que liga o Morro Vermelho a Caeté, hoje próxima ao clube Juca Vieira. Aí foram encontrados os primeiros exemplares de ouro de aluvião. A partir deste momento, inicia-se a exploração mineral na região, verificando-se um período de grande aumento da população local.

O Arraial Vira Copos em seu auge chegou a abrigar mais de 10 mil pessoas, principalmente bandeirantes, mineradores, pessoas escravizadas e comerciantes. Segundos os relatos históricos, havia aproximadamente duzentas minas ao redor do arraial. Foi no próspero arraial que teve início um movimento de revolta chamado Guerra dos Emboabas, em que bandeirantes e outros mineradores não paulistas, considerados pelos primeiros como “estrangeiros”, ou emboabas – um nome de origem tupi-guarani que designa um pássaro. Travaram uma guerra por posse de terras, direito à exploração das minas encontradas, dinheiro e poder, tendo como vitoriosos os estrangeiros. Reduziu-se, a partir disso, o número de bandeirantes em Minas Gerais.

Este local disputado, fonte de muita riqueza para algumas pessoas, foi aos poucos deixando de ser tão procurado e de ser considerado valioso na metade do século XVIII, por volta de 1750, quando o ouro de aluvião deixa de ser um mineral facilmente encontrado nessas terras. O declínio da mineração do ouro fez com que o arraial fosse drasticamente esvaziado. Num censo realizado pela Câmara dos Vereadores de Caeté em 1867, o Morro Vermelho tinha apenas 673 moradores.

Com o declínio do ouro, a população residente no distrito passou a viver da agricultura e da pecuária em pequena escala. Os moradores que buscavam por trabalho assalariado passaram a migrar para Caeté e cidades ao redor. A economia em Morro Vermelho teve melhora a partir do século XIX, com a chegada de indústrias de cerâmica na cidade de Caeté, e também de carvoarias. Morro Vermelho participava desse circuito fornecendo a madeira a ser queimada nos altos fornos das indústrias, em especial o eucalipto.

As plantações de eucalipto também seriam importantes para o funcionamento de siderúrgicas que se instalaram na cidade no século XX, como a companhia Ferro Brasileiro, que chegou a Caeté em 1931, contribuindo para muitas mudanças na cidade e a geração de empregos. Até os dias de hoje, com a saída das indústrias citadas, o eucalipto é uma fonte de renda e uma atividade econômica marcante no município. Esta atividade é uma geradora de renda, mas é importante destacar que ela não chega a contribuir de forma intensiva na geração de emprego e renda no distrito, sobretudo porque o eucalipto não necessita de mão de obra constante no desenvolver da plantação, fazendo com que os momentos de trabalho sejam pontuais. A maior parte da renda fica para o dono da terra e da plantação, de maneira que a condição socioeconômica das famílias do Morro Vermelho não sofreu grande alteração com o eucalipto.

É muito comum em Caeté um fluxo migratório das pessoas do distrito para a cidade. Alguns chegam a possuir residência na cidade, e outros fazem o deslocamento diariamente. O principal motivador desse fluxo é a busca de estudos e empregos. Quando estive em campo conversando com os interlocutores de Morro Vermelho, muitos relataram que é comum as pessoas saírem do Morro, migrarem para outras cidades em busca de emprego e não mais voltarem a residir lá.

A falta de empregos, especialmente empregos qualificados para parte da juventude que consegue estudar e ter uma profissão, faz com que as pessoas deixem Morro Vermelho. Isso leva a que, de acordo com a percepção das pessoas entrevistadas,

o Morro se torne um lugar de velhos e crianças, especialmente durante a semana. Aos finais de semana esse cenário muda um pouco, pois parte da família vem visitar aqueles que ficaram, enchendo o Morro um pouco mais de gente e movimento.

De acordo com dados da ARMBH do ano de 2017, Morro Vermelho apresenta grande distância em rendimento censitário quando comparado à sede do município. A média de rendimento dos setores censitários na sede é 69,24% superior à de Morro Vermelho, o que evidencia realidades sociais bastante diferentes.

Morro Vermelho possui uma arquitetura bem preservada do período colonial. Como demonstra artigo escrito por professoras e aluna do curso de Arquitetura da UFMG<sup>28</sup>, o distrito não cresceu muito desde então e preserva muitas casas com padrões clássicos dos vilarejos mineiros daquele período. O crescimento do distrito continuou a se dar a partir da sua rua principal, tida em termos arquitetônicos como caminho-tronco. O caminho-tronco de Morro Vermelho é calçado de paralelepípedos e tem um desenho quase reto; liga o único e antigo chafariz até a matriz de Nossa Senhora de Nazaré, e a partir desta vai até a igreja de Nossa Senhora do Rosário, ambas construídas no período colonial. Estão distribuídas ao longo deste caminho a maior parte das casas que possuem desenhos da arquitetura colonial.

O tipo mais antigo possui a estrutura em gaiola de madeira com vedação em adobe. A fachada característica é alongada com sucessão de esquadrias, cujas marcações fazem parte da própria estrutura construtiva, sendo os cheios equivalentes à metade dos vazios ou a uma vez o vazio. A porta já não é obrigatoriamente central, deslocando-se para as laterais, em partido menos rígido. As janelas são retangulares, em folha única, com proporção de metade da porta. (SAFE et. all. 2013, p.11).

---

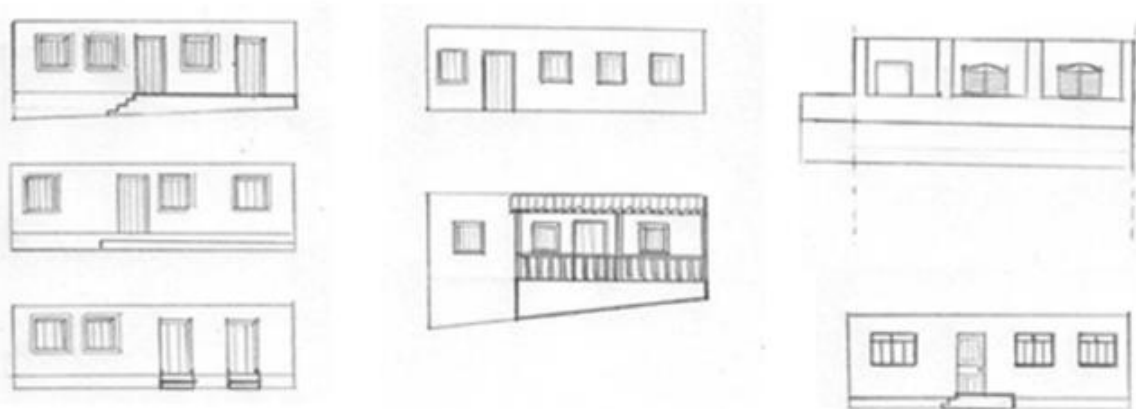
<sup>28</sup> “O caráter único de Morro Vermelho na região metropolitana de Belo Horizonte”. SAFE, Simone; FAQUINELLI, Raquel e PEREIRA COSTA, Stael (2013). Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/O-car%C3%A1ter-%C3%BAnico-de-Morro-Vermelho-na-RMBH.pdf>>. Acessado em novembro de 2023.

**Figura 5 - Tipo base de fachada em Morro Vermelho.**



Fonte: SAFE et all, p. 11.

**Figura 6 - Variações do tipo base, fachadas de 10 a 12 m, versões tradicionais e diacrônicas.**



Fonte: SAFE et all, p. 12.

**Fotografia 5 - Registros da mesma construção em anos diferentes.**



Fonte: SAFE et al,p. 13.

**Fotografia 6 - Rua “tronco” em Morro Vermelho.**



Fonte: Jornal Estado de Minas<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Disponível em :<[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/16/interna\\_gerais.1167356/morro-vermelho-relembra-epidemias-e-se-cerca-contra-a-covid-19.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/07/16/interna_gerais.1167356/morro-vermelho-relembra-epidemias-e-se-cerca-contra-a-covid-19.shtml)> . Acessado em novembro de 2023.

**Fotografia 7 - Visão panorâmica da rua principal de Morro Vermelho.**



Fonte Jornal Estado de Minas.<sup>30</sup>

**Fotografia 8 - Igreja Nossa Senhora de Nazareth e Casa Paroquial.**



Fonte: Caminho Religioso da Estrada Real.<sup>31</sup>

Os demais zoneamentos urbanos do distrito se distribuem como que seguindo raízes a partir dos quintais destas casas-tronco, formando pequenas manchas de urbanização ao redor deste trecho principal. O desenvolvimento urbano em Morro

---

<sup>30</sup> Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna\\_gerais.1455612/morro-vermelho-em-caete-abre-as-portas-da-sua-historia-para-o-mundo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna_gerais.1455612/morro-vermelho-em-caete-abre-as-portas-da-sua-historia-para-o-mundo.shtml)> . Acessado em novembro de 2023.

<sup>31</sup> Disponível em : < <https://www.caminhoreligiosodaestradaareal.com/morro-vermelho-mg/>> . Acessado em novembro de 2023.

Vermelho aconteceu de forma muito miúda e orgânica, por isso não apresenta quarteirões retangulares ou de outras formas geométricas muito demarcadas, como é comum nas cidades. Essa forma de espacialização do distrito também contribui para sua singularidade e caráter único na região. O município de Caeté reconheceu a singularidade desta paisagem tão característica de Morro Vermelho, tornado patrimônio cultural e denominado de “Conjunto Urbano e Paisagístico: Passos da Paixão”, pelo Decreto nº 77/09, de 17 de março de 2009.

A vida cultural em Morro Vermelho é bastante agitada. O distrito possui uma das festividades mais antigas da cidade, muito admirada na região: a Cavahada Nossa Senhora de Nazaré é uma celebração festiva e religiosa que acontece em todo 7 de setembro, desde o ano de 1704. Antecede a festa um período de novena com muitas atividades, mas o auge acontece no dia 7, quando é encenado um espetáculo cênico-musical que narra a conversão de mouros em cristãos. Esta cavahada se diferencia de outras existentes, pois não foca na encenação da guerra; encena um diálogo acontecido teoricamente ao final desta guerra, em que é feito um trato de paz entre mouros e cristãos e, por fim, dá-se a conversão dos primeiros. A encenação é repleta de simbolismos; o mais marcante acontece ao final, quando os cavaleiros entrelaçam o mastro com a bandeira de Nossa Senhora de Nazareth, marchando de forma sincronizada e formando um desenho de oito no chão, enlaçando as fitas com as cores azul (mouros) e branca (cristãos) sincronicamente no mastro, a simbolizar a união<sup>32</sup>. Durante a festa da Cavahada de Nossa Senhora de Nazareth, Morro Vermelho chega a receber 10 mil pessoas.

---

<sup>32</sup> Artigo: “Caeté – Cavahada de Nossa Senhora de Nazaré”. Site IPatrimônio. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/caete-cavahada-de-nossa-senhora-de-nazareth/#!/map=38329&loc=-19.953485999999998,-43.700024999999999,17>>. Acessado em novembro de 2023.

**Fotografia 9 - Cavalhada de Nossa Senhora de Nazareth.**



Fonte: Jornal Estado de Minas.<sup>33</sup>

**Fotografia 10 - Cavaleiros trançando o mastro.**



Fonte: Jornal Opinião Caeté.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Disponível em:

<[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/06/interna\\_gerais,1391656/moradores-de-morro-vermelho-em-caete-participam-de-homenagens-a-padroeira.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/06/interna_gerais,1391656/moradores-de-morro-vermelho-em-caete-participam-de-homenagens-a-padroeira.shtml)> . Acessado em novembro de 2023.

<sup>34</sup> Disponível em : < <https://www.opiniaocaete.com.br/cavalhada-nossa-senhora-de-nazareth-completa-315-anos-de-apresentacoes-ininterruptas/>> . Acessado em novembro de 2023.

A Cavalhada é reconhecida como um patrimônio cultural municipal, bem como outros bens imateriais presentes na vida cultural de Morro Vermelho, a exemplo da bebida Aluá, servida na festa de Nossa Senhora do Rosário, uma bebida fermentada que foi elaborada pela população escravizada que viveu no Morro durante o período colonial. Nossa Senhora do Rosário é conhecida como a protetora dos negros, e por isso a bebida é servida durante a sua festa.

Outro bem imaterial muito presente no cotidiano das festividades do Morro Vermelho é a banda marcial Sociedade Musical Santa Cecília. A banda também possui registro de fundação em 1704, daí ser uma atividade tricentenária. A banda Santa Cecília está presente em todas as festividades de Morro Vermelho, desde as religiosas como a Cavalhada, até as profanas, como o Carnaval. Quando convidada, a banda também se apresenta nas festividades de Caeté e dos municípios próximos<sup>35</sup>.

**Fotografia 11 - Banda Santa Cecília com o Sr. Zé Leal à frente.**



Fonte: Educação Patrimonial Caeté.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Tive o prazer de entrevistar o presidente da Banda Santa Cecília, o senhor José Leal, pessoa muito conhecida em Morro Vermelho e Caeté, que em 2023, quando entrevistado, já contava com 79 anos. O senhor Zé Leal, como é conhecido, sem dúvidas é um dos patrimônios humanos do Morro Vermelho, sempre disposto a conversa, com uma grande memória sobre os fatos passados no Morro Vermelho e em Caeté.

<sup>36</sup> Disponível em: < <https://educacaopatrimonialmcaete.com.br/patrimonios/sociedade-musical-santa-cecilia-morro-vermelho/>> . Acessado em novembro de 2023.

Morro Vermelho é o distrito mais turístico de Caeté, atraindo visitantes interessados em conhecer o vilarejo e sua arquitetura, suas festividades e também suas belezas naturais. O Morro está na região do Parque Nacional Serra do Gandarela, fundado em 2014. Este parque foi criado com o intuito de proteger a região da Serra da Gandarela, considerada a última cadeia rochosa de Minas Gerais ainda preservada na maior parte de sua extensão. As demais já estão severamente comprometidas devido aos muitos anos de exploração mineral.

No Morro Vermelho estão situadas cachoeiras de especial beleza cênica, fator que atrai diversos turistas, especialmente da região metropolitana. A mais famosa delas é a Cachoeira de Santo Antônio, que possui uma queda de 35 metros, bastante alta, e um poço bem amplo, onde turistas se divertem aos finais de semana. A intensidade das águas na Cachoeira de Santo Antônio é apenas uma demonstração da quantidade de água acumulada nos lençóis freáticos da região, considerado um grande reservatório de água doce, com condições de abastecer Morro Vermelho e também Belo Horizonte e outras cidades da região, caso seja necessário no futuro.

**Fotografia 12 - Cachoeira de Santo Antônio em Morro Vermelho.**



Fonte: Site Viagem com Emoção<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Disponível em: < <https://viagemcomemocao.com.br/cachoeira-santo-antonio-raposos/> > Acessado em novembro de 2023.

A Cachoeira de Santo Antônio, muito procurada pelos turistas, não é tão visitada pela população do Morro Vermelho. Isso se deve ao fato de ela possuir um redemoinho em certo ponto de seu extenso lago; este local forma uma espécie de vácuo entre as pedras abaixo do lago e a lâmina d'água, puxando o corpo dos banhistas para debaixo da água, o que já provocou muitos afogamentos e mortes, até mesmo de moradores do Morro. Os acidentes na cachoeira de Santo Antônio são bastante recorrentes; por reconhecerem o perigo e violência dessas águas, os moradores de Morro Vermelho não costumam frequentar a cachoeira que atrai tantas pessoas.

Quando as pessoas do Morro Vermelho procuram por cachoeiras costumam ir à cachoeira Maquiné, que se encontra nas terras da antiga Fazenda Maquiné, hoje território comprado pela Vale-S.A.

Como pode ser notado, Morro Vermelho é um distrito que se destaca por suas singularidades arquitetônicas, festivas, religiosas e naturais, entre outras não citadas. É um lugar rico do ponto de vista dos patrimônios culturais – sejam eles materiais ou imateriais, e também naturais. Embora não seja um lugar com grande concentração de renda, os bens naturais e culturais citados são fonte de muito orgulho de seus moradores, que possuem com Morro Vermelho uma relação muito afetiva de reconhecimento e de zelo pelo lugar e sua história.

Durante os meses de maio a agosto de 2023, realizei minhas primeiras visitas de campo no distrito de Morro Vermelho. Embora seja uma moradora de Caeté e conheça o Morro desde criança, esta foi a primeira vez que estive neste lugar com o intuito de ouvir de seus moradores suas percepções e vivências sobre o distrito. A história, as relações de identidade, as memórias narradas pelas pessoas que vivem ali e que, em sua expressiva maioria, herdaram a relação com o lugar de suas gerações passadas, são mais um elo na trama de histórias vividas em Morro Vermelho.

Como relatado acima, Morro Vermelho não é um distrito muito povoado; durante os dias de semana, fica ainda mais vazio, pois parte da sua população residente migra para trabalhar e/ou estudar em Caeté ou outros municípios próximos, como Raposos, Santa Bárbara, Nova Lima e até mesmo Belo Horizonte. Esta diminuição de moradores faz com que o distrito fique extremamente tranquilo durante a semana, com baixa circulação de carros, pouco barulho urbano, pequena circulação de pessoas.

Durante a primeira visita de campo que fiz a Morro Vermelho, num dia de semana pude notar essa tranquilidade enquanto conversava com um rapaz que estava sentado num banquinho em frente à casa paroquial, ao lado da igreja de Nossa Senhora de Nazareth, bem no centrinho do Morro. Nesta ocasião, eu estava procurando por pessoas da Vale que estavam presentes no distrito naquela semana, para prestar informações sobre o projeto Apolo, projeto de implantação de uma mina a céu aberto de extração de minério de ferro, que, caso aprovado, terá o distrito de Morro Vermelho como o local onde se dará a maior parte das atividades e que receberá a maior quantidade de trabalhadores, sendo provavelmente o local mais impactado com o empreendimento.

A princípio, perguntei para o rapaz se por acaso ele tinha visto os trabalhadores da Vale, pois minha informação era a de que estariam prestando esclarecimentos em uma tenda montada em frente à igreja. Ele me disse que eles estavam mais abaixo, na beira do córrego do chumbo – o mesmo em que em séculos passados se extraía ouro –, e que estiveram em frente à igreja na semana anterior. Vendo meu interesse pelo caso, o rapaz me perguntou se eu trabalhava na Vale; expliquei que não, que estava fazendo um trabalho para a faculdade. Então ele começou a me contar que tinha muito receio com o projeto. Por alto, comentei que seria muito ruim para a natureza, que traria muito impacto. Ele me corrigiu: “Não é ruim só para a natureza. Você está preocupada só com a natureza? Eu estou muito mais preocupado com o Morro, com a tranquilidade aqui do Morro. Olha isso, que paz, eu gosto assim”. De fato, durante os dez minutos em que conversávamos não passou nenhum carro, não avistei pessoas cruzando o largo da igreja – que é um campo –, e só quando estava indo embora, chegou outro rapaz a cavalo e tomou meu lugar na conversa com o primeiro.

Na maior parte das conversas com os moradores de Morro Vermelho a tranquilidade foi citada. A maior parte das vezes referida por esta palavra, “tranquilidade”, mas outras vezes como “sossegado”, “parado”, “calmo”, “paz”. Percebi que a tranquilidade é um valor para os cidadãos do Morro. Provavelmente um dos bens mais preciosos disponíveis para todos os moradores dali, que gostariam que fosse preservado.

Um dos principais pontos pra ter qualidade de vida é a paz. A gente consegue ter muita paz no Morro, e a alimentação é a mais natural possível. Porque quase todo mundo tem uma plantação. Eu pessoalmente gosto muito de plantar folhas de chás, uma horta, eu gosto bastante. É, o Morro é bem tranquilo, e eu gosto. Marinalva.

\*

Aqui tem muito bem-viver, porque assim, hoje em dia todo mundo procura um contato com a natureza, um lugar calmo pra se viver, com menos violência, menos frequência de assalto e óbitos, assassinatos, homicídios. Então eu acho que aqui é um lugar tranquilo para ter um filho, pra criança poder brincar na rua, essas coisas assim.

Grazy.

\*

A tranquilidade aqui, o sossego, o fato de muitas interferências dos centros urbanos ainda não terem chegado aqui, ainda é uma qualidade de vida boa. Adriana.

O dia a dia no Morro Vermelho é muito mais tranquilo que numa cidade urbanizada. Os perigos são muito menores, as distâncias, mais curtas, as pessoas são todas conhecidas, a natureza é próxima. Tudo isso faz com que os cidadãos do Morro tenham tempo para contemplar e se regozijar por viverem com calma, coisa que sabem que é cada vez mais rara numa vida urbana.

Quando eu morei em Belo Horizonte, de coisas simples eu não fazia questão, como olhar o céu à noite, a Lua. Eu sou apaixonada por Lua, pôr do sol, e lá a gente não tem muito tempo de ficar olhando isso. Aqui eu tenho esse tempo. Às vezes eu tô na rua, ou estou na varanda de casa e estou olhando a Lua. Eu desço aqui a rua do serviço e vejo o pôr do sol, sabe? Você vê ele todos os dias diferente. Aqui mesmo na rua há muitos pássaros, maritacas, às vezes um tucano passando. Aqui tem um acesso muito fácil à natureza.

Grazy.

Pelo que pude perceber durante os dias de campo e de entrevistas, o principal lugar que ocupa a memória e fortalece os laços afetivos das pessoas com o lugar Morro Vermelho é o largo da igreja. Perguntava em todas as entrevistas se as pessoas poderiam citar lugares e paisagens que fossem importantes para elas no Morro Vermelho e que de certa forma representassem aquele lugar. Interessante que muitas vezes era referenciada a rua principal, o que chamam de centro do Morro, que tem no largo da igreja seu ponto principal. Destaco que a imagem que as pessoas tentavam transmitir ia além da igreja. A paisagem da rua principal, com seu chão de pedra, as casas preservadas e até mesmo o ar que se respira ali é o que as pessoas buscavam para citar.

Outro lugar muito referenciado foi o Morro da Santa Cruz, um morro alto formado por uma terra muito vermelha – como é toda a estrada de terra que liga Caeté ao Morro –, que fica na entrada do distrito; é devido a este local que atualmente o distrito tem o nome de Morro Vermelho. O Morro Vermelho foi citado por ser considerado um referencial importante do distrito, por ser responsável pelo nome do lugar, por ser um local alto que pode ser visto de longe, assinalando para as pessoas de fora que ali já são

terras do distrito, e também por ser um local onde se faziam peregrinações e missas, sempre presente no calendário religioso do distrito.

De certo ponto do distrito é possível avistar a paisagem da igreja Nossa Senhora de Nazareth, com a rua principal e, ao fundo, o Morro da Santa Cruz. Esta paisagem do centro em composição com o morro é muito referida na memória, como se integrasse os lugares de maior importância para os moradores em uma imagem só. Todos estes lugares que também podem ser um só tornam-se especiais para os moradores por serem o lugar do vivido, compostos de memórias e histórias. Ao mesmo tempo que são cotidianos, pois se convive sempre com eles, de tempos em tempos transformam-se em lugares ainda mais especiais, onde se reza, se celebra, se encontram amigos, se contempla o tempo que passa pelo Morro Vermelho a cada novo dia. E assim vão formando memórias e estabelecendo ligações afetivas com as pessoas, tornando-se especiais.

O lugar pra mim é o Morro mesmo... Eu gosto muito do morro Santa Cruz, aquele na chegadinha ali, na Giriza ali, no alto. Ele compõe uma paisagem muito bonita, né? O Morro, com a cruz, a igreja, ele compõe ali um cenário bem bonito. E a gente ia lá quando criança. Celebravam missas lá; pelo menos uma vez no ano celebravam uma missa lá no Morro da Santa Cruz. E todo mundo ia. Os pais da gente levavam a gente pra assistir; a gente fazia uma caminhada que era meio que uma penitência, e era bem gostoso porque você ia ali conversando com o povo, vendo a paisagem, e os pais da gente contando as histórias.

Marinalva.

\*

Em relação a lugar, acho que é a Praça da Matriz. Na minha adolescência, ia pra praça depois de missas pra ficar aqui pela praça. Então acho que é o lugar mais importante.

Grazy.

\*

Você pega a igreja, o Morro Vermelho que deu origem ao nome, e você pega o Morro como um todo. Pra mim a paisagem é essa: a igreja e o morro. Que aí une a questão religiosa e cultural com o natural. Essa imagem é muito marcante pra mim.

Adriana.

\*

O mais importante que a gente tem no Morro é o Morro Santa Cruz. Acredito que até o nome do Morro é por causa dele mesmo, né? Porque de Belo Horizonte a gente vê ele aqui.

Seu Hélio.

\*

O primeiro é o Morro da Santa Cruz. Porque ele é que dá referência ao nome nosso. Porque vindo de Raposos você vê que ele tem uma faixa vermelha no meio. Então o povo vinha de Belo Horizonte por Raposos, e na hora que pegava um alto lá, já avistava ele com essa faixa vermelha.

Zé Leal.

**Fotografia 13 - Vista do distrito de Morro Vermelho com o Morro de Santa Cruz ao alto.**



Fonte: Site Morro Vermelho Amor à Liberdade<sup>38</sup>.

**Fotografia 14 - Morro de Santa Cruz visto da estrada Caeté-Morro Vermelho.**



Fonte: Autoria própria.

---

<sup>38</sup> Disponível em: < <https://morrovermelhomg.com.br/historia/historia-de-resistencia/>>. Acessado em novembro de 2023.

O principal problema citado pelos moradores é a falta de estradas pavimentadas para ligar o distrito às cidades vizinhas. A estrada mais citada foi a Morro Vermelho-Caeté. São 13 quilômetros de estrada de terra; muitas vezes essa estrada não é cuidada pelo poder público, tendo, além da poeira vermelha, muitos buracos. Em períodos de chuva, a estrada fica ainda mais difícil de ser transitada; isso causa muitos transtornos, comprometendo os deslocamentos das pessoas, principalmente daquelas que necessitam ir a Caeté todos os dias, para estudar ou trabalhar.

Aqui a gente tem uma estrada de terra. Há quem pense assim: “Ah, asfalto nem pensar, porque vai quebrar as tradições”. Não, gente, não vai interferir um asfalto na estrada. Claro, aqui no distrito acho que tem de manter as pedras e tal, mas a estrada, só quem sofreu com chuva, com poeira, que andou a pé quando estudava, porque ônibus estragava e a gente não tinha condição, e que hoje tem um carro, que você tem de ter uma mecânica violenta, porque não suporta. Então, só quem vive sabe as consequências que a gente sofre.

Adriana.

Outro problema citado foi a falta de antena de telefonia móvel e sinal de internet no Morro Vermelho. Telefone celular tem muita dificuldade de encontrar sinal no distrito; a internet funciona via sinal de rádio e é bastante fraca. As pessoas ficam frustradas por enfrentarem dificuldades ao ter acesso a esse serviço que é básico e já existe há muito tempo na sede.

Além dessas questões, o tema da falta de empregos no distrito é sempre muito mencionado como um problema que tem por consequência a baixa renda da maior parte da população do Morro e a evasão de seus moradores a cada nova geração.

E outra coisa, a gente ainda tem de sair pra procurar emprego. Porque aqui não é um lugar que tem oportunidade de trabalho. Assim como em Caeté também. O maior empregador é a Prefeitura, mas ela não absorve todo mundo. Então viver bem aqui no Morro Vermelho não é o suficiente pra você manter uma vida padrão com as necessidades que a gente tem.

Adriana.

Este distrito tranquilo e de grande atividade cultural pode estar prestes a sofrer modificações em seu dia a dia, e também em sua paisagem (natural e urbana).

### **1.3 Projeto Apolo - Vale S.A**

Como descrito, Caeté é uma cidade abundante em minerais importantes para o mercado internacional de mineração. Os principais são o ouro e o minério de ferro. Neste momento, devido à grande quantidade de minério de ferro existente na região,

especialmente nos municípios de Caeté e Santa Bárbara, em áreas próximas aos distritos de Morro Vermelho (Caeté) e André do Mato Dentro (Santa Bárbara), há uma proposta de projeto de implantação de uma grande lavra de mineração a céu aberto de minério de ferro. Caso seja instalada a lavra, os municípios de Raposos, Rio Acima e Barão de Cocais também serão impactados pela atividade, segundo dados dispostos no *site* da Amplo Engenharia, terceirizada da Vale e responsável pelo processo de licenciamento do projeto.<sup>39</sup>

A intenção da Vale em instalar este projeto que é denominado de “Apolo” pela mineradora não é recente. Pelo menos desde o ano de 2009 a Vale vem declarando interesse público nesta região. De lá para cá, o projeto de licenciamento já foi rejeitado pelos órgãos responsáveis e também já passou por uma série de revisões até chegar ao formato atual. A proposta da Vale neste momento é instalar o projeto de mineração que gerará 14 milhões de toneladas por ano de minério de ferro. O distrito do Morro Vermelho será o local onde se instalará praticamente toda a planta de beneficiamento e as demais estruturas do projeto; na área pertencente a Santa Bárbara, estará quase metade da cava a ser explorada.

Segundo pesquisa (GAZINELLI, 2020), antes mesmo de 2009 a Vale já conhecia o potencial exploratório dessa região, e já havia conseguido a licença ambiental para a exploração do minério. Existem registros do ano de 2002 de pedidos de licença para dois pontos diferentes na mesma região, um na serra do Baú, outro na serra do Piancó, ambas pertencentes ao Gandarela. A proposta naquela época era de expansão da mina de Brucutu, que se localiza na cidade de São Gonçalo de Rio Acima, próximo também aos limites do município de Barão de Cocais. Brucutu é a maior mina da Vale em atividade em Minas Gerais e a segunda maior do país, estando atrás apenas de Carajás. Caso os pedidos de licenciamento tivessem sucesso, seria instalado um extenso complexo minerário.

Os pedidos 2002 também não foram liberados pelos órgãos competentes. A Serra do Piancó<sup>40</sup> é uma das principais localidades onde a Vale pretende instalar o projeto Apolo, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental – Rima do projeto<sup>41</sup>. Essa

---

<sup>39</sup> *Site* com informações do projeto disponível em: <<http://amplobh.com.br/>>. Acessado em novembro de 2023.

<sup>40</sup> Algumas literaturas encontradas escrevem “Piancó”; outras, “Piacó”.

<sup>41</sup> “Será uma mineração com a produção de 14 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, durante a vida útil da mina, estimada em 29 anos. Estará localizado numa região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, mais especificamente na Serra do Piancó, que compõe parte da área conhecida como Serra do

consciência reforça a teoria levantada por ambientalistas e pesquisadores de que o interesse pela região é anterior ao primeiro pedido de licenciamento do Apolo, protocolado em 2009.

Sinclinais são grandes dobras de camadas geológicas sobrepostas, com a concavidade voltada para cima. Os principais aquíferos/jazidas ferruginosas do Quadrilátero Ferrífero e Aquífero encontram-se nas formações serranas que representam as bordas dos sinclinais. A região do sinclinal Gandarela é a área mais expressiva de biodiversidade e qualidade de águas em todo o arco Oeste-Sul-Leste no entorno de Belo Horizonte. A Vale tenta licenciar a extração mineral no sinclinal Gandarela desde 2002. O projeto Apolo é uma tentativa de conclusão do domínio pleno do QFA pela mineradora. Após diversas tentativas de obter autorizações para intervir em áreas aparentemente isoladas na região, a Vale é obrigada a elaborar um EIA, concluído e protocolado em 2009, para o projeto Apolo.

Em abril de 2002, como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD/Vale) já privatizada, a empresa solicita licenças prévias separadas para minerar as jazidas das serras do Baú e Piacó. Em setembro do mesmo ano, comunica estar revisando planos de Aproveitamento Econômico e de Negócios Futuros e solicita ao Estado a “paralisação temporária” dos processos de licenciamento de empreendimentos nas serras ou jazidas Piacó, Baú, Dois Irmãos, Congo Velho etc. (Vale/CVRD, Of. GAMBS-EXT n.º 117, 118 e 321/2002), todas no sinclinal Gandarela. Poligonais minerárias da atual expansão da mina do Brucutu e do projeto mina do Baú constam do pedido de paralisação de processos de 2002. (GAZINELLI, 2020, p. 17).

De acordo com o antropólogo Marco Zucarelli (ZUCARELLI, 2021), a prática de fracionamento dos pedidos de licenciamento ambiental é comum por parte de mineradoras. O objetivo é dar menos luz aos impactos possíveis e assim facilitar a liberação do empreendimento.

A mineração, por exemplo, faz uso dos licenciamentos fracionados para suas áreas de pesquisa e de lavra requeridas, mesmo que estas sejam adjacentes e com previsões futuras já determinadas de incorporação, exploração e imprescindíveis à continuidade da estrutura já instalada. A fragmentação é uma estratégia recorrente que permite o ocultamento das afetações sobre os territórios e seus diferentes modos de usos, configurando uma “geografia ficcional do empreendimento” (SANTOS, 2014, p. 155). Para Santos, o intuito é criar “zonas de sombra e não informação” (2014, p. 149), para “diminuir as exigências jurídico-administrativas”, “ocultar efeitos conjuntos, conexos ou transfronteiriços” (SANTOS, 2014, p. 147). Quanto menos impacto aparecer, menores serão os custos do projeto. (ZUCARELLI, 2021. p. 232).

O projeto de licenciamento protocolado no Copam em 2009 previa uma exploração maior de minério de ferro do que o declarado no atual projeto. A Vale apresentou o primeiro pedido de licenciamento ambiental prevendo a exploração de 24 milhões de toneladas de minério de ferro. Veículos de imprensa daquela época noticiavam que aquele seria um dos maiores projetos de mineração da Vale no Brasil. Além disso, o

---

Gandarela.” Relatório de impacto Ambiental Projeto Apolo, protocolado no Copam em 2021. Disponível em: <[https://vale.com/documents/d/guest/rima\\_apolo\\_umidade\\_natural\\_230p](https://vale.com/documents/d/guest/rima_apolo_umidade_natural_230p)>. Acessado em novembro de 2023.

projeto previa a implantação de uma barragem úmida de rejeitos, modelo a montante, como foi feito por muitos anos em Minas Gerais. Este ponto foi especialmente criticado à época e levou a comunidade de Raposos, cidade que teoricamente seria atingida em um possível rompimento desta barragem, a se articular socialmente contra o projeto. A cidade de Raposos chegou a fazer um abaixo-assinado que continha a assinatura de quase 5 mil moradores da cidade, o que pode se considerar um número elevado, já que a população de Raposos, de acordo com o censo de 2010, era de aproximadamente 15 mil pessoas<sup>42</sup>.

A área de exploração prevista pela Vale em 2009 era de 2 mil hectares; este espaço foi reduzido no atual pedido para 1.368 – uma queda de cerca de 30%. Parte dessa redução se deve à homologação do Parque Nacional da Serra do Gandarela em áreas de interesse da mineradora. Ainda assim o projeto é extremamente limítrofe ao parque. Por motivos não totalmente claros, o Parque Nacional do Gandarela acabou por não delimitar parte significativa do Morro Vermelho e André do Mato Dentro, os lugares que mais concentram minério nessa região. O projeto Apolo continuou com o interesse declarado nessas áreas, estabelecendo uma fronteira muito curta com as áreas protegidas pelo Parque. Desta área requerida, segundo dados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1.360 hectares estariam em Caeté<sup>43</sup>.

O projeto atual da Vale, menor, porém ainda assim grandioso, não prevê a instalação de uma barragem úmida a montante; o beneficiamento do minério será feito a seco em sua maior quantidade. A não instalação de uma barragem nos modelos anteriores se deve à legislação estadual que prescreve sobre barragens. Depois dos rompimentos acontecidos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), que causaram profundos danos ambientais e sociais, além da perda da vida de centenas de pessoas, a legislação mineira passou a exigir a extinção das barragens a montante. As que já existem passaram a ser mais monitoradas, e as mineradoras foram cobradas a fazer o descomissionamento destas barragens. Os novos projetos estão proibidos de instalar barragens neste modelo.

---

<sup>42</sup> Os dados sobre os números de assinaturas encontram pequena discrepância. Em uma dissertação de mestrado encontrada fala-se de 5 mil: “Conflito e deliberação na Serra do Gandarela: pela superação de uma dicotomia” Filipe Mendes Mota, disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/defesas/362M.PDF> Acessado em novembro de 2023. Já em uma tese de doutorado, o dado é de “mais de 4.500” assinaturas: “O espaço da resistência na Serra do Gandarela: instrumentos, contraposições e a necessária utopia”. Carolina Herrmann Coelho de Souza. Disponível em: [https://apedemars.files.wordpress.com/2015/05/tese\\_janeiro\\_2015\\_carolinahcs.pdf](https://apedemars.files.wordpress.com/2015/05/tese_janeiro_2015_carolinahcs.pdf). Acessado em novembro de 2023.

<sup>43</sup> Matéria publicada no *site* da ALMG: “Segundo Vale, projeto Apolo mudou e terá menos impactos”. Disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/defesas/362M.PDF>. Acessado em novembro de 2023.

O comunicador e ambientalista Gustavo Gazinelli resume o histórico de progressão das leis de regulação de barragens:

A portaria 70.389/2017 classificará as barragens a montante com a maior pontuação negativa no quesito métodos construtivos. A lei 23.291/2019 as proibirá e fixará prazos e a necessidade de regulamentos dos órgãos ambientais para a descaracterização destas barragens, isto é, para a sua desconstrução (arts. 12 e 13). Em 2020, será promulgada a lei federal 14.066, que trará importantes modificações à lei 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e passará a incorporar a mesma vedação. (GAZINELLI, 2020, p. 101).<sup>44</sup>

Para a Vale, a instalação do projeto Apolo seria interessante para que a empresa conseguisse manter o seu patamar de exploração de minério de ferro em Minas Gerais elevado. Segundo dados da Vale, o projeto Apolo complementar e gradualmente substituirá a quantidade de minério retirado em outras lavras na região que não estão mais oferecendo grandes quantidades de minério, como a mina de Gongo Soco<sup>45</sup> em Barão de Cocais, uma antiga mina que durante o século XIX foi explorada por ingleses que obtiveram muito lucro explorando o ouro contido na região. Gongo Soco àquela época foi a maior mina de ouro a céu aberto do mundo.

No século XX, com o fim do ouro, descobre-se o potencial de explorar minério de ferro, que no ano 2000 passa a ser operado pela Vale<sup>46</sup>. Em 2019 uma grande barragem dessa mina entrou em risco de rompimento, situação que só foi completamente solucionada em 2022. Alguns veículos de imprensa já noticiam o esgotamento do minério de ferro em Gongo Soco e o encerramento das atividades<sup>47</sup>, mas não encontrei até o momento uma declaração mais assertiva da Vale sobre o assunto.

A mineração, como já provou a história diversas vezes, é uma atividade com recurso finito. Quando se é minerado em grande escala, nos moldes como ainda é feito, o

---

<sup>44</sup> “Imposição de riscos e estado do licenciamento das Minas Gerais”. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/3e92/a9c56c5eefa639d6240a84280d2fa7fe4da5.pdf>>. Acessado em novembro de 2023.

<sup>45</sup> “A Vale considera a produção do Projeto como a alternativa para substituir o minério proveniente de minas da região como Gongo Soco, Córrego do Meio e Cauê. Do ponto de vista econômico, a implantação do Projeto Apolo Umidade Natural permitirá a manutenção do nível de produção de 175 milhões de toneladas por ano das minas localizadas na região Sudeste.” RIMA – Projeto Apolo 2021, p. 16. Disponível em: <[https://vale.com/documents/d/guest/rima\\_apolo\\_umidade\\_natural\\_230p](https://vale.com/documents/d/guest/rima_apolo_umidade_natural_230p)>. Acessado em novembro de 2023.

<sup>46</sup> Matéria publicada no *site* da Associação Profissional dos Geólogos do Centro-Oeste – AGEÇO. **“GONGO SOCO: DE MAIOR MINA DE OURO DO MUNDO À BOMBA RELÓGIO”**. Disponível em: <<https://agego.org.br/gongo-soco-de-maior-mina-de-ouro-do-mundo-a-bomba-relogio/>>. **Acessada em novembro de 2023.**

<sup>47</sup> Matéria do Jornal Diário do Aço. “Mina de Gongo Soco tem atividades encerradas”. Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0046015-mina-de-gongo-soco-tem-atividades-encerradas>>. Acessado em novembro de 2023.

recurso acaba. Por isso a mineração é uma atividade cíclica. Caso aconteça a mineração na área ambicionada pela Vale no Projeto Apolo, este ciclo está previsto para durar 29 anos (RIMA, 2021). Já a recuperação do ambiente degradado pela atividade mineradora pode levar centenas de anos, se se pensar na recomposição dos minerais extraídos.

Caso seja aprovado, o projeto Apolo precisará de um grande contingente de mão de obra para a sua instalação. A Vale calcula que cerca de 2.600 empregos sejam gerados na primeira fase de implantação. Grande parte dessa mão de obra será masculina, dado que neste momento inicial serão recrutados especialmente profissionais ligados à área da construção civil e montagem eletromecânica – 83% do total de contratados.<sup>48</sup> Embora a Vale anuncie que terão preferência pessoas que sejam residentes de Caeté, que se desloquem diariamente via transporte terrestre de suas casas para as áreas de obra, ela reconhece que pessoas de cidades vizinhas como Barão de Cocais, Raposos e Santa Bárbara também necessitarão ser recrutadas, e até mesmo pessoas de outras localidades. Para isso, está prevista a construção de um alojamento em área próxima ao projeto.

A Vale estima que cerca de quinhentas pessoas residam neste alojamento, que será construído próximo ao distrito de Morro Vermelho. Já durante a fase de operação, este número cairá para 740 pessoas. Segundo a Vale, 90% dessas pessoas serão profissionais de nível técnico e 10% de nível superior. Não se estima no Rima a quantidade de trabalhadores de Caeté que serão contratados.

Diante de um empreendimento de proporções tão expressivas, a população de Caeté, e especialmente de Morro Vermelho, começa a criar suas dúvidas, receios e ambições diante do projeto. A perda da tranquilidade, relatada por tantas pessoas como um bem precioso de Morro Vermelho, é uma das principais preocupações. Esse risco na fala das pessoas é acompanhado principalmente pela vinda massiva de pessoas de fora. Para se ter uma ideia, 480 pessoas, que é o número de pessoas estimado para se viver no alojamento construído pela Vale, é mais que a metade da população de Morro Vermelho. E 2.600 pessoas, que é o número estimado do total de funcionários do empreendimento, é três vezes a população de Morro Vermelho.

---

<sup>48</sup> “Estima-se que 83% da mão de obra de implantação será de operários da construção civil e da montagem eletromecânica (servente, pedreiro, soldador, carpinteiro, encarregado, bombeiro hidráulico, electricista, mecânico, montador, motorista de veículos leves e pesados, operador de equipamentos e outros) e 17% serão técnicos de nível superior (engenheiro civil, mecânico, segurança do trabalho, meio ambiente, edificações e outros) e médio para o setor administrativo. Quanto ao nível de escolaridade, é esperado que 83% do pessoal tenha ensino fundamental completo ou incompleto, 15% tenha ensino médio ou curso de formação profissional completo (ensino médio) e 2% tenha nível superior.” RIMA – Projeto Apolo, p. 28.

O receio é que com a vinda de tantas pessoas, o estilo de vida da população de Morro Vermelho seja prejudicado e a segurança ameaçada. A Vale não nega esses riscos de impactos sociais. Tanto no Estudo de Impacto Ambiental – EIA quanto no Rima, alguns impactos sociais são citados neste sentido:

- “Alteração da taxa de gravidez precoce e prostituição infantil” (Rima):  
“Este impacto é causado pelo fluxo de pessoas atraídas por oportunidades de emprego durante a etapa de implantação do projeto. O impacto deriva da hipótese de que o contato entre pessoas de fora e residentes locais possa incorrer em tensões nos modo de vida, sob uma perspectiva mais extrema, na medida em que se envolva uma situação criminosa entre os forasteiros e uma população vulnerável, sobretudo crianças e adolescentes.”
- “Aumento de Violência e alteração nos níveis de segurança pública” (Rima):  
“O impacto também é causado pelo fluxo de pessoas atraídas pelas oportunidades de emprego durante a etapa de implantação e operação. Na implantação, o impacto tende a ser mais significativo, visto que a demanda por mão de obra será mais intensa, podendo resultar em tensões com os moradores locais. Além disso, a maior circulação de renda na cidade e nas comunidades pode atrair pessoas de índoles diversas, podendo resultar em aumento nos índices de violência. Na operação, essa situação tende ao arrefecimento, pois os colaboradores serão permanentes em termos de contratação e tendem a criar laços mais duradouros com a população local, integrando-se a ela.”
- “Alteração nos modos de vida” (Rima):  
“O impacto também é causado pelo fluxo de pessoas atraídos pelas oportunidades de emprego durante a etapa de implantação e operação. Na implantação, o impacto tende a ser mais evidente, dado que o incremento populacional tende a mudar a rotina dos residentes dessas localidades, marcadas, sobretudo, pela tranquilidade e pelo sossego. Na operação, as tensões com mão de obra terão um efeito reduzido e tendem ao arrefecimento. O contingente de 740 trabalhadores tende a criar laços mais fortes com o território, tendo em vista que a vida útil da mina é de 29 anos.” (RIMA – Projeto Apolo, p. 166 e 167).

Mesmo prevendo a exposição das comunidades impactadas, em especial Morro Vermelho, a estes riscos, a Vale não é clara nestes documentos sobre quais as atitudes da empresa a serem implementadas objetivamente para diminuir ao máximo essas ocorrências, não referenciando por exemplo programas e projetos a serem implementados para evitar e mitigar os danos. Outro aspecto social relevante que preocupa os moradores de Morro Vermelho é a possibilidade de sobrecarga dos serviços públicos. No distrito só existe um posto de saúde, com poucos funcionários, e somente uma escola que atende até à conclusão do ensino fundamental.

Além das entrevistas realizadas em agosto de 2023, tive a oportunidade de participar de uma oficina da Vale em Morro Vermelho que perguntava para a comunidade quais eram as fortalezas da comunidade, quais eram as fraquezas, quais oportunidades um empreendimento novo poderia gerar e quais os principais medos da comunidade. Cabe destacar que, ainda que a licença prévia não tenha sido concedida para a Vale até o

momento, a empresa já está presente no território de Caeté desde abril de 2023, fazendo atividades de diálogo, como o carro que funciona como posto de informação volante, oficinas como a de que participei e entrevistas com lideranças comunitárias.

Nesta oficina em Morro Vermelho, as principais preocupações levantadas giravam em torno do aumento da violência, perda do sossego, aumento do uso de drogas e apreensão com as pessoas de fora que poderiam vir para Morro Vermelho. As falas sobre oportunidades levantaram as pautas principalmente da geração de empregos, realização de cursos e construção de infraestruturas para a prática de esportes e projetos sociais.

Esse tipo de preocupação foi presente na maior parte das entrevistas realizadas:

Sobre o Apolo, eu sou meio-termo. Pelo projeto da Vale, eu acho que em relação à natureza e às barragens, o que eles apresentaram aqui é um projeto menos agressivo. Mas a mineradora vindo pra cá, vem tudo quanto é tipo de pessoa, o pessoal que trabalha na Vale e tudo. Eu estava até falando sobre isso com uma pessoa, assim, a Vale vindo para cá deveria ter uma conscientização maior da Prefeitura. Do poder público em relação à sexualidade, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis. Porque vai ter de tudo com a Vale. Em relação à segurança, essas coisas, assim, tudo vem, né? Ao meu pensar, pode ser que venham pessoas que tragam coisas boas, mas pode ser que venha mais droga, violência e agressão. Então pode acontecer de tudo.  
Grazy.

\*

E tem a preocupação assim, que muita gente tem medo: “Ah, mas vai vir muita gente”. Mas se vier pessoas de fora, tem que ter também uma segurança pra gente. Porque como é que vem um tanto de gente, e o lugar não comporta, vai virar bagunça. Então eles também têm que ter essa preocupação, porque eles não vêm de mãos vazias não A gente que ouve falar fica com medo.  
Marinalva.

Embora essa seja uma preocupação legítima da maior parte das pessoas que entrevistei, há quem acredite que Morro Vermelho não sofrerá com esses assédios ainda raros para a comunidade, já que o alojamento ficará num local um pouco afastado do centro do Morro.

Não vai vir gente de fora pra aqui, não. Pelo que o diretor falou comigo, eles vão fazer um Morro Vermelho Novo. Ou na Giriza (Fazenda Giriza, uma das maiores fazendas do Morro, já comprada pela Vale) ou lá no Maquiné mesmo. Seu Hélio.

O Morro Vermelho Novo ao qual o senhor Hélio se refere, seria o alojamento dos trabalhadores da Vale. De acordo com o que se especula e é reproduzido na cidade, este alojamento será em uma das grandes fazendas compradas pela Vale, a Giriza ou a Maquiné. No entanto, estas fazendas não estão longe do povoado do Morro Vermelho. Tanto a Fazenda Giriza quanto a região conhecida como Maquiné, onde será implantada a maior parte da infraestrutura e lavra do projeto, estão há no máximo dez quilômetros do

centro de Morro Vermelho. Uma distância muito curta para impedir afetações sociais próprias de grandes empreendimentos como este, como muito já se viu acontecer no Brasil e foi relatado pela literatura sobre o tema.

A grande esperança que conecta as pessoas de Caeté e Morro Vermelho a apoiar a vinda do projeto Apolo é a oportunidade de geração de empregos e o aquecimento da economia da cidade de uma forma geral. O discurso da empregabilidade e do progresso econômico soa como música aos ouvidos de uma população que, como foi demonstrado anteriormente, não possui altos índices de empregabilidade. Alicerça-se ao discurso do progresso toda uma imagem de melhoria das condições de vida da população com a prosperidade – oriunda das toneladas de minério subtraídas do solo – distribuída por todos, como se todas as pessoas se beneficiassem um pouco com a lucratividade do projeto.

Emprego pra Caeté principalmente vai ser um paraíso, né? Futuro muito grande, incalculável. Em tudo cresce muito. Riqueza, vai ter estrada boa, vai ter tudo de bom.  
Seu Hélio.

\*

Em relação à empregabilidade, pelo que a Vale falou, ela vai capacitar pessoas para trabalhar com eles. Ela pode trazer gente de fora, mas tem que dar o emprego pras pessoas daqui. Mas para dar o emprego, as pessoas têm de estar aptas para trabalhar com eles. Eu vejo que as pessoas daqui têm que sair muito para fora para conseguir emprego; às vezes as pessoas saem da sua função, são formadas em uma coisa e vão trabalhar em outra totalmente diferente, para continuar no lugar, sabe? (...) A mineração em si traz a questão da empregabilidade. As empresas são importantes. Toda empresa é importante de um modo geral em questão do financeiro mesmo do país, pra gerar dinheiro para os lugares. Porém, em relação aos recursos que a mineração às vezes usa, os procedimentos para tirar aquele recurso, talvez possa ser prejudicial. Igual eu te falei, eu tenho meus prós e contras de tudo. Pode ser prejudicial ao lugar, pode trazer desmatamento e tudo mais. Não só a mineração, mas vários outros tipos de empresas, hoje menos porque tem fiscalização, mas o homem em si ele tira a natureza que é importante pra vida dele para ter uma riqueza, e nem sempre isso é favorável.

Grazy.

\*

Os prós ao projeto Apolo, é claro, eu falei de estrutura, é obviamente que a mineradora, com os recursos ela vai trazer mais para o distrito. Ela vai trazer mais oportunidade de trabalho, ela vai trazer mais estrutura, ela vai trazer esses benefícios que uma mineradora ou qualquer outra geradora de emprego traz. É claro que os impactos negativos serão essas questões naturais mesmo, a questão de inchamento do lugar, com mais pessoas. E aí, tem que melhorar os serviços.

Adriana.

No entanto, como demonstram matérias jornalísticas, estudos acadêmicos e até pode ser visto e observado pela população, a prosperidade econômica e social nem sempre

vem aliada aos projetos de mineração. Raras vezes a riqueza é dividida de maneira justa e transparente para todos. De acordo com pesquisa realizada pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, a riqueza auferida a partir da mineração é mal distribuída. A maior parte desse lucro destina-se aos acionistas das empresas e ao mercado internacional<sup>49</sup>.

Os municípios obtêm muito dinheiro com os impostos arrecadados através da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, mas nem sempre investem esse dinheiro no bem-estar de sua população. De acordo com essa pesquisa, territórios como Paraopebas no Pará, Canaã dos Carajás no Pará e Conceição do Mato Dentro em Minas Gerais foram as localidades que mais geraram receita bruta para as mineradoras no ano de levantamento da pesquisa (2022). Paraopebas gerou 69 bilhões em receita para a Vale, arrecadando 2,4 bilhões em CFEM. Ainda assim, o que se vê na cidade não é um cenário de prosperidade. Em Paraopebas mais de 15 mil pessoas vivem em situação de extrema pobreza; mesmo com a Vale funcionando em seu território, apenas 27% da população trabalha em empregos formais e somente 45% da população possui esgotamento sanitário em suas casas<sup>50</sup>.

Cidades vizinhas a Caeté, onde grandes empreendimentos de mineração funcionam há anos, como Barão de Cocais e até mesmo Sabará, tampouco são cidades onde toda a população compartilha de uma boa qualidade de vida. A cidade de Barão de Cocais, por exemplo, aos olhos de uma das entrevistadas, nos últimos anos após a intensificação da exploração de minério de ferro, expõe altos índices de violência e uma sensação compartilhada de medo pela população. Mesmo Sabará, outra cidade vizinha a Caeté, que recolhe a maior parte da CFEM a partir da mineração de ouro em seu território, não é uma cidade que ostenta altos índices de qualidade de vida.

Gente, vai em Barão de Cocais. Eu conheci Barão de Cocais antes da ampliação de Brucutu. Eu ia lá vender artesanato. A gente fazia nossos brinquedos educativos e íamos lá para vender. Aquela pracinha... gente, Barão de Cocais hoje é tão triste. É movida pela mineração, né, e é bonita? Tem qualidade de vida? Você vê as pessoas em uma Suíça brasileira?

E Sabará, que eu passo por lá às vezes? Cadê a Suíça Brasileira em Sabará, onde tem uma Anglo Gold que há muitos anos está faturando os tubos aqui, com buracos por baixo da terra que vão quase na Serra da Piedade, tirando ouro? Cadê uma Sabará? Cadê a Suíça brasileira aqui do nosso lado? Hoje em

---

<sup>49</sup> “De olho na CFEM”. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/cfem-o-que-e/> . Acessado em novembro de 2025.

<sup>50</sup> Matéria publicada pela revista eletrônica Brasil de Fato. “Municípios que mais arrecadam com mineração têm famílias em situação de extrema pobreza.” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/13/municipios-que-mais-arrecadam-com-mineracao-tem-familias-em-situacao-de-extrema-pobreza>>.

dia a gente tem até uma caridade, eu tenho pena. Antes ficava muito revoltada, mas hoje eu tenho dó. Como é que dá para conciliar qualidade de vida com insegurança? Aquela qualidade que eu vejo em Morro Vermelho, de ver as crianças brincando na rua? Até aqui em Caeté, ainda se vê as pessoas conversando na calçada, e eu acho tão legal! Com a mineração isso acaba, acabou, não tem como. Você pode ver que em Barão hoje em dia as pessoas só circulam. Fora isso, é tudo com grades, a pessoa não sai de noite. Então, não é possível conciliar qualidade de vida com mineração. É precisamente o contrário.

Teca.

A população residente dos territórios visados pelo empreendimento também possui um papel importante neste processo. Embora seja efetivamente consultada através de audiências públicas somente quando o processo de licenciamento já está numa etapa bastante avançada, a população tem o poder de influenciar, pressionar e até mesmo mudar os rumos do processo. A cidade de Caeté neste momento se encontra num dilema que não possui uma solução simples. Mas diante da história já vista, é necessário se perguntar: a mineração seria uma rendição ou uma repetição para a história do município?

Uso este termo *redenção* a partir da fala do senhor Hélio, meu primeiro entrevistado em Morro Vermelho, uma pessoa de grande referência e estima no distrito e que se posiciona abertamente favorável a mineração no lugar.

*A redenção de Caeté é Morro Vermelho menina! Pode por aí! O Morro Vermelho tem três coisas riquíssima: água, ouro e minério. Distrito nenhum tem. Nenhum!*

Seu Hélio

De acordo com o Dicionário Online de Português, *redenção* é uma palavra que geralmente é acionada quando se quer transmitir uma ideia com o sentido de salvação, retratação, amparo em situações difíceis<sup>51</sup>. Diante disso, questiono: seria o minério de ferro, mais um mineral precioso presente no subsolo do Morro, uma nova redenção ou uma antiga repetição como já antes vista. Por exemplo, na época do ciclo do ouro ou até mesmo nos ciclos de exploração de minério de ferro em outros lugares do Brasil?

Cabe ainda se perguntar para quem este ciclo é próspero e quais vidas são efetivamente salvas? Considerando-se novamente conjunto a história natural e a história humana, seria redenção um termo apropriado para todas as vidas que são voluntária ou involuntariamente envolvidas neste ciclo?

---

<sup>51</sup> Redenção- Dicionário Online da Língua Portuguesa. Disponível em : < <https://www.dicio.com.br/redencao/> > . Acessado em janeiro de 2024.

Como demonstra a antropóloga americana Ana Tsing (TSING, 2004), discursos sobre prosperidade e salvação são próprios dos processos de expansão das fronteiras de exploração capitalistas. Seja qual for o projeto, inclusive os minerários. Através de um modus operandi de natureza complicado e multifacetário – friccional é um termo que a autora utiliza também para explicar essas várias histórias dentro de uma – o empreendimento que geralmente se apresenta como uma forma de salvação e desenvolvimento dos territórios, precisa primeiro destruí-los, com a promessa de dar em troca a prosperidade. Tal prosperidade geralmente não é compartilhada por todas as pessoas daquele território, ou, fronteira de interesse como chama a antropóloga. Pelo contrário, ela é dividida para poucos sujeitos, grande parte das vezes estrangeiros, sendo um resultado bastante dispare entre os indivíduos e que muitas das vezes incluem o aumento ou chegada de processos violentos, sejam eles tentados contra seres humanos ou não humanos.

What is prosperity? In Kalimantan, Indonesia, in the 1990s, prosperity ripped up the forest landscape and dispossessed its human inhabitants to offer quick profits to a privileged or tricky few. (...) My goal is to channel attention to the unevenness of expectations and fortunes within this political economy of development, violence, reform, despair, and prosperity. Prosperity is best understood through its disparities .

(...)

This is the salvage frontier, where making, saving, and destroying resources are utterly mixed up, where zones of conservation, production, and resource sacrifice overlap almost fully, and canonical time frames of nature's study, use, and preservation are reversed, conflated, and confused.

By this point it should be clear that by frontier I don't mean a place or even a process but an imaginative project capable of molding both places and processes. (...)

It is a space of desire: it calls; it appears to create its own demands; once glimpsed, one cannot but explore and exploit it. Frontiers have their own technologies of space and time: Their emptiness is expansive, spreading across the land; they draw the quick, erratic temporality of rumor, speculation, and cycles of boom and bust, encouraging ever-intensifying forms of resourcefulness. (...)

The frontier is not a philosophy but rather a series of historically nonlinear leaps and skirmishes that come together to create their own intensification and proliferation.

Plans were set in motion to save the environment in the process of destroying it.<sup>52</sup> (TSING, 2004. Pgs. 10, 32 e 33).

---

52 O que é prosperidade? Em Kalimantan, na Indonésia, na década de 1990, a prosperidade destruiu a paisagem florestal e despojou seus habitantes humanos para oferecer lucros rápidos a uns poucos privilegiados ou complicados. Meu objetivo é chamar a atenção para a desigualdade de expectativas e fortunas dentro desta economia política de desenvolvimento, violência, reforma, desespero e prosperidade. A prosperidade é melhor compreendida através de suas disparidades.

(...)

Esta é a fronteira do salvamento, onde a exploração, a poupança e a destruição de recursos estão totalmente misturados, onde zonas de conservação, produção, e o sacrifício de recursos se sobrepõe quase totalmente, e os prazos canônicos da natureza, estudo, uso e preservação são invertidos, confundidos e confusos.

Neste ponto, deve estar claro que por fronteira não me refiro a um lugar ou mesmo um processo, mas um projeto imaginativo capaz de moldar ambos os lugares e processos.

Até o momento em que escrevo este capítulo (janeiro de 2024), independentemente de qualquer licenciamento, a Vale já executa atividades de aproximação com as comunidades que serão atingidas. Através dos postos de informação ambulantes sobre o projeto Apolo; oficinas locais com a comunidade de Morro Vermelho com o estilo de consulta prévia – oficina que participei da primeira etapa em setembro de 2023 e que explorarei com mais detalhes no próximo capítulo - ; programas de apoio financeiro à entidades representantes da sociedade civil organizada na cidade como ongs, grupos culturais etc; apoio financeiro para o almejado asfaltamento da estrada Caeté-Morro Vermelho, dentre outras atividades. Por meio de ações pulverizadas, sem causar grandes alardes, a Vale vem se colocando novamente para a população de Caeté e o projeto Apolo- mais uma vez, ainda não licenciado- vem se apresentando como um futuro próximo, por vir.

---

É um espaço de desejo: chama; parece criar as suas próprias exigências; uma vez vislumbrado, não podemos deixar de explorá-lo e explorá-lo. As fronteiras têm as suas próprias tecnologias de espaço e tempo: o seu vazio é expansivo, espalhando-se por toda a terra; elas desenham a temporalidade rápida e errática de boatos, especulações e ciclos de expansão e queda, encorajando formas cada vez mais intensas de desenvoltura. (...)

A fronteira não é uma filosofia, mas sim uma série de saltos e escaramuças historicamente não lineares que se juntam para criar a sua própria intensificação e proliferação.

(...)

Planos foram postos em prática para salvar o meio ambiente no processo de destruí-lo.

## 2. Antropoceno: um conceito em disputa, um mundo em crise

*Rompendo os astros recentes,  
golpeando metais furiosos  
entre as estrelas futuras,  
endurecidos de sofrer,  
cansados de ir e de voltar,  
encontraremos a alegria  
no planeta mais amargo.*

ADEUS

*Terra, te beijo, e me despeço.*  
Pablo Neruda<sup>53</sup>

*Nave Terra cheia de natureza  
O sol é convosco  
Bendita sois vós entre os planetas  
Bendito é o fruto de vossa semente: vida,  
vida, vida  
Santa Terra mãe dos humanos  
Providenciai por nós, mortais  
Agora e na hora de nossa sorte, amém...*  
Rita Lee<sup>54</sup>

### 2.1 Um tempo geológico para chamar de seu?

O que aconteceria se o ser humano desse conta da finitude e fragilidade de sua espécie? Qual efeito sobre a vida da humanidade essa certeza poderia ter sobre uma espécie que tem sobrevivido ao longo de séculos com a pretensão de superioridade diante de outras espécies em vida na Terra?

Em uma retrospectiva rápida da história do pensamento do Ocidente, é possível afirmar que, pelo menos desde os empreendimentos coloniais, os grupos humanos têm construído diferenciações e desigualdades sociais entre si, fato este que faz com que alguns se pretendam mais humanos que outros. Entraremos nessa discussão com mais detalhes adiante.

Nos últimos anos, cientistas vêm apontando para o fato de as ações humanas sobre a Terra estarem acelerando a extinção da própria vida humana. Esse conhecimento tem

---

<sup>53</sup> Poema “Canto”. Pablo Neruda, 1969.

<sup>54</sup> Música “Nave Terra”. Rita Lee, 2003.

sido compartilhado por cientistas de diversas áreas, como, por exemplo, a biologia, a geologia e diversos ramos das humanidades, a exemplo da filosofia e da antropologia. Talvez por esta convergência de vozes apontando para o mesmo sentido seja possível observar uma preocupação crescente em diversos setores sociais para esse problema comum.

Algumas das evidências científicas que têm apontado para este *por vir* preocupante são as alterações climáticas, as catástrofes ambientais e os desastres sociotécnicos<sup>55</sup>. Este *por vir*, como explica Latour (LATOUR, 2014), dá ao período histórico atual da vida sobre o planeta uma certa tomada de consciência que pode gerar ansiedade, mas que também pode ser uma fresta pela qual podemos observar o que vem adiante e tentar mudar de rota.

Ainda não vivemos o futuro; vemos o que está por vir através do que vivenciamos. Auxiliam-nos os conhecimentos científicos e, para algumas culturas, sonhos e sabedorias ancestrais, através dos quais podemos antever mesmo que não completamente um possível futuro, alardeado pela ciência ou sonhado, ainda que distopicamente pelos ancestrais (WHYTE, 2017). A pergunta-chave que muitos grupos se fazem neste momento é: como alterar a rota deste momento apocalíptico?

O tempo não flui do presente para o futuro – como se tivéssemos de escolher entre dois cenários e esperar que tudo corra bem – mas como se o tempo fluísse daquilo que está vindo (“l’avenir”, como se diz em francês para diferenciar de “le futur”) para o presente, o que é uma outra maneira de considerar “apocalípticos” os tempos nos quais deveríamos viver. (LATOUR, 2014, p. 26).

Situações extremas têm provocado diversas dificuldades à vida na Terra, inclusive a humana. Desde desconfortos com relação às mudanças do clima até mortes desencadeadas por eventos climáticos extremos ou contaminações em larga escala geradas por desastres sociotécnicos, entre outras adversidades que ultrapassam o desconforto e têm produzido mortes. A morte que tem se apresentado como uma realidade mais tangível do que muitos setores sociais estavam acostumados a conviver.

Pessoas estão morrendo por excesso de calor, chuvas extremas, queimadas desproporcionais, contaminação grave por substâncias venenosas utilizadas em

---

<sup>55</sup> De acordo com o antropólogo Marcos Zuccarelli, o termo desastres sociotécnicos pode ser assim definido, pois “remete não apenas aos erros técnicos, mas também às formas de governança e política socioambiental implementadas. Isto porque as decisões referendadas no passado implicam desdobramentos no futuro.” (ZUCCARELLI, 2021. p. 300).

empreendimentos capitalistas em todo o mundo. Talvez por esse convívio mais próximo com a tangibilidade da morte, a atenção de setores sociais pretensamente intocáveis a esse tipo de discussão tenha se voltado para a urgência de se encarar este momento histórico com a seriedade e o comprometimento necessários.

A discussão sobre os efeitos nefastos que o ser humano e suas atividades têm provocado sobre a Terra, comprometendo a vida de sua própria espécie, tomou força no campo das ciências inicialmente entre profissionais dedicados a pesquisas sobre mudanças climáticas e alterações geológicas. Foi o químico neerlandês Paul J. Crutzen o primeiro a cunhar este termo, juntamente com seu colega, o biólogo estadunidense Eugene F. Stoermer, em um boletim escrito para a Agência Internacional da Geosfera e Biosfera (IGBP), Nº 41, em 2000<sup>56</sup>.

Neste artigo, os cientistas argumentam que, considerando a magnitude dos impactos que a humanidade tem causado ao planeta Terra desde o século XVIII – período que tomaram como linha de base –, seria importante marcar este período como uma nova era geológica. Sucedendo à era anterior – nomeada pelos cientistas das áreas biológicas e geológicas como Holoceno –, o Antropoceno se apresentaria agora como uma nova era geológica. A magnitude dos impactos das ações humanas sobre a Terra, especialmente aquelas que geram maiores emissões de gases de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, alertam os cientistas na referida publicação, geraria impactos para os próximos 50 mil anos sobre as vidas no planeta, inviabilizando a própria vida humana.

Considering these and many other major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term “anthropocene” for the current geological epoch.

The impacts of current human activities will continue over long periods. According to a study by Berger and Loutre (14), because of the anthropogenic emissions of CO<sub>2</sub>, climate may depart significantly from natural behaviour over the next 50,000 years.<sup>57</sup> (CRUTZEN, P. & STOERMER, E. 2000, p. 17).

---

<sup>56</sup> “Considering these and many other major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central role of mankind in geology and ecology by proposing to use the term “anthropocene” for the current geological epoch.” CRUTZEN, P. & STOERMER, E. 2000. “The ‘Anthropocene’”. IGBP Newsletter, nº 41, 2000, p. 17-18. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acessado em fevereiro de 2023.

<sup>57</sup> “Considerando estes e muitos outros impactos importantes e ainda crescentes das atividades humanas na terra e na atmosfera, e em todas as escalas, incluindo a global, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia, propondo usar o termo “antropoceno” para a época geológica atual. Os impactos das atuais atividades humanas continuarão por longos períodos. De acordo com um estudo de Berger e Loutre (14), devido às emissões antrópicas de CO<sub>2</sub>, o clima poderá afastar-se significativamente do comportamento natural nos próximos 50.000 anos”. Tradução livre.

Holoceno é o nome que cientistas, especialmente das áreas da geologia e biologia, concederam ao tempo geológico em que a Terra passou – ou tem passado, a depender do posicionamento do cientista no campo de debates – que é a atual época do período<sup>58</sup> Quaternário da era Cenozoica que se iniciou após o último período glacial.

O Holoceno é um tempo geológico reconhecido entre os cientistas como um período de estabilidade. Não aconteceram durante esse período grandes variações climáticas como no período que o antecedeu, o último período glacial, bem como não ocorreram grandes extinções em massa, como já se deram, segundo os estudos científicos, cinco vezes anteriormente na história da Terra. A última reconhecida foi a extinção K-Pg, mais conhecida pelo desaparecimento dos dinossauros e que se acredita ter destruído mais de 60% da vida sobre a Terra<sup>59</sup>.

Nos últimos anos, cientistas vêm apontando para o fato de as ações humanas estarem acelerando condições de desequilíbrio ambiental sobre a Terra, levando o planeta para mais um provável evento de extinção em massa, desta vez não por fatores biogeoquímicos ou cósmicos como anteriormente, mas impulsionados pelas ações da vida humana moderna. Por isso uma nova era, para a qual foi cunhado o sugestivo nome de Antropoceno, e que traz já em seu prefixo – *antropo* – o agente principal por ela responsável.

Devido a esse reconhecimento científico sobre a proximidade de um novo período de extinção em massa e mudanças na biodiversidade e no clima da Terra, alguns cientistas têm apontado para o fim do tempo do Holoceno e o estabelecimento do tempo geológico Antropoceno. No entanto, este debate não é ainda consensual e o termo Antropoceno até o momento não foi reconhecido pela União Internacional de Ciências Geológicas<sup>60</sup>.

### **2.1.1 Um conceito, muitas controvérsias**

O prefixo antropo é um dos alvos das críticas que o conceito tem enfrentado. Destaco a seguir alguns pontos de críticas:

---

<sup>58</sup> A Geologia estuda os tempos geológicos da Terra através de uma linha do tempo convencionada internacionalmente, dividida em éons, eras, períodos, épocas e idades.

<sup>59</sup> InfoEscola, “Holoceno”. Disponível em : <https://www.infoescola.com/geologia/holoceno/> . Acessado em novembro de 2025.

<sup>60</sup> International Union of Geological Sciences, IUGS.

De um lado, alguns cientistas argumentam que ao se destacar os humanos como seres especiais para esta mudança, coloca-se em segundo plano a agência de outros seres terrestres que também em seus cursos de vida infligem mudanças sobre a Terra. Baseados especialmente na explicação seminal do pesquisador inglês James Lovelock de que a Terra é um grande e complexo sistema em constante mudança e de difícil apreensão completa sobre os possíveis rumos de transformação – dado que existe um grau de aleatoriedade entre as combinações e recomposições orgânicas –, a esse sistema complexo Lovelock dá o nome de Gaia. Nesta forma de observação, o ser humano é sim um agente importante nessa mudança que presenciamos, mas não o único responsável. Como explica o filósofo Rodrigo Petrônio<sup>61</sup>, “a proposta de Lovelock é criar uma teoria que seja uma dinâmica planetária e celular capaz de compreender a Terra como um todo” (PETRÔNIO, 2021).

A ideia básica de Lovelock na teoria Gaia é que Gaia seria um sistema, mas um sistema que tem uma espécie de auto-organização extremamente sofisticada, nuançada e instável. O primeiro ponto que temos de imaginar é que Gaia não é natureza; Gaia é um sistema integrado de geosfera, biosfera, antroposfera e tecnosfera. (PETRÔNIO, 2021. Videoconferência<sup>62</sup>).

Sem desconsiderar a questão dos impactos ambientais e sociais que a sociedade moderna tem causado ao planeta, esses autores atentam para o fato de observar a Terra como um organismo complexo ocupado por muitos agentes que em seus processos de vida interferem e resultam em mudanças. Estes argumentos são enunciados por pesquisadores(as) que atuam em diferentes pontos da discussão. Pensam dessa maneira desde pensadores oriundos de comunidades tradicionais, como, por exemplo, Ailton Krenak, até pensadores que se apoiam no estudo das ciências biológicas e geológicas para desenvolver suas observações, como é o caso de Bruno Latour em seu aprofundamento sobre o conceito de Gaia. Ambos apontam que a Terra é ocupada por uma infinidade de

---

<sup>61</sup> Conferência ministrada no Ciclo de Estudos A (in)existência de um mundo comum. Pensamento vivo e mudanças possíveis à luz de Bruno Latour, realizado pelo Instituto Humanitas Unisomos – IHU, em agosto de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/611609-gaia-antropoceno-e-natureza-tres-conceitos-para-compreender-a-transicao-em-curso-entrevista-especial-com-rodrigo-petronio> (transcrição do vídeo). <https://www.youtube.com/watch?v=XXCuh5jvP4I> (vídeo). Acessado em maio de 2023.

<sup>62</sup> Videoconferência proferida para o Instituto Humanitas. “Gaia, Antropoceno e natureza: três conceitos para compreender a transição em curso”. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XXCuh5jvP4I> Transcrição da entrevista disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/611609-gaia-antropoceno-e-natureza-tres-conceitos-para-compreender-a-transicao-em-curso-entrevista-especial-com-rodrigo-petronio>. Acessado em novembro de 2023.

vidas; por ser um sistema complexo, não se explica ou compreende quando apenas se observa uma parte.

Ainda sobre a teoria de Gaia, desenvolvida por Lovelock e retomada por Latour, estes autores sublinham que a Terra não é um sistema estável. Não é possível explicar as mudanças passadas na Terra a partir de argumentos e narrativas lineares. Como explica o filósofo Rodrigo Petrônio, sobre o pensamento de Latour, para o filósofo francês e seus colegas, a melhor teoria possível para se estudar a Terra e suas mudanças seria a da teoria da complexidade. A Terra é um sistema instável em constante tentativa de equilíbrio, e todos seres que a ocupam colaboram nessa tentativa.

Gaia é um sistema fora do equilíbrio ou uma tentativa de homeostase de equilíbrio dos diversos atores – pensando a partir de Latour – que estão envolvidos nesse sistema que podemos definir como a Terra em todas as suas dimensões e não apenas no sentido biológico, físico ou humano. (PETRÔNIO, 2021. Vídeo Conferencia).

Outros estudiosos argumentam que o termo antropoceno escamoteia uma pretensa homogeneidade entre as sociedades humanas presentes na Terra. Tanto o termo antropoceno quanto outros muito presentes nessa discussão, a exemplo de homem e humanidade, acabam por englobar e assim, esconder, os grupos humanos que empreendem com maior ênfase as ações que estão causando os desequilíbrios sobre a Terra e acelerando o fim dessa era geológica.

Ao se utilizar o termo humanidade, ou apenas o conceito Antropoceno, sem qualquer mediação explicativa, colocam-se comunidades indígenas, rurais e quilombolas no mesmo grupo de sociedades capitalistas baseadas em práticas de exploração da natureza. Ainda, inserem-se no mesmo grupo cidadãos comuns vivendo suas vidas ordinariamente e grandes empresas e/ou empreendimentos capitalistas que causam impactos consideravelmente maiores. Isto tudo dificulta, na visão destes cientistas, identificar com clareza aqueles que são os principais responsáveis por tais alterações.

As palavras e as maneiras pelas quais a destruição dos ecossistemas terrestres é descrita não são politicamente neutras. Essas descrições contêm também elementos normativos que orientam as respostas possíveis. Fazendo do Homem – *ánthrōpos* – seu sujeito, o Antropoceno sugere, em contrapartida, que esse mesmo “Homem” apolítico é quem deveria responder, ocultando os processos violentos da dominação de uma fração sobre conjuntos cada vez maiores de humanos e de não humanos. (FERDINAND, 2022, p. 17).

Para Astrid Ulloa (ULLOA, 2017) e autores que lhe são referência, o termo Antropoceno universaliza em demasia e também desistoriciza, pois engloba agentes com

graus diversos de intervenção e responsabilidade sobre o meio ambiente num único termo: humanidade. Em decorrência, o que acontece em é uma autoflagelação coletiva inútil, nas palavras da autora. Para Ulloa, é importante que os processos sócio-histórico-econômicos que têm acelerado esse desequilíbrio ecológico estejam claros, bem como os principais atores, para que seja possível agir de maneira assertiva numa proposta de mudança de determinadas atitudes, caso o objetivo seja permanecer vivendo sobre a Terra por um tempo maior e com melhores condições de vida, sejam elas climáticas e/ou sociais.

Desistorizar, universalizar, eternizar y naturalizar un modo específico de producción de un determinado tiempo y lugar son las estrategias clásicas de legitimación ideológica. Bloquean cualquier perspectiva de cambio (2014) (...). La ciencia del clima, la política y el discurso están constantemente formulados en la narrativa del Antropoceno: pensamiento de especies, la humanidad – criticada, una indiferenciada autoflagelación colectiva (Malm y Hornborg, in ULLOA, 2017, p. 63).

Como demonstram alguns pesquisadores(as) (KARERA, 2019; DE LA CADENA, 2018; KRENAK, 2019, dentre outros) a discussão sobre o Antropoceno recorrentemente recai sobre um ponto-cego crucial: a não visibilidade de povos marginalizados e massacrados pelos empreendimentos coloniais e capitalistas. O discurso do Antropoceno, e sua humanidade genérica que nos últimos anos vem agonizando com a preocupação concernente à possibilidade do fim da vida humana, não atenta para o fato de que algumas formas de vida também humanas já experimentam esse desconforto ao longo dos séculos.

Existe uma humanidade de borda (LATOUR, 2014) nas sociedades capitalistas que recorrentemente é colocada de lado dos debates político-sociais; o mesmo acontece em alguns debates sobre o Antropoceno. Existe, de acordo com a antropóloga Marisol de la Cadena (DE LA CADENA, 2018), um *modus operandi* nas sociedades capitalistas que produz espaços e pessoas que são considerados menos importantes, com menos direitos, de vidas apropriáveis e descartáveis.

A antropóloga indica que assim o capitalismo produz *geografias do sacrificio* (DE LA CADENA, 2018). Por isso é importante destacar as formas de vida e comunidades diversas coexistindo no sistema-mundo capitalista, ainda que este atue produzindo apagamentos.

(...) mata os humanos que o *antropos* não se importa em ver – e que, portanto, não importam, às vezes, as amputações ecológicas, incluindo as mortes humanas, consideradas “geografias do sacrificio” necessárias, para adotar a

frase de Valerie Kuletz e adaptá-la ao *ethos* do extrativismo de acordo com as formas de vida que continuam a existir nos espaços de que obtêm recursos, descartáveis porque deveriam ter desaparecido há muito tempo. (DE LA CADENA, 2018, p. 104).

A filósofa americana Axelle Karera faz diversas críticas nesse sentido<sup>63</sup>. Anota que a mesma sociedade que se preocupa com a morte ecológica da “humanidade” fabricou ao longo dos tempos outros grupos de “humanos” menos humanizados aos olhos dessa mesma sociedade. Pessoas que morrem violentamente há tempos devido ao sistema político-econômico mercantilista e/ou capitalista que se edificam através de sistemas de exploração e desigualdades.

Baseada nessa evidência, a antropóloga questiona ideias teóricas antropocênicas que vislumbram possibilidades de futuro para a humanidade. Indica que enquanto a sociedade capitalista não se reconhecer violenta com esses outros povos, qualquer sugestão de futuro não salvará a humanidade de sua morte ecológica.

This suggests that posthumanist reconfigurations of subjectivity and its creative invention of a “future people” as solutions to our ecological demise, hinge on the forgetting of the atrocious making of “another people” by slavery and the responsibility such violent history bestows on the Western world<sup>64</sup>. (KARERA, 2019, p. 44).

A autora considera a filosofia antropocêntrica escapista e por demasiado genérica ao lidar com as injustiças que o sistema imperialista global impõe ao mundo. A autora alerta que a filosofia antropocênica e seu discurso alardeador com ares pós-apocalípticos para a “humanidade” são cegos às vidas de corpos racializados e como estes vivem há tempos diante de situações violentas.

In other words, it is not merely Anthropocene discourse’s reliance on “anthropos” but the ways in which both its brand of realism and its premature fantasies about post-apocalyptic futures have worked to obscure a deeply fragmented ethos unequipped to account for the suffering of racialized bodies (...). In most cases, however, it is what Srinivas Aravamudan deems “the escapist philosophy of various dimensions of the hypothesis concerning the Anthropocene” that appears to be the point of contention. In other words, the insidious problem of the Anthropocene is the generalized – perhaps even calculated – unwillingness to account for past and current imperial injustices, coupled with a rampant inability to imagine alternative futures outside an apocalyptic state of emergency that is mostly inspired by a narrative of vitality,

---

<sup>63</sup> KARERA, Axelle. 2019. Blackness and the Pitfalls of Anthropocene Ethics. *Critical Philosophy of Race*, 7(1): 32-56.

<sup>64</sup> “Isso sugere que as reconfigurações pós-humanistas da subjetividade e sua invenção criativa de um “povo do futuro” como soluções à nossa morte ecológica, dependem do esquecimento da fabricação atroz de “outro povo” pela escravidão e a responsabilidade dessa história violenta concede ao mundo ocidental.” Tradução livre.

and in which disposable life or “life-death” remains largely unaccounted for. (KARERA, 2019, p. 39).<sup>65</sup>

O pensador indígena Ailton Krenak reconhece as práticas violentas do sistema capitalista sobre estes outros povos e territórios considerados menos importantes, mas indica que o capitalismo pode ser enxergado como um organismo que está severamente doente. Esse autor chega a comparar o sistema capitalista a um corpo que sofre de câncer em estado avançado e está em metástase. O capitalismo como se desenvolveu até o presente foi responsável pela gestão de um modo de vida sobre a Terra que já não responde saudavelmente.

Pois quando dizemos mundo pensamos logo neste, em incessante disputa instaurada por uma gestão que deu metástase: o do capitalismo – que alguns já chamam de capitaloceno. (KRENAK, 2022, p. 17).

Observação importante sobre essa discussão fica evidenciada e resumida pelo filósofo martinicano Malcom Ferdinand. O autor se baseia em outros estudiosos assim como nos fatos históricos ocorridos especialmente nas Américas desde a colonização para assinalar uma crítica importante: o Antropoceno, como tem sido pensado em larga maioria até o momento, é um conceito branco. Ou seja, é produzido pelo pensamento de cientistas alinhados ao pensamento branco-ocidental-colonial. Por isso, seu discurso busca se colocar como superior à discussão racial. Ao se utilizar de termos como a humanidade, de maneira genérica, dissipa a presença colonial e as diferenças sociais, como se fosse possível tratar a discussão apenas nesses termos.

Dessa invisibilização decorre, segundo Kathryn Yusoff, um “Antropoceno Branco”, cuja geologia apaga as histórias dos não Brancos, um imaginário ocidental da “crise ecológica” que apaga o fato colonial (...). Falam de um novo colapso ao tempo que ocultam os vínculos com as colonizações modernas, as escravidões e os racismos, o genocídio dos povos autóctones e a destruição de seus meios. (FERDINAND, 2022, p. 29).

## 2.2 Visões do Morro Vermelho sobre o Antropoceno

Durante os momentos em que estive em campo, especialmente nas entrevistas semiestruturadas, depois de perguntar bastante sobre as relações das pessoas com o lugar Morro Vermelho e suas paisagens, bem como perguntar qual a visão de cada pessoa sobre

---

<sup>65</sup> “Na maioria dos casos, porém, é o que Srinivas Aravamudan considera “a filosofia escapista de vários dimensão da hipótese sobre o Antropoceno” que aparece para ser o ponto de discórdia. Em outras palavras, o problema insidioso de o Antropoceno é a relutância generalizada - talvez até calculada - para explicar as injustiças imperiais passadas e atuais, juntamente com uma incapacidade desenfreada de imaginar futuros alternativos fora de um cenário apocalíptico estado de emergência que se inspira sobretudo numa narrativa de vitalidade, e em que a vida descartável ou “vida-morte” permanece amplamente desaparecida.” (Tradução livre.)

o projeto Apolo, propunha um novo bloco de diálogo encabeçado pela seguinte pergunta, que era levemente alterada a depender da pessoa entrevistada: *“Você já ouviu falar que o ser humano está acelerando o fim da vida humana na Terra? O que você acha disso? Concorda ou discorda? E por quê?”*.

Interessante constatar que todas as pessoas entrevistadas concordam com a percepção de que a vida humana na Terra está cada vez mais comprometida devido à própria ação humana. A partir de diferentes lugares de fala, as pessoas apresentam a mesma preocupação. As justificativas que explicam por meio de quais atitudes a humanidade estaria causando este mal-estar variaram e contribuíram para a diferença na observação de cada pessoa (fatores como geração e religiosidade).

Em relação à geração, ficou evidente na fala de senhores idosos entrevistados – ambos com mais de oitenta anos – que a maneira como viviam em sua juventude em Morro Vermelho era bastante diferente de como se vive hoje, especialmente nos quesitos produção e acesso à alimentação, uso de tecnologia (especialmente internet), e questões comportamentais e psicológicas. De acordo com a vivência e observação destes moradores, são grandes problemas do modo de vida da atual geração a rapidez, a falta de paciência e a dependência de várias comodidades.

Na sequência lógica de seus pensamentos, o modo de se viver atual mostra-se mais adoecido e fragilizado devido à questão da dependência. Em relação a este assunto, os exemplos mais citados foram as questões da não produção do próprio alimento e o uso exagerado de internet. Contribuem para o adoecimento a impaciência e a falta de compreensão interpessoal.

Com relação à falta de independência sobre a produção do próprio alimento, os entrevistados contaram que quando jovens, praticamente tudo o que a família necessitava para se comer era produzido por ela mesma. Desde o arroz e o feijão – grãos básicos na alimentação brasileira – até as hortaliças (com grande variedade) e carnes. Aquilo que uma família não era capaz de produzir em determinada época, era trocado com outra por algum produto que estivesse em casa “sobrando”, por assim dizer. Neste sistema de produção e troca, as famílias de Morro Vermelho não necessitavam de dinheiro para adquirir seus alimentos, ou de qualquer auxílio de governos para isso.

Segundo o que se relata a partir da memória, os moradores de Morro Vermelho até o fim dos anos 1950 eram mais independentes em relação à questão da alimentação, o que os tornava mais independentes do mercado também. Além disso, não precisavam

sair com tanta frequência do distrito para adquirir comida, já que quase tudo o que consumiam era produzido ali.

Os moradores de Morro Vermelho não romantizam este período em que o trabalho com lavouras e o trato de animais eram mais intensos. Reconhecem ser um período de grande esforço, em que se trabalhava muito. No entanto, guardam sempre a observação de que, se por um lado, eram mais amarrados à terra e ao seu trato, por outro, despendiam menos dinheiro com a alimentação e consumiam uma variedade maior de alimentos. Esse dilema entre a independência de se trabalhar menos com a terra e a dependência da renda e mercados para se obter o alimento é visto como algo complicado, um conforto que ao mesmo tempo prende. Algo que tem retirado aos poucos a capacidade de ação das pessoas em muitos aspectos, especialmente sobre a sua provisão.

Na década de 50, os distritos promoviam sua própria cesta básica; hoje estão pedindo doação. Porque a cesta básica, ela é fácil de fazer. Se plantar milho, feijão e abóbora, não precisa de cesta básica. Porque o milho e o feijão, pode plantar os dois na mesma cova. Na hora que colher, colhe milho e feijão. E na década de 50 quem colhia pouco colhia trinta sacos de milho.

Não tinham empregos, nunca teve empregos nos distritos. Então o povo do distrito vivia de plantar milho, feijão, abóbora e arroz. Plantava arroz, olha, pra você ver! Aí todo mundo plantava, e o que colhia menos colhia trinta sacos de milho. Sempre nos fundinhos de casa tinha muita variedade de animal. Tinha galinhas, mas também tinha que ter porco pra consumir o milho, então ninguém comprava carne. Tipo assim, lá em casa matava um porco, e o que tava sobrando dava pro vizinho que não tinha, e quando ele matava, ele que dava pra gente.

Hoje, muitas vezes as pessoas ficam dependendo de cesta básica, e isso muitas vezes põe a pessoa preguiçosa. Ela não vai trabalhar. Porque viver sem trabalhar é mais fácil, né?

Olha só, antigamente tinha porco, tinha carne, tinha gordura. Tinha que trabalhar pra comprar roupa, sapatos, querosene e sal. O resto, eles mesmo faziam. Tinha tudo e muito bom.

É importante a gente saber do passado. Uma vez eu falei assim com uma pessoa: “O passado é ontem; o ontem a gente viu, o hoje a gente vê, o amanhã a gente prevê”.

É o que eu estou te falando, tinha carne de porco, de boi, de galinha, e sem ter dinheiro. Aquilo era uma senhora cesta básica.

Mas esses mesmos olhos meus que viram isso em 1950, nos 60 viram o dono da terra que meu pai plantava na meia chegando de Caeté arrastando um saco de milho. Melhorou o sistema de trabalho, ele foi ganhar um salário mínimo, mas piorou na alimentação.

Zé Leal.

Posso asseverar que na maioria das casas visitadas durante minha pesquisa, percebi a existência de hortas bem-cuidadas e com variedade de plantas e hortaliças. Certamente as pessoas de Morro Vermelho hoje são mais dependentes do mercado da alimentação e das trocas financeiras, porém o simples hábito de manter as hortas de seus quintais, coisa não tão comum em Caeté e muito menos nas capitais do país, faz com que

essas pessoas possuam o acesso a uma comida de qualidade, com menor gasto e mais facilidade que a maior parte das pessoas que moram em cidades.

**Fotografia 15 - Horta do Seu Hélio.**



Fonte: Autoria própria.

Já com relação às questões comportamentais e sociais que alguns entrevistados citaram como problemas que vêm crescendo e emaranhando a atual geração, as pessoas entrevistadas percebem que um dos fatores que pode estar contribuindo para o emaranhamento nessas mazelas é certa sensação compartilhada de aceleração da vida. Comportamentos e situações sociais condicionados pelo fator “pressa”, que têm acarretado a percepção de que os dias estão passando mais rápido, que os encontros e os

diálogos são cada vez mais curtos, que a ansiedade ou o “afobamento”, como se diz popularmente em Caeté, tem tomado conta e interferido nas ações da atual geração e na qualidade de vida e no tempo dos que compartilham essa geração sobre a Terra.

Eu já estou percebendo que o mundo está um pouco abreviado. Começando com as horas. Os minutos quando você nem virou já está quase fechando uma hora. Eu mesmo já estou percebendo que está um pouco mais rápido. A semana, a gente começa segunda e com um pouco chegou o final de semana e a gente tá lá perdido. Eu já percebi que está acontecendo isso.

Zé Leal.

\*

Eu acredito que o jovem, da maneira que eles vão levando, vai morrer muito mais jovens do que velhos, eu acho. Eu acompanho muito a televisão, eu não sei ler e não sei escrever, mas eu acho que no futuro vai morrer muito mais jovem do que velho. Eu acho. Porque tá muita loucura: veio o celular, a maconha, a falta de respeito, que o novo não tem mais. Acho difícil mudar isso. Muito difícil. Só Deus, porque com a cabeça do jovem ninguém pode com ela não. É uma loucura.

Seu Hélio.

O antropólogo Viveiros de Castro e a filósofa Deborah Danowski em seu livro “Há Mundo Por Vir” (DANOWSKI & VIVEIROS,2014) também levantam o tema do aceleração da vida como uma das sensações compartilhadas pelos grupos humanos nas sociedades capitalistas na era do Antropoceno. Além de ser uma percepção social compartilhada, isso têm interferido sobre os estudos científicos, especialmente aqueles sobre as condições climáticas da Terra; pois evidências hoje observadas estão mudando muito rápido e intensamente<sup>66</sup>.

Um dos aspectos mais interessante destes tempos é, como tem sido exaustivamente observado, sua aceleração descontrolada. O tempo está fora do eixo, e andando cada vez mais rápido. “As coisas têm mudado tão rápido que se tornou difícil acompanhá-las”, constatava, há pouco mais de um ano, Bruno Latour (2013a: 126). Ele se referia ao estado do conhecimento científico a respeito do problema; mas, de algum tempo para cá, é o próprio tempo, como dimensão de manifestação da mudança (o tempo enquanto “número do movimento”, para falar como Aristóteles), que parece estar, não apenas se acelerando, mas mudando qualitativamente “o tempo todo”. Virtualmente tudo o que pode ser dito sobre a crise climática se torna, por definição, anacrônico,

---

<sup>66</sup> Pode-se dizer que a observação sobre o aceleração do tempo é compartilhada por diversos grupos humanos nesta fase de era que atravessamos. Um exemplo interessante é a constatação feitas por quilombolas da comunidade de Malhada, na cidade de Caeté no Estado da Bahia, com os quais a antropóloga Suzane de Alencar Vieira realiza pesquisa. No artigo “O Astro do Tempo e o Fim” (VIEIRA,2015) a antropóloga descreve que os quilombolas da Malhada também percebem a aceleração do tempo, condição esta que funciona como mais um indicativo do momento de colapso que vive a Terra e os que vivem nela. Tudo está mudando e tudo está mais acelerado, descrevem os quilombolas da Malhada; a partir das interlocuções em campo a antropóloga descreve: “Se, por um lado, a vida está mais curta em sua duração, por outro, seu ritmo está mais acelerado. “*As crianças estão criando ligeiro*”, assim constatava Pretinha, enquanto conversava com sua tia Mariinha. “*Antes a criança demorava oito dias para abrir os olhos. Hoje é com poucos dias e já quase fala de onde vem*”, disse Pretinha, e, em seguida, lançou um prognóstico: “*vai chegar um tempo em que criança vai nascer andando que nem bezerro. E bezerro vai nascer dando coice*””. (VIEIRA, 2015. p.22).

defasado; e tudo o que deve ser feito a respeito disso é necessariamente muito pouco, e tarde demais — *too little, too late*. (...) O que tudo isso sugere é que aquela aceleração do tempo — e a compressão correlativa do espaço —, vista usualmente como uma condição existencial, psicocultural, da época contemporânea, acabou por extravasar, sob uma forma objetivamente paradoxal, da história social para a história biogeofísica. (DANOWSKI & VIVEIROS, PGS. 11 e 16 2014)

Sobre a questão da religiosidade, é importante pontuar que a comunidade de Morro Vermelho é um distrito majoritariamente cristão-católico. Sobre isso é interessante destacar duas premissas presentes em algumas das respostas. Primeiro que, embora existam pesquisas que demonstram que a vida humana está ficando cada vez mais comprometida na Terra, o que é observado através de fatores climáticos e de fatores sociais, para as pessoas cristãs, o único ser que sabe e determina o destino da humanidade é Deus. Logo, o futuro da humanidade, em última e máxima instância, está, como se diz popularmente, *nas mãos de Deus*.

Outro ponto interessante encontrado na narrativa cristão-católica é que, dentro da doutrina, o fim da humanidade já é previsto. Haverá para os católicos um fim, um Juízo Final, no qual Deus julgará os vivos e os mortos. E certamente, envolvidas pelos preceitos da fé cristã, muitas respostas também incluíram nuances religiosas sobre o momento de crise da qualidade de vida sobre a Terra.

Eu acredito na palavra de Deus, tudo no mundo vai ter um fim. Então vamos esperar. Dizem que a palavra de Deus foi essa: tudo no mundo tem fim. E lá vai acabando muita coisa mesmo. Pela inteligência do homem, pelo que tem feito, né?

Seu Hélio.

\*

Eu católico apostólico romano. Eu já percebi que na Bíblia e na missa, quando a gente vai, o padre lê rezando umas orações lá: “Ajuda-nos a criar um mundo novo”. Você já percebeu isso? E esse ano eu estou vendo uma coisa diferente. Eles estão falando: “Um mundo novo e um *tempo novo*”. Eu entendi aquilo. E eu acho que tem a ver com isso.

Zé Leal.

Além dos fatores acima citados, é predominante nas falas das pessoas entrevistadas o excesso de consumo como um dos principais fatores que explicam este momento, que, como analisado acima, é denominado pelos cientistas de Antropoceno, Capitaloceno etc.

As pessoas entrevistadas relataram que percebem no consumismo um traço negativo do modo de vida atual, compartilhado pela maioria das pessoas. Ressaltaram que muitas vezes são consumidos produtos além das reais necessidades; o consumo

exagerado causa uma exploração exacerbada de “recursos naturais” e ainda gera resíduos que não são reciclados e/ou reutilizados, gerando danos para a Terra, como lixo, poluição etc. A reciclagem foi apontada por grande parte das pessoas entrevistadas como uma forma de desacelerar essa marcha suicida contra a própria vida humana no planeta.

Consumir menos. Tem muitas campanhas que até falam questões assim: pense, reutilize, recicle. Então as pessoas estão vivendo em um mundo muito de querer comprar mais coisas, de ter mais as coisas. E aí não estão dando valor. Por exemplo, uma roupa, na minha época, Nossa Senhora, que dificuldade! Eu tava falando com meu menino, era uma calça *jeans* que você batia o ano inteiro. Com uma blusinha simplesinha, mas aí você dava um lacinho nela e virava um *look*. Hoje tem tanta roupa, tanta coisa, e as pessoas nem valorizam tanto. Cada dia mais pensam em consumir, e isso eu acho que prejudica muito.

Marinalva.

\*

Ninguém quer mudar. O consumismo, eu não sei se as escolas têm de começar a trabalhar essa questão de educação ambiental, mas pegar o exemplo dos EUA, o maior país consumista do mundo. Eles estão preocupados com a questão ambiental porque já começou a afetá-los, mas em contrapartida não diminuem o consumo. Porque a gente sabe que o exagero do consumismo com essa questão das mudanças climáticas, o consumismo faz que o ambiente seja impactado. Por isso que eu falo do egoísmo. Eles pensam neles, estão vendo essa questão ambiental, mas também não diminuem, não contribuem.

Nós temos momentos hipócritas. Por exemplo, eu quero um celular, eu quero o mais moderno, e esse aqui eu descarto. E ele vai pra onde? Como é que estão nossos aterros sanitários? As pessoas não se perguntam quanto tempo leva para um celular ou um plástico se decompor. Eu acho que é esse egoísmo que está complicando o ser humano.

Adriana.

Outro ponto que apareceu como um dos pilares causadores deste momento foi a ambição e a ganância. De acordo com as pessoas entrevistadas, a ganância de se ter sempre mais, de estar sempre procurando por maneiras de ampliar lucros, fundos e propriedades aparece como um fator decisivo no desgaste da qualidade de vida sobre a Terra. Em outras palavras, criticam o fundamento capitalista de acumulação de capital, que ao ser levado às suas últimas consequências, tem sido nocivo à vida humana.

Eu acho que hoje em dia o homem usa a natureza, mas muita gente pensa só no dinheiro, sabe? E o dinheiro, ele não é tudo (...). Precisa de conscientização do ser humano de que a gente precisa da natureza. Eu acho que muita gente esquece isso, que precisa da natureza para viver. Até o ar que a gente respira vem da própria natureza. Conscientização mesmo sobre cada um fazer a sua parte.

Grazy.

\*

É possível sim viver sem mineração. Eu não sei desde quanto tempo tem mineração no Brasil, mas eu acho que passou a agredir demais o meio ambiente de uns tempos pra cá. O solo, o planeta. Eu acho que pela ambição do homem. Assim, acho que pela agilidade, o maquinário, assim, pelas

coisas hoje andarem mais rápido, eles passaram a usar mais máquinas, tudo é máquina. Com certeza que pras mineradoras isso é dinheiro, mas com certeza também que pro meio ambiente isso prejudica sim.

Marinalva.

### **2.3 Outras propostas conceituais**

Embora recente, o conceito de Antropoceno já encontra críticas. Algumas partem de pesquisadoras e pesquisadores provenientes de países que foram colonizados, como, por exemplo, países das Américas. São originários destes países algumas autoras e autores relevantes para este estudo, como Ailton Krenak (Brasil), Astrid Ulloa (Colômbia), Marisol de la Cadena (Peru), Malcom Ferdinand (Martinica) e Arturo Escobar (Colômbia), entre outros.

Estas referências apontam a necessidade de se pensar na história de exploração das Américas para se eleger um conceito que melhor se ajuste a esse período geológico-histórico-ambiental.

Estes(as) pesquisadores(as) atentam para o fato de que o conceito a ser utilizado para definir essa etapa da história da humanidade deve considerar aspectos históricos, políticos e sociais que condicionaram e dirigiram as formas de exploração e expropriação da vida na Terra, dos não humanos e humanos, explorados por outros grupos humanos através de sistemas políticos e sociais criados ao longo da história e baseados na mesma lógica de estabelecimento de desigualdades, hierarquias e exploração.

Um pequeno parêntese para situar melhor o termo não humanos. Este termo tem aparecido nos trabalhos antropológicos cada vez com mais evidência e já é inclusive complexificado por alguns autores(as) que são referências deste estudo. Como explica a antropóloga francesa Sophie Houdart, este termo inicialmente foi proposto por antropólogos vinculados aos estudos da Antropologia Simétrica, entre estes, Bruno Latour. Estes antropólogos destacaram como outros seres ou coisas com as quais os humanos se relacionam também possuem agência e são partes importantes na conformação de mundos para os mais variados grupos, tanto social e culturalmente quanto biológica e geologicamente.

Múltiplas relações com esses “não humanos” que compõem seus diversos meios. Animais, moléculas, objetos técnicos, divindades, procedimentos, materiais, prédios, todos esses diversos não humanos contam, importam para os humanos, e não de maneira cosmética: as relações que temos com eles são um pouco do que nós somos. (Houdart, 2015, p. 17).

Inicialmente o termo carrega uma certa prepotência, pois surge de uma negação: não humanos, ou seja, não a norma para aqueles que o pensaram. No entanto, este termo tem se mostrado muito útil para a observação antropológica e o desenvolvimento de conhecimento e pode ser utilizado de forma pragmática para explorar melhor esses múltiplos “não humanos”, que podem ser orgânicos, não orgânicos, espirituais, sobrenaturais etc.

Diante disso, outras propostas para conceituar estes tempos extremos surgem destas vozes de autores(as) das Américas: Ferdinand (FERDINAND, 2022) propõe os conceitos de Plantationoceno e Negroceno. O primeiro se baseia no processo de exploração econômica do meio ambiente destes lugares, fundado sobre práticas agrícolas e agroextrativistas conhecidas como *plantations*.

O autor se baseia no nome dessa economia agroextrativista, a *plantation*, mas reconhece que ela extrapola o campo da economia e tem implicações ambientais e políticas de impacto global e multiescalar.

(...) No nível histórico, o Plantationoceno restabelece uma historicidade das mudanças ambientais globais sem apagar os fundamentos coloniais e escravagistas da globalização.

(...) No nível geográfico, o Plantationoceno oferece uma compreensão das relações e dependências motoras das mudanças globais a partir das lógicas de *plantation*. A *plantation* não se limita às fronteiras da propriedade rural ou da fábrica. Ela designa as injustiças espaciais globais, as relações de poder e de dependência entre lugares situados em diferentes pontos da Terra.

(...) No nível político, mais do que uma extensão da economia de *plantation*, o Plantationoceno designa a imposição mundial de uma política de *plantation*. (FERDINAND, 2022, p. 75).

A tendência dessa prática de vida, e também objetivo, é a massificação e homogeneização, em nível de sociedade e ambiente. *Disso resulta uma estética da repetição, uma uniformização das plantas, das maneiras de consumir, de se vestir e de pensar o mundo* (FERDINAND, 2022, p. 75).

O segundo conceito proposto pelo autor, Negroceno, é baseado na exploração humana que se dá desde a implantação dos empreendimentos coloniais nesses lugares, com base nas práticas de escravização de pessoas negras e após o término da escravidão, exploração e discriminação dessas pessoas que, em sua maioria, vivem em condições de desigualdades nos países das Américas, reflexo da condição histórica de exploração e escassez que sofreram.

As intensas desigualdades sociais e situações de exploração às quais a população negra é exposta desde tempos coloniais até a atualidade é tida pelo autor como um *modus*

*operandi* da sociedade moderna que atua sobre uma política: a política de porão (FERDINAND, 2022). A partir de uma imagem conhecida no imaginário coletivo moderno mundial, a do navio negreiro, Ferdinand esclarece como para a população negra os lugares destinados nessa sociedade são sempre lugares inferiorizados e de sofrimento, diferenciando os próprios humanos ao ponto de desumanizar alguns.

A política do porão representa essa linha traçada através dos humanos que recusa a alguns as mesmas qualidades que confere a outros, que de imediato exclui alguns da dignidade de uma existência em que se compartilham uma cena, uma Terra, um mundo. (FERDINAND, 2022, p. 82).

Já Ulloa (ULLOA, 2017) e De la Cadena (DE LA CADENA, 2018) elegem o conceito Capitaloceno como aquele que representaria de forma mais adequada o momento histórico vivido pela humanidade. Tal escolha se refere à prática econômica que tem se mundializado ao longo dos séculos e impactado a Terra, sendo esse sistema a principal lógica de fundo das atitudes humanas danosas. Humanidade esta que, em partes, agora se observa diante do espelho da crítica.

Nas Américas, o Capitaloceno, desde a implantação das colônias e ainda na atualidade, tem gerado desigualdades sociais, exploração dos não humanos e humanos e periferização política da maior parte dos países destes continentes. O lugar de subordinação histórica forçada, implantado sobre estes países, sua população e seu meio ambiente, são fonte para os argumentos destas autoras e demais parceiros da academia, que reclamam em especial para o caso das Américas – porém, com tranquila possibilidade de amplificação global – o termo Capitaloceno para explicar este período da história em que alguns grupos de seres humanos implementaram ações de exploração sobre não humanos e humanos, abusando de tal forma até chegar ao ponto limite atual, no qual já é possível antever o futuro catastrófico para a humanidade caso essa lógica continue a imperar.

Através das falas dos moradores e moradoras de Morro Vermelho é possível perceber a relação entre as suas observações sobre os motivos que estariam levando a humanidade para este caminho com grandes chances de levar à sua extinção. As observações dos moradores de Morro Vermelho vão ao encontro das críticas levantadas pelas autoras e autores que apregoam os termos Capitaloceno e Plantationoceno.

É interessante destacar que, embora todas as pessoas entrevistadas tenham de alguma maneira concordado com a teoria de que as ações humanas desrespeitosas para com a Terra, para com outros seres humanos e não humanos tem acelerado um processo

que pode ser fatal para a vida humana. A maior parte das pessoas não citou a mineração como uma das atividades que têm contribuído para este colapso. Ainda que a entrevista fosse motivada pelo tema da mineração e perguntas a esse respeito fossem feitas em um bloco anterior aos diálogos estabelecidos, a maior parte das pessoas entrevistadas não correlacionou a mineração com a depreciação das condições de vida humana.

Apenas uma entrevistada, que se identifica como ambientalista e por isso possui grande repertório do discurso ambiental e crítico à mineração, estabeleceu correlação direta entre o Antropoceno e a mineração. Isso não significa que as demais pessoas entrevistadas foram completamente condescendentes à atividade industrial minerária; muitas pessoas colocaram muitos pontos de crítica e desvelaram preocupações. No entanto, não indicaram diretamente a mineração como uma das causas deste período de tensão da vida na Terra. Parte deste ocultamento ao não articular diretamente a mineração ao Antropoceno provavelmente faz parte de mais uma nuance do dilema que vive a comunidade-alvo do projeto minerário ante a questão da mineração e seus impactos e “ganhos” para a comunidade.

Isso já está provado pela maioria dos cientistas. Houve uma época que era uma minoria dos cientistas que falavam isso e as pessoas falavam que estavam exagerando. Na verdade, era uma resposta de certos setores que não queriam que se atrapalhasse o modelo de desenvolvimento.

Hoje em dia não, hoje em dia a gente vê algumas organizações... são muitos cientistas. Eles estão muito preocupados com o que está acontecendo no planeta e está claro que a gente está à beira mesmo de algo que pode ser um colapso. Dá para sentir. A sensação que eu tenho é que as coisas climáticas, esse descontrole, ou muito calor, ou muito gelo, ou muito vento, ou muita seca, isso cada vez vai ser mais grave e a gente já deveria estar pensando nisso.

Diante desse momento de emergência climática, a gente precisa ter uma atenção e não pode pensar só na gente, tem de pensar em quem está vindo, quem vai vir, e os próprios animais da natureza, que a gente precisa deles. Qual é o nexu do projeto Apolo? Nenhum. Tem muito mais nexu ser mesmo um parque nacional ou municipal, e aí entra a coisa do emprego! Teca.

O aquecimento global e as demais mudanças climáticas são fortes marcas deste período. A emissão de gases de efeito estufa – GEEs está entre os principais fatores que têm gerado desequilíbrio. Estudiosos<sup>67</sup> apontam que no mundo a atividade minerária é

---

<sup>67</sup> “Onda de Calor e Mudanças Climáticas: o que a mineração tem a ver com isso?”. Matéria publicada pelo jornal *Brasil de Fato*. A matéria retira os dados de um estudo realizado pela consultoria MCKinsey e também entrevista outros especialistas sobre o assunto. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/30/onda-de-calor-e-mudancas-climaticas-o-que-a-mineracao-tem-a-ver-com-isso#:~:text=As%20ondas%20de%20calor%20que,que%20provocam%20o%20aquecimento%20global.>>> Acessado em outubro de 2023.

responsável pela emissão de 28% dos GEEs, considerando nessa conta suas atividades principais e indiretas que mantêm ativo o sistema minerário, desde a preparação do terreno da planta que inclui desmatamentos, extração e beneficiamento, o transporte do minério e outras atividades terciárias.

Com relação ao desmatamento de florestas – elementos comprovadamente essenciais para a regulação do clima –, o pesquisador e professor Bruno Milanez aponta na referida matéria que 60% das florestas devastadas no mundo devido ao interesse minerário estão no Brasil. Outros institutos de pesquisa renomados, como o SOS Mata Atlântica, identificam mais um fator preocupante: a maior parte da área de floresta de Mata Atlântica derrubada nos últimos anos no Brasil está em Minas Gerais.

A ganância, como denominaram alguns dos moradores de Morro Vermelho, que pode ser entendida como a acumulação sem precedentes de lucro, é uma das mais fortes características da mineração. Somente no ano de 2022, a Vale declarou ter auferido o lucro contábil de R\$ 95,9 bilhões. Aliás, o terceiro maior da história por empresas listadas na Bolsa de Valores<sup>68</sup>. Enquanto isso, a verba destinada para o Ministério do Meio Ambiente, órgão máximo na promoção de estratégias de proteção neste âmbito, no mesmo ano foi de apenas 2,7 bilhões<sup>69</sup>. Orçamento ínfimo se observado o lucro que empresas como a Vale, entre outras, obtêm com a exploração de *commodities* do Brasil.

Um país que é capaz de gerar tanta riqueza para o mercado de *commodities* deveria se preocupar em ter órgãos de fiscalização ambiental robustos o suficiente para garantir que estas empresas agissem conforme as leis ambientais e cidadãos. Fiscalizando e controlando um pouco da ganância, como já bem observaram os moradores de Morro Vermelho, que é um mal espalhado na sociedade e que traz grandes prejuízos.

No decorrer da entrevista sobre este bloco, depois de perguntar se a pessoa acreditava que tais mudanças estavam acontecendo, sempre arguia: “*Você acha que é possível ou importante mudar isso? Por quê? Como?*”. A maior parte das pessoas entrevistadas diz acreditar que é possível desacelerar essa caminhada suicida. Uma jovem

---

68 “Lucro da Vale em 2022 é o terceiro maior da história entre empresas listadas na bolsa de valores”. Matéria publicada pelo portal de notícias G1, setor economia. Publicada em fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/16/lucro-da-vale-em-2022-e-o-terceiro-maior-da-historia-entre-empresas-listadas-na-bolsa-de-valores.ghtml>>. Acessada em outubro de 2023.

69 Este orçamento de 2022 foi 150 vezes menor que o orçamento destinado às Forças Armadas. Algo a se estranhar para um país que não tem guerras e vive da exploração de *commodities*. Maiores informações podem ser encontradas na matéria “Orçamento de militares foi 150 vezes maior que do Meio Ambiente sob Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/bolsonaro-gastou-orcamento-meio-ambiente-e-militares/>. Acessado em outubro de 2023.

entrevistada pontuou que o ser humano é tão criativo e capaz de criar tantas tecnologias, que deveria ser, portanto, capaz de criar outras formas de viver menos danosas, sem comprometer tanto a qualidade de vida na Terra.

### **2.3.1 Um planeta, muitos mundos**

Toda a discussão sobre Antropoceno, Capitaloceno ou qual termo conceitual for eleito para tratar sobre esse momento crucial da vida na Terra possui um elemento constantemente presente: a iminência do fim do mundo. Em grande parte dos estudos sobre o tema, a narrativa sobre o risco do fim aparece, sejam eles estudos mais ou menos esperançosos<sup>70</sup>.

É importante que nos questionemos sobre a qual mundo estamos nos referindo quando esse fim é projetado. É preciso entender melhor o que queremos dizer quando acionamos a categoria “mundo”.

Vivemos, humanos e não humanos, todos no mesmo planeta. A este planeta se convencionou há muitas gerações nomeá-lo por Terra. A ciência já comprovou em outros momentos que este mesmo planeta já viveu grandes transformações que levaram ao fim da vida de boa parte dos seres vivos aqui. Mas, embora espacialmente a humanidade, seus grupos sociais e os não humanos vivam sobre a Terra, definitivamente não vivemos no mesmo mundo.

Mundo é uma construção social (PETRÔNIO,2021). Cada grupo de ser vivo constrói um mundo para si, humanos e não humanos. Estes mundos se inter-relacionam por vezes, mas não são os mesmos.

Para os grupos humanos, alguns elementos são basilares na construção de mundos. Crenças religiosas, relações de parentesco, graus de diferenciação e aproximação, seu grupo humano e outros grupos de não humanos, pertencimentos étnico-raciais, territorialidades, entre outros que contribuem na formação e estruturação do mundo para essas pessoas. Os mundos têm a ver com valores éticos e morais, sensação de pertencimento a um grupo e um lugar, relações com aqueles que são entendidos como comuns ao mesmo grupo e, gradualmente, com os que não são considerados.

---

<sup>70</sup> Nesta tese irei adotar o conceito de Antropoceno por ser o conceito mais difundido e utilizado em diversas ciências.

Num exemplo simples, o mundo para um morador de uma grande cidade não é o mesmo daquele de um indígena do cerrado. Essas dicotomias podem operar em escalas largas ou pequenas. Uma mesma cidade também contém vários mundos, uma vez que é habitada por pessoas que pertencem a grupos sociais diferentes e podem compartilhar de visões de mundo diferentes, ainda que em alguns momentos, como dito, se inter-relacionem e se cruzem. O mundo é sim uma construção social.

O antropólogo Arturo Escobar chama de ontologia essa elaboração de mundos. Afirma que grupos diferentes possuem ontologias diferentes. O autor anota que não é possível que haja *um* mundo único. Um Uni-verso, como explica. É preciso que se reconheça a presença dos muitos mundos coexistindo sobre a Terra, o que conformaria, utilizando os termos do autor, um Pluri-verso (ESCOBAR, 2010).

La ontología política, como vimos, toma como punto de partida la existencia de múltiples mundos los cuales, aunque entrecruzados, no pueden ser completamente reducidos los unos a los otros (por ejemplo, no pueden ser explicados por ninguna “ciencia universal” como perspectivas diferentes sobre Un Mismo Mundo). Cada mundo es enactuado por sus prácticas específicas, sin duda en contextos de poder tanto a su interior como con respecto a otros mundos. (ESCOBAR, 2010, p. 97).

Outros autores também corroboram a questão de que compartilhamos, enquanto seres vivos, a Terra como plataforma que permite a existência física das mais variadas criaturas. No entanto, nesta plataforma coexistem muitos mundos diferentes, de grupos humanos e também de grupos não humanos. Entre estes autores está Bruno Latour.

No pensamento de Latour, não existe um único mundo, mas mundaneidades. O que acontece é que a forma como as sociedades modernas foram sendo estabelecidas materializou para os grupos inseridos nessa macroestrutura o pensamento de que o ser humano ocupa de maneira especial a Terra, sobretudo os grupos modernizados. Isso os separa dos demais ocupantes não humanos da Terra e torna esse tipo de humanidade insensível às manifestações de mundos dos demais.

Para ele, não haveria um mundo exatamente comum dos diversos seres vivos, mas uma mundaneidade ou um processo de proliferação de mundos. Justamente porque o humano se acredita como portador ou habitante de uma plataforma especial, ele consegue produzir a plataforma geral, a qual cria diversos problemas epistemológicos porque ela nos impede de perceber a pluralidade de mundos dentro do mundo homogêneo que chamamos de natureza. (PETRÔNIO, 2021).

Ainda sobre a construção de um ideal de mundo único elaborado pelas sociedades modernas, Latour explica que essa forma de sociedade se apropriou das imagens esféricas, como o globo. Esse tipo de imagem traz consigo a impressão de totalidade.

Latour se inspira no pensamento de outro autor para desenvolver sua hipótese sobre o pensamento totalizador das sociedades modernas, o filósofo alemão Sloterdijk. Como explica o filósofo Rodrigo Petrônio, a partir das teses destes dois autores, o pensamento totalizante do globo funciona fazendo com que pequenos grupos se exponencializem e façam com que a forma de pensamento interna do grupo conquiste os demais ao passo que impõem seu mundo, valores, crenças, economia etc. Geralmente esses processos ocorrem por meio de diversas formas de violência, e o objetivo é domesticar os demais e podar outras possíveis *mundaneidades*.

(...) o globo forma um princípio imunológico, ou seja, é a maneira pela qual pequenas bolhas, grupos, crenças, tribos, famílias, etnias e religiões conseguem exponencializar seus sistemas de crenças e dominar, quase sempre com violência, outras bolhas e construir uma imagem do mundo. O globo é a construção de uma totalidade hipotética, feita por uma não totalidade dominante de uma bolha ou mais bolhas que estão domesticando determinado território, crenças (...). Essas bolhas que chegam ao poder começam a desterritorializar as diversas crenças, etnias, religiões, populações, cidades, para poder homogeneizar, de certa maneira, nessa imagem relativamente unívoca, que é a imagem do globo. (PETRÔNIO, 2021).

Ailton Krenak também faz coro a essa questão sobre o silenciamento de outros mundos que as sociedades modernas/capitalistas criaram: a forma de pensamento capitalista. Para ele, é preciso descentrar o pensamento apenas da humanidade.

Acontece que, nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados, reduzir a uma mímica isso que seria “espiritizar”, suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido. Para mim, isso chega a ser uma ofensa. (KRENAK, 2022, p. 20).

## **2.4 Uma proposta para o mundo a partir de Morro Vermelho**

Como relatado acima, grande parte das pessoas entrevistadas apontou como soluções para se garantir uma vida com maior qualidade, e por mais tempo, a redução do consumo e a reciclagem. Interessante que uma comunidade do interior de Minas Gerais, que certamente produz muito menos lixo que um cidadão médio de qualquer metrópole brasileira, esteja valorizando a reciclagem. Segundo uma das entrevistadas, até o mês em que conversamos – agosto de 2023 –, Morro Vermelho não tinha sequer um dia da semana reservado para que o caminhão de reciclagem da Prefeitura Municipal de Caeté fizesse a coleta seletiva. Ainda assim, as pessoas se preocupam e enxergam nos pilares da teoria-prática da reciclagem uma solução para se viver melhor no Antropoceno. Reduzir,

Reutilizar e Reciclar foram palavras e conceitos acionados pelos moradores de Morro Vermelho como questões-chave para a mudança necessária à manutenção da vida humana na Terra.

É igual te falei, tem que olhar mais a questão do consumo e da reciclagem. Por exemplo, refrigerante, antes você tinha que trocar o casco e ali você até fazia uma caminhada. Hoje você vai ali e compra e estoca até pro mês. Então isso, tem pessoas que nem saem de casa, e era gostoso. E aumenta muito o lixo. Hoje, o conforto, a comodidade, você compra muito dentro de casa, e quando você não tinha você tinha que sair, tinha que caminhar, e talvez você não comprasse tanto, né? (...) De um tempo pra cá eu passei a juntar esses lixos, e lá no Morro não tem uma coleta seletiva, então eu comecei a juntar e trazer aqui pra Caeté. Sempre pra igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, ela tem um projeto. Eu conversei com o padre muitos anos atrás, quando o padre Welinton tava no morro, ele deixava colocar na caminhonete dele e ele descia aqui pra cidade. E eu recolhia dos vizinhos também. Eu me sinto mal com qualquer coisinha que for jogar, e eu ensinei isso pro meu filho.

Marinalva.

\*

Você sabe o que é um aterro sanitário? Sabe o que é o lixo? Porque assim, eu coloco o lixo pra fora de casa e acho que sumiu meu problema. Mas ele está só começando para a sociedade como um todo. Mas assim, ah, mas minha casa tá limpa, isso que importa... Então acho que falta muita educação e trabalho de informação sobre educação ambiental.

Adriana.

De acordo com dados de pesquisa levantados pela Abrelpe – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, no ano de 2022 o Brasil reciclava apenas 4% do lixo aqui produzido<sup>71</sup>. Ou seja, 96% dos 81,8 milhões de toneladas de lixo produzidas anualmente no país não recebiam tratamento e destinação corretos. Era destinado a lixões a céu aberto, aterros sanitários, praças públicas, matas, praias etc.

A não destinação correta do nosso lixo, além de gerar inúmeros danos ao meio ambiente, deixa de gerar capital. Perde-se muito dinheiro com a não reciclagem das toneladas de resíduos não aproveitados. Segundo dados também levantados pela Abrelpe<sup>72</sup>, deixa-se de lucrar pelo menos R\$ 14 bilhões anualmente. Como os estudos sobre este tema demonstram, de 2019 a 2023 não houve grandes mudanças positivas no sentido de promover a reciclagem no país. Este valor corrigido a juros atuais já ultrapassa R\$ 14 bilhões.

---

<sup>71</sup>“Brasil gera cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos por ano”. Matéria publicada pela revista eletrônica Agência Brasil em abril de 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2023-04/brasil-gera-cerca-de-80-milhoes-de-toneladas-de-residuos-por-ano>>. Acessado em setembro de 2023.

<sup>72</sup>“Índice de reciclagem no Brasil é de apenas 4%, diz Abrelpe”. Matéria publicada pela revista eletrônica Agência Brasil em julho de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022-06/indice-de-reciclagem-no-brasil-e-de-4-diz-abrelpe>>. Acessado em setembro de 2023.

A reciclagem certamente seria uma aliada poderosa para a solução de grandes mazelas atuais. Redução no consumo, diminuição de poluição de solo, ar e atmosfera, e geração de emprego e renda. Isso os moradores de Morro Vermelho já percebem, e anseiam por essa mudança na prática e na mentalidade da sociedade.

Enquanto isso, o Brasil ainda segue a passos lentos, estando atrás de vários países na aplicação de políticas públicas de reciclagem. Atrás de países vizinhos, como Chile e Argentina, onde se recicla 16% do lixo, e muito aquém de países como a Alemanha, onde, segundo dados da International Solid Waste Association (ISWA), se recicla 67% do lixo.

Como explica o estudioso Carlos Silva Filho, presidente da ISWA e conselheiro da ONU para resíduos sólidos, o Brasil está cerca de vinte anos atrasado na aplicação das políticas de reciclagem<sup>73</sup>. Porém, não se trata de algo impossível de ser aplicado. Com conscientização e empenho, o país pode tranquilamente aumentar suas ações de reciclagem, colaborando em muitos sentidos para a qualidade de vida e saúde na/da Terra.

Como destaca o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil de 2022, a reciclagem é fator fundamental para o futuro da vida humana:

Os resultados publicados no presente documento registram que o potencial de mitigação de emissões de GEE apresentado pelo setor corresponde a 35% de redução em comparação com o cenário atual registrado em 2022. Para que esse índice seja alcançado, o primeiro passo é justamente o encerramento das unidades de destinação inadequada, cujas emissões, decorrentes da decomposição dos resíduos e de sua queima a céu aberto, são fontes diretas no processo de aquecimento global, além de serem uma fonte contínua de poluição.

Destaca-se que esse potencial de redução de emissões refere-se principalmente ao gás metano, um poluente climático de vida curta, que é cerca de 28 vezes mais potente do que o CO<sub>2</sub>, conferindo um papel de fundamental importância desse setor para a adaptação climática (...) sendo considerado como a única forma de se garantir que a variação da temperatura da Terra não ultrapasse o 1,5 ° C. (ABRELPE, 2022, p. 55).

A reciclagem foi citada pelas pessoas entrevistadas como medida necessária dentro do sistema de produção e consumo dos materiais advindos da mineração. Uma entrevistada questionou se não seria possível reduzir a atividade minerária caso fossem reutilizados os diversos produtos contendo minério de ferro, tão presentes nos lixões e ferros-velhos do país. Destacou em sua fala que muito do que o cidadão comum consome de produtos derivados das diversas minerações, mas especialmente do minério de ferro,

---

<sup>73</sup> Entrevista realizada pela Agência Brasil. Disponível em : <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/indice-de-reciclagem-no-brasil-e-de-4-diz-abrelpe>>. Acessado em setembro de 2023.

a partir de todo o lixo que já se tem, não seria necessário para continuar a extração em tamanha escala e proporção como segue sendo feita.

O pensamento dessa entrevistada, que é moradora de Caeté e ambientalista, achase em consonância com o que foi dito pelos moradores de Morro Vermelho. Ademais, vai ao encontro, em uma análise macro, das políticas de logística reversa já implantadas por diversas empresas no Brasil, embora ainda de forma incipiente e tímida.

Em Caeté, até onde vai meu conhecimento, nenhuma ação neste sentido de mineração urbana foi oficialmente implantada. Até mesmo a logística reversa nas poucas indústrias hoje existem na cidade arrisco dizer que se trata de uma prática tímida, pois nunca tive notícias de qualquer informação neste sentido. O que existe, em Caeté apenas e não nos distritos, é a coleta seletiva do lixo doméstico. O material reciclável vai para uma associação de mulheres catadoras. A coleta acontece uma vez por semana, o galpão de reciclagem é bastante simples (posso afirmar com conhecimento de causa, pois já trabalhei com catadores de material reciclável) e não é do meu conhecimento até então qualquer campanha de incentivo à reciclagem feita pelo poder público municipal.

A logística reversa é uma prática obrigatória para diversos setores empresariais prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pela Lei 12.305/2010<sup>74</sup>. Ela consiste na obrigatoriedade de coleta e reciclagem de produtos e resíduos produzidos por tais empresas, de vários ramos da indústria, após o consumo do cliente final. A aplicação de estratégias de política reversa certamente diminuiria os impactos socioambientais ocasionados pelas práticas industriais.

Existe um ramo dos estudos em sustentabilidade que defende a urgência de ser implementada a *mineração urbana* como uma nova atividade industrial que agiria recolhendo os resíduos destinados a aterros, lixões e sucateiros espalhados pelo país, promovendo o reaproveitamento de insumos e devolvendo o resíduo coletado para o mercado novamente como produtos. Como consta em matéria publicada pelo programa de pós-graduação em Arquitetura e Sustentabilidade da PUC-Paraná<sup>75</sup>, assinada pela redação da revista:

A principal diferença entre a mineração tradicional e a mineração urbana está na fonte da matéria-prima. Enquanto a mineração tradicional implica

---

<sup>74</sup> Política Nacional de Resíduos Sólidos. Presidência da República, Casa Civil- Subchefia para assuntos jurídicos, 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acessada em novembro de 2023.

<sup>75</sup> “Mineração urbana: recuperando tesouros ocultos nas cidades.” Matéria publicada em julho de 2023. Disponível em <<https://posdigital.pucpr.br/blog/mineracao-urbana>>. Acessada em outubro de 2023.

a extração de recursos naturais, como minerais e metais preciosos, em áreas geograficamente específicas, a mineração urbana concentra-se em recuperar e reutilizar materiais presentes nos resíduos urbanos.

Essa prática diminuiria consideravelmente a necessidade de extração primária, causando menores danos socioambientais e promovendo destino e circularidade para os resíduos. Segundo o bioquímico Henrique Mendes, a redução dos impactos socioambientais como o uso de recursos hídricos e consumo energético seria muito grande. O especialista explica em artigo publicado na plataforma profissional *linkedin* que 75% da energia e emissão de gases são gastas no processo de extração e preparo da matéria-prima, e apenas 25% no processo de produção de bens de consumo. Por isso, reduzindo a extração primária através da reciclagem, os impactos seriam muito menores.<sup>76</sup>

A mineração urbana é ainda é uma proposta recente no Brasil e carece de maior legislação. Trata-se de uma atividade que também possui riscos. Implementada especialmente por empresas do ramo de eletroeletrônicos, é uma proposta para enfrentar os problemas colocados para o nosso tempo, mas ainda é bastante incipiente, além dos riscos de contaminação com a manipulação destes materiais autores ainda apontam que a capacidade de reciclagem e reutilização é muito baixa, algo que não teria um impacto significativo na atividade de mineração de larga escala. Ainda assim, alguns entusiastas ainda apostam nessa solução como minha interlocutora de Caeté.

Para fins de ilustração, as novas “minas” de extração destes metais seriam os PEVs<sup>77</sup>, as cooperativas, os sucateiros e inclusive aterros sanitários, presentes nas grandes cidades. O “minério bruto” seriam os equipamentos usados, enquanto as “centrais de beneficiamento do minério” seriam as empresas que fazem desmontagem e processamento. (MENDES, 2021).

Embora seja válida a preocupação dos moradores de Morro Vermelho com a reciclagem, é necessário cautela ao se defender o ato como uma solução às crises do Antropoceno. Muitas críticas são feitas na atualidade ao discurso que se popularizou sobre reciclagem. Autores apontam haver uma crise de significado ao se falar em reciclagem (LIBOIRON,2010, LAYRARGUES,2002). Um dos principais problemas dessa crise é o senso comum que se criou de se responsabilizar o cidadão individualmente pela

---

<sup>76</sup> “Mineração Urbana é alternativa para diminuir extração de matérias-primas.” Artigo publicado no LinkedIn em junho de 2021. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/minera%C3%A7%C3%A3o-urbana-%C3%A9-alternativa-para-diminuir-extra%C3%A7%C3%A3o-henrique-mendes/?originalSubdomain=pt>>. Acessado em outubro de 2023.

<sup>77</sup> Pontos de Entrega Voluntária – PEV.

realização da reciclagem e com este ato, uma suposta contribuição para o meio ambiente. A reciclagem se tornou um discurso de uma forma de ativismo ambiental. No entanto, o que estes autores indicam é que o que se é recolhido nas ações individuais corresponde a uma parcela muito pequena de um universo muito maior de resíduos sólidos que são produzidos e utilizados pelas indústrias e que muitas vezes não são corretamente destinados. Apontam estes estudiosos que o problema da reciclagem não é um problema do cidadão e sim um problema sistêmico que deveria ser de responsabilidade das indústrias e dos governos.

First, the individual, rather than government or industry, is represented as the primary unit of social change. Secondly, recycling is depicted as an act that ends at the blue bins, cutting out the industrial side of the "cycle." Finally, recycling is symbolized as something that benefits the environment "in general" rather than as a specific form of waste management. Overall, I argue that recycling, instead of being a solution to environmental or waste crises, in fact constitutes a crisis of meaning that allows environmental degradation and derisory waste practices to continue<sup>78</sup>. (LIBOIRON,2010, p.1)

Ainda dialogando com minha interlocutora, ambientalista e moradora de Caeté, surgiu uma fala de sua parte argumentando que boa parte do minério que é extraído na mineração industrial de larga escala não é utilizado no dia a dia do cidadão comum. Segundo ela, não é possível rastrear completamente o caminho do minério, mas ela aponta que, a partir de tudo o que já viu e estudou sobre o assunto, dado que é uma ambientalista dedicada ao tema, grande parte do minério de ferro é utilizada pela indústria armamentista para a produção de tanques de guerra pesados, armas e demais arsenais armamentistas. Essa entrevistada questiona se é realmente necessário para a vida humana esse tipo de produção, se é importante para a humanidade manter um ciclo violento de exploração da natureza e comunidades locais com o fim de gerar guerras que atentam contra a vida humana.

E tem também outra coisa: quanto do nosso aço que está aí sendo usado para fazer material bélico? Você acha que você precisa de material bélico na sua vida para sobreviver? É quase certo que a maioria do nosso minério está chegando na China para fazer aço, isso está claro. Mas para quem a China está

---

78 "Primeiro, o indivíduo, em vez do governo ou da indústria, é representado como a unidade primária da mudança social. Em segundo lugar, a reciclagem é retratada como um ato que termina nas lixeiras azuis, eliminando o lado industrial do "ciclo". Por fim, a reciclagem é simbolizada como algo que beneficia o meio ambiente "em geral", e não como uma forma específica de gestão de resíduos. De modo geral, argumento que a reciclagem, em vez de ser uma solução para crises ambientais ou de resíduos, constitui, na verdade, uma crise de significado que permite que a degradação ambiental e as práticas irrisórias de resíduos continuem.". Tradução própria.

vendendo esse aço e como está sendo usado esse aço, isso não está claro, não se encontra o dado. Provavelmente para a indústria bélica. O material bélico usa muito o aço, tem aqueles tanques enormes, então quando se fala: “Você acha que nós não precisamos do minério para viver?”, nós precisamos do minério para viver, mas se olhar a lógica do que é viver e onde esse minério seria usado e para quê, seria uma coisa tão pouca que não teria todos esses problemas.

Teca.

Embora seja legítima a preocupação da ambientalista e moradora de Caeté, de acordo com meus levantamentos sobre a destinação do minério de ferro nas mais diversas indústrias, a maior parte vai para a construção civil e infraestrutura, 52%, seguido de 16% para o setor de máquinas e equipamentos, 12% setor de automóveis, 10% aos produtos de metal como móveis e embalagens. O setor da indústria armamentista consome portanto, uma parte pequena do minério de ferro extraído. A atividade da mineração ocupa o terceiro lugar no *ranking* nacional de exportações, sendo o minério de ferro o mais exportado. O principal comprador do produto é a China, e diferentemente de outros *commodities* brasileiros que vêm sofrendo queda na exportação em 2023, o minério de ferro tem apresentado aumento de 8% na exportação, segundo o Conselho Nacional de Indústrias- CNI<sup>79</sup>.

Como demonstrado, o setor da indústria armamentista não é um dos principais consumidores do minério de ferro, no entanto, é importante destacar que durante os anos de elaboração dessa tese a humanidade convive com grandes guerras internacionais, fato que muito provavelmente influenciou na linha de pensamento da entrevistada. Rússia *versus* Ucrânia (essa guerra teve início em fevereiro de 2022) e Israel *versus* Palestina (conflito e genocídio palestino deflagrado em outubro de 2023). São guerras protagonizadas por Estados específicos, mas com o apoio de grandes potências mundiais, como, por exemplo, os Estados Unidos, que têm apoiado com armas e outros suprimentos Ucrânia e Israel.

#### **2.4.1 Interlocações entre os moradores de Morro Vermelho e a discussão acadêmica sobre o Antropoceno**

---

<sup>79</sup> Informe Conjuntural 2023 e Gráfico Total de Exportações realizados pela CNI. Disponíveis em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/7/informe-conjuntural/#informe-conjuntural-3o-trimestre-2023%20>> e <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/exportacoes/#/industria-total>>

Como demonstrado no início deste capítulo, diversas vozes de pesquisadoras e pesquisadores que estudam o Antropoceno indicam que a forma como sociedades capitalistas e seus principais agentes de poder como o mercado, governos e aristocratas têm habitado a Terra implica estratégias de exploração e tem causado impactos significativos para estes seres e para a qualidade de vida no planeta.

A essa forma de viver baseada em explorações diversas Malcom Ferdinand denomina de o *habitar colonial* pelo mundo. O habitar colonial, como explica o autor, baseia-se na exploração de terras (no sentido de espaços geográficos), natureza e pessoas. O habitar colonial não visa à garantia da qualidade de vida, mas age em busca de seu objetivo principal: a exploração com fins comerciais. *Longe de visar apenas à “manutenção da vida dos homens”, o habitar colonial visa à exploração com fins comerciais da terra* (FERDINAND, 2022, p. 52).

Os moradores de Morro Vermelho assim como os autores aqui apresentados para tratar sobre o tema do Antropoceno concordam que a crise climática e ambiental vivida atualmente na Terra é uma crise que possui uma forte raiz social. Ferdinand (FERDINAND, 2022) chega a dizer que a crise ecológica se trata de uma crise de justiça e que para enfrentá-la de maneira eficiente é necessário voltar às origens dessa crise e rever seus problemas de base. Os moradores de Morro Vermelho expressam a mesma coisa ao questionarem a ganância e a busca desmedida de lucros, o excesso de consumismo, a pressa e a violência dos atuais tempos.

Assim como muitos autores que se debruçam sobre o tema do Antropoceno, as pessoas de Morro Vermelho também consideram que ainda é possível adiar esse já pré-vivido fim de mundo e garantir para a atual geração e para as próximas uma qualidade de vida melhor. Para isso, é necessária uma reciclagem – não apenas a adesão de políticas de reciclagem de produtos já extraídos da natureza e utilizados pelas sociedades, mas uma reciclagem do pensamento, dos modos de se viver e agir entre as pessoas e com a natureza. A adoção de um estilo de vida menos violento com os seres humanos e não humanos, em que se respeitem os tempos, sem a pressa da constante exploração e do acúmulo sem medida. Talvez essa seja uma das chaves que podem auxiliar a sociedade moderna e capitalista a manter a vida da humanidade por mais tempo neste planeta.

Conforme o senhor Zé Leal, *o ontem a gente viu, o hoje a gente vê, o amanhã a gente prevê (...). Porque o ontem foi hoje, foi há um minuto. Ontem era hoje.* Quando o senhor Zé Leal disse essa frase, estávamos conversando justamente sobre a qualidade de

vida no planeta e sobre as mudanças que ele enxerga que têm prejudicado essa qualidade. Essa frase corrobora o que foi elaborado por Bruno Latour (LATOURE, 2014) sobre a dinâmica do tempo e como ela pode auxiliar a sociedade a alterar rotas. Disse Latour: o tempo não corre do presente para o futuro, o tempo *flui* para aquilo que está vindo, “l’avenir” (LATOURE, 2024). E por isso é possível prever, como disse o senhor Zé Leal.

O atual momento pode ter ares apocalípticos, como descreve Latour, não apenas no sentido de catastróficos, mas também “no sentido da revelação de coisas que estão vindo *em nossa direção*” (LATOURE, 2024). Cumprir antever o futuro e perceber para onde os tempos estão fluindo, pois assim é possível implementar mudanças. Como salienta Latour, é necessário agir sem postergar, admitindo que as ações passadas têm consequências sobre o hoje e até sobre o amanhã, mas que é possível ainda ter esperança de que apocalíptico seja o tempo não apenas da destruição, mas também o da mudança.

### 3. A PROMESSA

*A novidade era o máximo  
Do paradoxo  
Estendido na areia  
Alguns a desejar  
Seus beijos de deusa  
Outros a desejar  
Seu rabo prá ceia....  
Gilberto Gil<sup>80</sup>*

#### 3.1 Mineração Global, estratégias de licenças comunitárias e o manejo da esperança

Neste capítulo pretendo demonstrar como as grandes empreendimentos minerários lançam mão de discursos desenvolvimentistas como estratégia de convencimento de governos e populações dos locais onde planejam inserir suas atividades. Uma das ferramentas pela qual o discurso desenvolvimentista é propagado é o manejo de esperanças feito através de promessas. Este tipo de ação está em curso em Caeté, e exporei algumas investidas.

Para sustentar as análises sobre o período em curso, amparo-me, além da minha vivência em campo como antropóloga e moradora da cidade, na obra da antropóloga argentina Mirta Antoneli, especialmente no livro que organiza junto com Maristella Syampa, “Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales”. A mineração de larga escala em céu aberto se acerca de Caeté como tem feito já há algumas décadas em outras localidades mundo afora. Neste livro, os autores reunidos, entre eles Antoneli, faz um retrospecto certo sobre como os grandes empreendimentos de mineração vêm, desde o final dos anos 1990, mudando seu *modus operandi* diante das comunidades em que pretendem atuar. Explicam como estas multinacionais se utilizam de macro e microestratégias para difundir seu discurso desenvolvimentista, que a antropóloga chama de “*utopia minera*”.

Ademais, explicita estratégias intervencionistas dentro dos Estados e governos, e também entre a população, com o intuito de fabricar “*crédito*” ou “*licença social*”, como explica, estratégias que se baseiam na manipulação de uma projeção de futuro ancorada em muitas promessas. Em consonância, a socióloga Raquel Giffoni refere que a empresa Vale possui até mesmo um manual de interação com a comunidade, onde traça etapas e

---

<sup>80</sup> Música: A Novidade. Composta em 1986.

modos de contato de seus funcionários com as comunidades, para que possam realizar mapeamentos sociais completos, levantando desde demandas até conflitos da comunidade. Todas essas informações possuem grande valia nas práticas da empresa em campo para conseguir a licença social.

No que tange às estratégias de aquisição de “licença social” elaboradas por *think tanks* empresariais do ramo da mineração, foi disponibilizado um manual de relações com as comunidades, chamado ToolKit, produzido pelo International Council on Mining and Metals (ICMM) e elaborado em parceria com o Banco Mundial e a Vale. Ele foi construído com o objetivo de assegurar às empresas mineradoras uma reputação melhor e “facilitar o acesso a recursos, como corpos de minério, em ambientes que sejam cada vez mais desafiadores ou remotos” (GIFFONI PINTO, 2019, p. 73).

Em determinado ponto do documento é listado como objetivo:

comunidades que possam ajudar a facilitar processos de aprovação para desenvolvimento, expansão e fechamento de projetos, ajudando a resolver conflitos **e evitando situações em que grupos locais possam criar problemas ou até mesmo impedir que a atividade de mineração ocorra**<sup>81</sup> (ICMM et al., 2005, p. 14, in GIFFONI PINTO, 2011).

No capítulo que assina sozinha, “*Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura: La gestión del paradigma hegemónico de la minería responsable y el desarrollo sustentable*”, Antoneli explica que as principais mineradoras mundiais se reúnem em uma associação para discutir sobre seus interesses. Esta associação é a ICMM – International Council on Mining and Metals (Conselho Internacional para a Mineração e Metais). Como membros da ICMM, estas empresas compartilham valores e interesses em comum, e planejam, a partir de seus escritórios e sedes situados ao Norte Global – a sede do ICMM, por exemplo, está em Londres –, estratégias de aproximação e articulação com governos e comunidades nas localidades onde pretendem intervir. A maior parte das vezes, situadas bem distante geográfica e geopoliticamente de suas sedes. Como no caso das comunidades argentinas que a autora aborda em seu estudo, e também em Caeté-Morro Vermelho e tantas outras, na maior parte das vezes localizadas nos países do considerado Sul Global, em territórios socioeconomicamente menos desenvolvidos.

Las sedes designan instituciones globales que representan a la corporación minero-metalífera y definen las políticas de acción para los intereses del sector. Las redes corresponden más estrictamente a las relaciones y los procesos multiactoriales y multiescalares en los que se verifica en la actualidad la producción, circulación, inculcación, apropiación y recepción de los discursos y representaciones sociales de la minería transnacional, entre las que se destacan los *think tanks* o tanques de ideas (Mato, 2005; Mato y Alvear, en Grimson, 2007; em este volumen). (ANTONELLI, 2009, p. 52).

---

<sup>81</sup> Grifo meu.

A autora mostra como o setor global de mineração começou a se apropriar de discursos em voga em debates socioambientais e tratados internacionais, para gradativamente alterar as percepções locais sobre a mineração e até mesmo colaborar na geração de narrativas mais homogêneas e consensuadas com relação aos empreendimentos minerários. As grandes mineradoras globais começaram, especialmente a partir dos anos 2000, a se vincular ao debate sobre sustentabilidade, embasadas em convenções e debates surgidos em cúpulas globais, como na Rio+20. Sua relação com as comunidades locais também se altera a partir daí, e surge em cena o “diálogo social”.

A necessidade do diálogo é mais uma estratégia baseada em pactos de Estado, como, por exemplo, a convenção 169 da OIT. A intenção é obter das comunidades consentimento prévio e informado, mesmo que esta informação muitas vezes não seja completa. Mais recentemente, o setor minerário também tem se vinculado ao debate sobre crise climática – uma pauta que tem se tornado uma grande preocupação global, presente em diversas agendas internacionais como o Pacto Global das Mudanças Climáticas.

Ao se mostrar preocupada com a crise climática, o empreendimento minerário refaz o seu discurso e de maneira um tanto quanto surpreendente ou duvidosa: apresenta-se como uma atividade de baixa geração de carbono. Em Caeté, todas essas estratégias e discursos estão sendo acionados pela Vale, o que será abordado mais adiante.

Por ora, cumpre aprofundar um pouco mais acerca da movimentação das mineradoras transnacionais e sua articulação política e institucional com outros atores importantes nas definições e permissões de empreendimentos minerários ao redor do mundo, bem como a formulação de estratégias de ação pensadas pela diversa rede de profissionais a cargo destas grandes mineradoras e a articulação dos interesses desse empreendimento com o Estado e os governos locais.

Quase a totalidade das grandes corporações mineiro-metalíferas possui suas sedes mundiais instaladas em países do Norte Global; quando possuem sedes regionais nos países que atuam, estas estão em capitais. É a partir destas sedes que são tomadas as principais decisões e formuladas as principais estratégias para a ação das empresas localmente e a consolidação da imagem que pretendem comunicar.

Um conjunto de ações estratégicas é seguido, considerando diferentes etapas e checagem constante do nível de sucesso de cada uma. Serão destacadas algumas ações

estratégicas presentes num plano de ação do eixo social<sup>82</sup>, identificadas e sistematizadas por mim, a saber: Aproximação; Levantamento de demandas; Apoio a instituições locais; Discurso de cuidado, desenvolvimento e futuro; Dramatização de momentos públicos de consentimento.

### **Aproximação**

A aproximação de representantes da empresa com a comunidade local bem como com suas organizações civis e religiosas ocorre após um levantamento prévio feito em escritório. Pode ser caracterizada como a primeira ação de um universo vasto de ações do eixo social destas empresas, denominada diálogo. Este é uma ação transversal que, em teoria, deve acontecer antes do início do empreendimento, durante a fase de instalação, execução e encerramento. Ele alcança a comunidade, representantes de governo, empresários locais, organizações civis etc.

A aproximação através do diálogo, como bem explica Antoneli, tem a função de criar uma sensação de participação nas decisões do empreendimento e assim simular indicadores de governança. Ainda que se saiba que em relações como estas, em que um grande empreendimento de mineração deseja se instalar, as relações de poder entre os atores empreendimento, governo e comunidade sejam bastante diferentes, as estratégias utilizadas neste *diálogo* fazem parecer que se trata de pesos idênticos na balança de decisão.

El primer eje de su fundamentación condensa la dimensión discursiva del modelo democrático que se requiere para la sustentabilidad de la minería, desde la perspectiva del grupo garante del proyecto. El informe tematiza la poderosa industria extractiva, ese instrumento para el desarrollo, casi explícita figuración de la “teoría del derrame”, como un modelo discursivo: el diálogo o la concertación de voces sociales. Es precisamente en esta dimensión postulada como fundamento y filosofía que la megaminería más poderosa del mundo se autodefine como “lugar de acuerdo mediante la interlocución”, al poner a todos los hablantes en posición de “interlocutores iguales”, maqueta que efectivamente fue la que adoptó el propio MMSD con la inclusión en sus talleres de actores irreductiblemente asimétricos. (ANTONELLI, 2009, p. 60).

### **Levantamento de demandas**

---

<sup>82</sup> Os nomes dados a cada etapa estratégica podem ser diferentes, a depender da empresa em questão. Estou nomeando as etapas conforme o meu conhecimento sobre o vocabulário utilizado pelo setor e também conforme as atividades que são realizadas em cada uma.

Após um primeiro momento de aproximação, as empresas que desejam se instalar nas comunidades costumam organizar encontros coletivos e entrevistas individuais com sujeitos-chave que exercem, geralmente, algum grau de liderança nas comunidades. Os encontros coletivos podem ser chamados de reuniões ou de oficinas. Nestas oportunidades, convoca-se parte da comunidade para que, a partir de um roteiro prévio organizado pelos representantes das empresas, seja possível o levantamento de possíveis demandas sociais. As entrevistas possuem o mesmo objetivo: conhecer, através do olhar mais apurado de um morador cuja fala é legitimada pela população local, um pouco dos costumes, histórias e, mais uma vez, as necessidades da comunidade.

Este levantamento das aspirações futuras e necessidades das comunidades será utilizado nos discursos oficiais e extraoficiais da empresa como moeda de troca para a autorização social do empreendimento. As formas de comunicação oficiais podem vir, por exemplo, através de panfletos que divulgam a capacidade de mudança social em determinado setor identificado como demanda pela população; a geração de empregos é geralmente um dos tópicos mais visados. Formas de comunicação extraoficiais seriam a participação de representantes das empresas em festividades e solenidades das comunidades, conversas em momentos não formalizados com interlocutores locais, onde se sabe, muito é dito e *apalavrado*, como se diz em Minas Gerais para se referir a acordos e promessas que são feitos apenas com base na conversa.

Por su celeridad, expansión y eficacia a múltiples escalas y niveles, este dispositivo atraviesa y articula redes de producción, gestión, administración y promoción de discursos sociales: publicaciones de fundaciones, medios gráficos y virtuales del sector, informes de mediadores, consultores y grupos de trabajo, cartillas informativas, manuales de “buenas prácticas”, material educativo de uso escolar en instituciones públicas de comunidades bajo explotación minera, publicidad empresarial y estatal, etc. También promueve de manera significativa la multiplicación de marcos prácticos, como talleres, foros, encuentros, etc., bajo formatos copresenciales, a escala local y/o interregional, en especial para la concreción de agendas en redes –como la prevención, el control y el manejo de conflictos mineros–, la construcción de consenso o la promoción de negociaciones que favorezcan los megaemprendimientos. (ANTONELLI, 2009, p. 54).

Estive presente num desses momentos de levantamento de demandas. Tratou-se de uma oficina em Morro Vermelho, ocorrida no dia 26 de agosto de 2023, um sábado de manhã, na sede da Banda Santa Cecília. O convite, divulgado em grupos de *WhatsApp*, chamava os moradores para integrarem um “Diálogo Participativo”.

Figura 7 – Convite para reunião de Diálogo Social Participativo.



Fonte: VALE.

Participaram cerca de trinta pessoas, todas moradoras do Morro, convocadas mediante um convite da Vale que circulou no *WhatsApp* dos cidadãos previamente contatados em outras ações de diálogo da empresa. A Associação de Moradores do Morro Vermelho, especialmente na figura de seu presidente, também teve participação no convite às pessoas. A conversa era mediada por representantes da Vale e da Amplo, empresa terceirizada da mineradora, muito atuante no município.

Ao longo do encontro, os participantes iam desenvolvendo atividades de acordo com as instruções dos mediadores. Primeiro, fomos divididos em grupos; nestes grupos tivemos de debater e responder por escrito a perguntas como: “O que você percebe como uma riqueza do Morro Vermelho?”; “O que você observa em outros lugares e acha que falta ao Morro Vermelho?”; “Quais são as principais deficiências/faltas do distrito?”<sup>83</sup>.

Após todos os grupos debaterem sobre essas perguntas, um representante do grupo apresentava as respostas que formularam para todo o grupo. Depois disso, os mediadores reuniram todas as respostas e simplificaram em palavras-chave organizadas num quadro que sintetizava as “Forças”, “Oportunidades”, “Fraquezas” e “Ameaças” com que a comunidade convive. Este trabalho de mediação também é chamado no universo profissional de trabalho com comunidades de facilitação. Os que fazem esse serviço são os mediadores ou facilitadores, nome um tanto sugestivo quando se trata do serviço

---

<sup>83</sup> Não anotei as perguntas exatamente como foram formuladas; essas foram as ideias principais do que era perguntado aos grupos.

realizado para grandes empresas e comunidades atingidas. Cabe ainda destacar que essa lógica de organização dos temas em Forças/Oportunidades/Fraquezas/Ameaças é conhecida no universo do trabalho com comunidades como matriz FOFA, e é uma metodologia muito utilizada em projetos de fortalecimento de bases comunitárias, projetos geralmente desenvolvidos por ONGs e também por governos, ocorrendo uma apropriação por parte dos representantes das empresas dessa metodologia.

**Fotografia 16 - Oficina com a Vale.**



Fonte: Autoria própria.

Vale destacar que, provavelmente por se tratar de uma oficina promovida por uma empresa responsável por um grande empreendimento no distrito, o quadro das “oportunidades” foi o que ao final mais esteve preenchido. Tanto a mediação dos representantes da Vale quanto os moradores presentes direcionavam com maior ênfase respostas para este quadro. As projeções para o futuro realizadas eram em grande maioria positivas e esperançosas. Neste lado do quadro, abaixo da palavra “oportunidades” se organizaram outras palavras e frases como: “Cursos; Oficinas formativas no Morro, com professores daqui e de fora; Oportunidades de Emprego; Melhorias na Saúde; Farmácia; Apoio a feirantes e ao comércio local; Melhorias na água (abastecimento

*público do Morro); Melhorias no calçamento; Transporte; Instituição bancária; Centro de Atendimento ao Turista etc.”*

No quadro das Ameaças, que foi muito menos preenchido, estava: “*Violência; Crimes; Drogas; Roubos – gente que vem de fora para cá; Excesso de poluição; Falta de água*”. Note-se que o significado de *oportunidade* está ligado à existência de uma circunstância favorável para a concretização de algo. Está situado no presente, mas projeta-se para o futuro. Ou seja: trata-se de uma esperança, uma promessa.

Encontros como esse servem como um reforço à ideia de participação e influência comunitária que é construída especialmente no começo das ações de apresentação dos empreendimentos. Cabe reforçar que esta não se trata de uma ação exclusiva do Projeto Apolo, ou até mesmo da empresa Vale. Trata-se de uma série de diretrizes preestabelecidas por esta convenção de empresas do setor minerário que vem mundialmente mudando suas formas de ação nas comunidades em que atuam, com o intuito de reforçar uma nova roupagem mais coerente com as principais políticas e discursos mundiais socioecológicos, para que assim recebam com mais facilidade seus alvarás para exploração. Algo que Antonelli chama de “*estratégias glocals*”.

### **Apoio a instituições locais**

Mais uma estratégia utilizada pelas equipes responsáveis por relações comunidade e empresa é o apoio financeiro às instituições locais. Isto pode se dar através de editais em que organizações da sociedade civil se inscrevem para receber este apoio, assim como mediante investimento direto por parte das empresas, a partir de uma necessidade ou potencialidade positiva para a empresa, identificada na etapa de aproximação. Antonelli e outros autores reunidos no livro que organiza (ANTONELLI, 2009) indicam que esta é uma estratégia muito utilizada pelas mineradoras na Argentina, em várias províncias e departamentos.<sup>84</sup>

Em Caeté, a Vale, ainda antes de ter a licença prévia, já está realizando ações de apoio financeiro às organizações da sociedade civil, como as 15 organizações da sociedade civil de Caeté que dividiram uma doação de R\$ 420 mil da empresa em seu

---

<sup>84</sup> Divisão territorial geoespacial e política muito utilizada em outros países da América Latina. As Províncias são similares aos Estados no Brasil e os Departamentos, às cidades.

projeto “Valorizar”<sup>85</sup>. Outra mineradora que investe financeiramente na cidade é a AngloGold, que viabiliza a realização da Feirinha do Morro Vermelho. Esta acontece há pouco mais de um ano, um sábado por mês. No entanto, no caso da AngloGold, trata-se de uma ação de contrapartida obrigatória, já que a mineradora possui empreendimento em atividade que também afeta áreas do município.

**Figura 8 - Folder do Programa Valorizar Caeté.**



Fonte: VALE.

O caso da Vale possui diferenças que devem ser notadas. Ações como estas de injeção financeira em diferentes grupos sociais constituem mais um reforçador de imagem positiva para a empresa, porquanto confere a ideia de progresso e prosperidade coligados ao empreendimento vindouro. Se, por um lado, esta ação é positiva para os grupos que recebem tal apoio, o é ainda mais para a empresa.

Para Antoneli, estes tipos de laços criados a partir de aportes financeiros colaboram para a diminuição de dissensos e questionamentos ao empreendimento. Os

<sup>85</sup> Notícia: “Vale apoia 15 organizações sociais selecionadas pelo Programa Valorizar em Caeté (MG)”. Disponível em : <https://vale.com/pt/w/vale-apoia-15-organizacoes-sociais-selecionadas-pelo-programa-valorizar-em-caete-mg->. Acessada em janeiro de 2025.

apoiados se veem ligados financeiramente a estes incentivos e constrangidos a fazer contraposições.

(...) “Las organizaciones sociales han constatado que las grandes mineras en Catamarca, Tucumán, San Juan y Chubut efectúan donaciones a escuelas y hospitales de esas provincias tratando de provocar la captación indirecta de voluntades y la limitación del ejercicio de la opinión de las comunidades. *Esto ha sido corroborado por el defensor del pueblo de la Nación, quien manifestó su preocupación porque estas donaciones están acompañadas por una contrapartida publicitaria a favor del trabajo desarrollado por las empresas mineras, pudiendo este simple hecho llegar a inhibir toda posible crítica y, aun más, restringir la participación y el ejercicio de la población en la defensa de los derechos ambientales que consideren afectados*” (nuestro subrayado). (ANTONELLI, 2009, p. 104).

Uma das entrevistadas nesta pesquisa faz críticas a tal estratégia das mineradoras. A ativista Teca integra uma Organização Não Governamental – ONG atuante na cidade desde 1999, possuindo mais de 24 anos em atividade, o Macaca – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté. Teca, que foi entrevistada em agosto de 2023, critica o financiamento feito pela empresa às instituições locais, que na época da entrevista estava procurando por possíveis interessados.

Em suas palavras:

Você acha que a Vale procurou o Macaca para se candidatar a esse prêmio? Esse negócio? Claro que não! Porque está na nossa cara e na nossa coerência, e eles sabem o que estão querendo. Não estão querendo ajudar, estão querendo assediar pessoas. Eu falei com alguns: “Você acha que ela está querendo reconhecer alguma coisa?”. Ela está querendo cooptar todos vocês, porque se as audiências acontecerem esse ano, como é que vocês vão chegar a uma audiência pública e vão dizer que são contra a Vale? Se vocês estão em uma expectativa que a Vale vai ajudar vocês com dinheiro? Vocês não estão percebendo que é uma forma de silenciá-los sem pôr uma mordaca? Então nós sabemos que esse dinheiro tem força, que isso tem peso. Se a gente fosse bilionário, a gente poderia doar, dizer: “Olha, você não precisa da Vale, não. Tá aqui o dinheiro para o seu projeto”. Mas a gente não tem. E é o seguinte: a gente só pode responder pelas nossas escolhas. Então nós temos a nossa e nós estamos peitando essa parada.

Além desses apoios financeiros às instituições da sociedade civil, outro aporte financeiro significativo foi feito na cidade. A Vale investiu R\$ 13 milhões no asfaltamento da estrada que liga o Morro Vermelho a Caeté. Uma demanda antiga da comunidade do Morro, apoiada pela maioria de seus moradores, e que certamente foi identificada logo nas primeiras pesquisas e diálogos.

Neste caso, a empresa incide na opinião pública mediante a parceria que tem feito com o governo local. Esta coligação entre empresas e Estado também é mencionada pelos autores que estudam grandes projetos de mineração. Os interesses capitalistas próprios a uma empresa tornam-se também o interesse do Estado, pois ambos desejam aumentar

suas rendas. Através de imbricadas combinações nem sempre claras, o papel de gestão do Estado resta confundido com ações empresariais. É o caso do asfalto do Morro Vermelho.

Nesta situação, uma demanda antiga da população de Morro Vermelho foi atendida pela empresa, que doou mais de R\$ 15 milhões para que a prefeitura executasse o projeto. Caso o projeto Apolo ganhe as licenças necessárias, esta estrada será essencial para a locomoção dos funcionários da Vale e todo o maquinário, sendo, portanto, uma necessidade da empresa. No atual momento, a face de apoio à comunidade de Caeté é aquela que mais aparece: ao assumir uma responsabilidade do Estado, a empresa fortalece seu vínculo com a comunidade e reforça o licenciamento social.

Foram várias as reuniões entre a empresa e a prefeitura para a construção da estrada. Ainda hoje acontecem reuniões sobre temas diversos, a maior parte delas divulgada na página do *Instagram* da prefeitura. No momento de inauguração da estrada, estiveram presentes no Morro Vermelho: prefeito, vice-prefeito e secretários da prefeitura; gerente de Projetos da Vale; moradores do Morro Vermelho, entre eles anciãos que possuem grande referência, como o Sr. Hélio e Dona Lúcia, sua esposa.

**Fotografia 17 - Primeiro Plano: prefeito Lucas Coelho e Dona Lúcia, Úrsula (primeira-dama) e Sr. Hélio Marques. Último plano: de azul, Pedro Sacaldini, analista master de Relações Institucionais da Vale.**



Fonte: *Instagram* da Prefeitura de Caeté.

Tanto é trabalho dos funcionários da Vale acompanhar de perto prefeituras e influenciar em ações pró-empresa, que esta atividade está descrita no *LinkedIn* de um de seus funcionários. Este se apresenta como “Analista de Relações Institucionais Master”:

Execução da política de relacionamento institucional e governamental. Representação da empresa junto aos principais *stakeholders* dos quatro municípios.

Articulação com os *stakeholders* estaduais e federais com atuação na região.

**Contribuir na articulação, escolha e implantação dos investimentos socioeconômicos no território.**

Apoiar a gerência de sustentabilidade nas ações e projetos. Contribuir para a estratégia de atuação regional da diretoria de relações institucionais e governamentais.

**Acompanhar e levantar informações sobre o cenário político e sua interferência nos interesses da empresa.**<sup>86</sup>

Promover governança de aprovações para solicitações externas que passam pela avaliação.<sup>87</sup>

Sobre a questão do envolvimento da empresa em demandas que seriam dos governos locais, a ambientalista e moradora de Caeté, Teca, é assertiva:

Ou seja, porque que ela vai então atacando aos poucos a população? Para ser a população dizendo que quer muito. E por isso ela está investindo não só umas migalhinhas como era antes, uma ajudinha aqui e outra ali, como era lá nos idos 2009. Agora é milhões.

O asfalto é porque ela precisa daquela estrada para o projeto Apolo. Não é porque ela quer. É porque no projeto Apolo, está escrito no EIA, as duas comunidades que vão sofrer mais é André do Mato Dentro pra um lado e Morro Vermelho para o outro. E Rancho Novo com a história do acesso a Barão de Cocias.

E junto com a prefeitura – espero que um dia venha à tona, porque existem muitas maracutaias nos bastidores – está fazendo esse papel de apadrinhar a história do asfalto.

### **Discurso de cuidado, desenvolvimento e futuro**

A mineração repaginada se apresenta por meio de um discurso de cuidado com as pessoas e com o meio ambiente. Como já foi dito, essa “nova mineração” começou a ser pensada no início dos anos 2000 e está em constante aperfeiçoamento. No caso do Brasil, e especialmente de Minas Gerais, muito pode ser contestado sobre este cuidado, sobretudo diante de crimes socioambientais gravíssimos como o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (2015) e o rompimento da barragem de Córrego do Feijão em Brumadinho (2019), que mataram centenas de pessoas, animais, plantas e comprometem, até os dias atuais, a saúde das águas, seres humanos e não humanos, em territórios

---

<sup>86</sup> Grifo meu.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/pedro-scaldini-5b2a904a/?originalSubdomain=b>  
Acessado em junho de 2025.

extensos por onde correm os leitos dos rios impactados. No caso do rompimento de Fundão, atingiu até o mar onde deságua o rio Doce.

Mesmo diante desses desastres, o discurso do cuidado é preponderante. Com certeza, foi até mesmo intensificado após o ocorrido. As mineradoras se apresentam como entidades que irão cuidar destas comunidades. Por isso, os serviços e apoios que oferecem se confundem com serviços que seriam próprios da gestão pública. Reconhecem que suas atividades possuem impactos, mas que as exercerão de forma a amenizá-los ao máximo.

Fica evidente no que é dito pela Vale, por seus empregados em campo e também nos materiais de divulgação sobre o projeto Apolo, que a empresa está com uma nova proposta menos agressiva, em busca de sincronia com a sociedade. Ainda que alguns possam apontar como apenas uma retórica, trata-se de um discurso muito repetido a partir de pessoas e meios de divulgação diferentes.

Observemos algumas frases presentes em um vídeo de divulgação disponível no *site* da Vale e no *Youtube*:

**Figura 9 - Frames de vídeo "Projeto Apolo - Um Novo Conceito".**











Fonte: Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ps8-r0RGLWw>>  
Acessado em julho de 2024.

Nestes *frames* destacados, já no início a requerente se apresenta como “Mineração do Futuro”. Algumas palavras se destacam, e algumas delas até mesmo se repetem, como as que sublinho e apresento por ordem de aparição no texto: demanda social, preocupação, segurança, redução de impacto, diálogo, respeito (aparece duas vezes nos *frames* e pode aparecer mais vezes no vídeo), desenvolvimento, transparência. O que este vídeo vende é a ideia de uma mineração cuidadosa, preocupada em não desrespeitar a vida de pessoas e o meio ambiente, que traz desenvolvimento e se projeta como uma solução para o futuro.

Com relação ao desenvolvimento e ao futuro, como visto no capítulo anterior, existe uma esperança de prosperidade por parte das comunidades. Esta prosperidade é principalmente possibilitada pelo aumento da circulação de dinheiro no lugar e entre as pessoas. É um dos elementos mais propagados na promessa. Discursivamente, projeta-se um futuro em que todos partilharão em alguma medida de um dinheiro abundante e circular. Este discurso embala esperanças.

A esperança da prosperidade é fomentada pelas falas dos governantes locais e pelos representantes das próprias empresas. Como explica Antonelli (ANTONELLI, 2009), quando há um interesse minerário em determinado lugar, de um momento para o outro esta comunidade é considerada discursivamente como uma espécie de região errática, esquecida socioeconomicamente, podendo ser salva apenas pelo empreendimento. Articulam-se a partir daí emoções e aspirações coletivas que mexem com o medo e com a angústia. Medo do atraso, angústia do não emprego. Estes sentimentos encontram na mineração uma possibilidade de superação.

... en esta errática región que no ha podido ni sabido “encontrar vías de desarrollo”, según el grupo garante, la “sostenibilidad de la industria” (...) gestionar el futuro colectivo, modelar sus imaginarios y hacer del presente el umbral de pasaje, de expectativa del porvenir. (ANTONELLI, 2009, p. 62).

Ressalto algumas estratégias realizadas pelas empresas multinacionais de mineração no eixo social. Destaco este eixo por ter com ele mais familiaridade, já que sou antropóloga. No entanto, há várias outras etapas que acontecem antes mesmo da liberação da licença ambiental, como pesquisas sobre a qualidade e a quantidade de minério no subsolo, perfurações de poços para identificar e quantificar a hidricidade de lençóis freáticos na região, identificação de cavernas que serão abaladas ou destruídas com as implosões etc.

Em algumas situações, profissionais destas empresas locados em áreas das biológicas, engenharias e geologias até mesmo se articulam com os profissionais da área social a fim de criar e propagandear discursos positivos para as empresas. Como o discurso de que a mineração é algo sustentável e que está em consonância com discussões atuais muito caras, a exemplo das mudanças climáticas e da redução na emissão de carbono.

O discurso sobre mineração sustentável é uma forte tendência mundial que se replica em muitas operações ao redor do globo. Em Caeté, a Vale tem se apresentado

como uma nova proposta minerária: além de não ter barragem, também produzirá carbono zero.

Media entonces más de una década entre la normativa neoliberal desapropiadora y la circulación extendida del discurso seductor y garante de “la minería responsable y sustentable”, producido por sedes y redes transnacionales promovidas por las mayores empresas minero-metalíferas a las que pertenecen las que operan en la Argentina. (ANTONELLI, 2009, p. 54).

Este discurso confere à mineração uma espécie de representação salvacionista. A atividade seria a responsável pela salvação econômica daquelas comunidades em que se instala. De uma maneira ainda mais complexa e a princípio heterodoxa, seria uma das responsáveis pela salvação ambiental do planeta, reduzindo a emissão dos gases de efeito estufa que tanto colaboram para o aquecimento global. Através de ações deste porte, a mineração se projeta para o futuro. Ao invés de representar uma atividade que deveria ser extinta devido aos seus danos, ela projeta uma ideia de futuro sustentável.

Este discurso homogeneizante articula condensadores de sentido en la narrativa promesante del “desarrollo sustentable”, con la que gestiona y busca modelar y modular las proyecciones del futuro “gracias a la minería”, interviniendo memorias y significaciones del presente. (ANTONELLI, 2009, p. 54).

*La gestión del futuro global: el “desarrollo sustentable” como narrativa inclusiva para la intervención territorial extractiva.* En este marco, un dominio privilegiado de las políticas discursivas pro megaminería se inscribe en la promoción de narrativas y usos políticos de las pasiones, especialmente relativas a las dos consideradas políticamente más fuertes: el miedo y la esperanza (Bodei: 1995). (ANTONELLI, 2009, p. 72).

### **3.2 A Palavra: promessa, testemunho e dramatização**

O dito popular assevera: “A palavra tem poder”. No caso estudado, as palavras não só possuem poder, como são os principais instrumentos de convencimento em uma situação ainda não definida.

Além das estratégias relatadas acima, onde esse dito popular também pode ser utilizado com maestria, nas próximas páginas destinarei atenção a um momento obrigatório e também ritualístico dos processos de licenciamento ambiental em que as palavras ganham especial destaque: a audiência pública.

Nomeio como ritualístico este momento, pois uma audiência pública pode ser analisada antropologicamente como um ritual. Inspiro-me especialmente nos aprendizados da grande antropóloga brasileira Mariza Peirano, que muito escreveu e lecionou sobre o tema. Para Peirano, a antropologia pode considerar como rituais eventos de diversas

naturezas, sejam estes formais, informais, festivos, religiosos, políticos, simples ou elaborados. Para que se distingam como rituais, é necessário que sejam vistos e vivenciados como momentos *únicos, excepcionais, críticos, diferentes* (PEIRANO, 2003, p. 8).

Nos rituais, as ações e as palavras possuem o mesmo peso de significado. Destaco isso, pois analisaremos um ritual especialmente fundamentado nas palavras. O que ocorre durante um ritual são sequências de ações que promovem a comunicação simbólica de determinado valor (PEIRANO, 2003).

No caso do projeto Apolo, versão sem barragens, houve duas audiências: uma em 22 de maio, em Santa Barbara, outra em Caeté, no dia 23 de maio. Restringirei a análise apenas a Caeté, pois o trabalho se debruça especialmente sobre o caso do projeto na cidade. Ademais, estive presente apenas na audiência dessa cidade, daí considerar ser melhor focar a análise apenas no evento presenciado<sup>88</sup>.

Antes da análise, é importante registrar que pouco tempo após a realização das audiências, a Justiça Federal, pediu a anulação de todas as audiências ocorridas. A partir de uma ação civil pública movida por uma ONG de advocacia popular, o Instituto Guaicuy, com o apoio de um projeto de extensão universitária da UFMG chamado Projeto Manuelzão – dedicado há décadas às questões ambientais –, alegou que o processo de audiências estava acontecendo de maneira indevida, já que o órgão nem sequer teria recebido por parte da Feam – Fundação Estadual do Meio Ambiente, órgão ambiental do Estado de Minas Gerais que conduz os processos de licenciamento ambiental, ou da Vale (empresa interessada), o Estudo de Impacto Ambiental, realizado pela interessada, a fim de obter o licenciamento.

A apresentação do EIA-Rima ao ICMBio é um rito obrigatório, que deve ser anterior à audiência, pois o órgão é formalmente responsável pela proteção da área do Parque Nacional da Serra do Gandarela e suas áreas de amortecimento, onde a Vale deseja ter atuação<sup>89</sup>. Além deste erro processual de início, o ICMBio tampouco recebeu convite

---

<sup>88</sup> Todas as assembleias foram gravadas, transmitidas *online* e estão disponíveis na internet. *Links:* <https://www.youtube.com/watch?v=JZCJVeJK5x4> –Caeté ; <https://www.youtube.com/watch?v=S6Gaj7Idp1w> – Santa Bárbara.

<sup>89</sup> De acordo com o ICMBio, houve o descumprimento da Resolução Conama 428/2010, de acordo com a qual “o órgão ambiental estadual deveria ter consultado o ICMBio antes da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental [EIA] que foi apresentado nas audiências públicas”. De acordo com o parágrafo 2º da resolução, “o órgão ambiental licenciador deverá, antes de emitir os termos de referência do EIA/Rima, consultar formalmente o órgão responsável pela administração da UC [unidade de conservação] quanto à necessidade e ao conteúdo exigido de estudos específicos relativos a impactos do empreendimento na UC e na respectiva ZA [zona de amortecimento], o qual se manifestará no prazo máximo de 15 dias úteis,

formal por parte da Feam para participação nas audiências públicas, de modo que a assessoria jurídica alegou haver vícios no processo, e a Justiça acatou. As audiências ocorridas em maio foram anuladas em agosto, e até o momento (novembro de 2024) seguem anuladas.

A Vale e a Feam ainda recorrem da decisão do TRF-6 – Tribunal Regional Federal da 6ª Região, última instância da Justiça Federal a emitir um veredito até o momento. O *status* atual é de anulação das audiências<sup>90</sup>, e a continuidade do licenciamento está condicionada à manifestação do ICMBio<sup>91</sup> sobre os impactos do empreendimento à zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra do Gandarela e ao próprio Parque.

Mesmo sabendo que a audiência está anulada, considero ser um fato essencial a se expor. Por definição, as audiências públicas são os momentos oficiais de apresentação de alguma situação de grande impacto sobre a vida de determinado grupo social. É um momento também de debates, em que as partes diferentemente colocadas na situação apresentam seus argumentos, abrindo espaço ao contraditório. As audiências não têm um vencedor ao final, mas elas são importantes na formação de opinião e também podem influenciar processos. É um espaço que teoricamente deveria ser muito ocupado pela sociedade civil, pois é um momento ímpar para esta ser ouvida e dar sua opinião sobre os temas em discussão. As audiências públicas são um direito garantido pela Constituição Federal de 1988.

No caso da audiência realizada em Caeté, o evento aconteceu a partir das 18 horas, na quadra do principal ginásio da cidade, o Poliesportivo. Embora estivesse com a quadra bastante ocupada, enquanto moradora não diria que a predominância da participação foi da sociedade civil de Caeté. Como observadora e pesquisadora que estava ali para analisar

---

contados do recebimento da consulta”. Esta explicação do ICMBio e mais detalhes sobre o processo estão disponíveis em: <https://manuelzao.ufmg.br/por-ora-trf-6-mantem-anulacao-de-audiencias-publicas-do-projeto-apollo-da-vale/> Matéria acessada em novembro de 2024.

<sup>90</sup> Em julho de 2025 mais um movimento aconteceu nesta ação, a Vale conseguiu a reversão da anulação das audiências. O Instituto Guaicuy recorreu, mas ainda não teve o recurso analisado.

<sup>91</sup> Em meados de agosto de 2025 o ICMBio divulgou a nota técnica 17/2025 onde indefere o pedido de autorização de licenciamento ambiental do Projeto Apolo. Alega que o empreendimento é “incompatível” com os objetivos de conservação do Parque Nacional Serra do Gandarela e apresenta riscos ambientais graves e irreversíveis. Cita entre outros danos, o rebaixamento do lençol freático e a proximidade da cava do empreendimento com áreas do parque, estando no projeto a menos de um quilômetro. Fonte: Jornal Opinião (jornal local) edição de 21 de agosto de 2025.

o rito, também não afirmaria ter observado um debate popular. Dos 37 inscritos, 21 pessoas eram moradoras de Caeté e 16 eram pessoas de fora da cidade. O excesso de falas de pessoas de fora foi um ponto questionado em certos momentos da audiência, pois o número de exposições era limitado e pessoas da cidade perderam sua oportunidade de falar para pessoas de fora, como representantes de Sindicatos de Mineiros, funcionárias da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –FIEMG, funcionários da Vale.

Entre os inscritos de Caeté, muitos eram figuras políticas: vereadores em exercício, secretários do atual mandato da Prefeitura, funcionário da prefeitura, ex-vereador, candidatos à vereança no ano de 2024 e dois candidatos a prefeito também em 2024. Um total de 11 figuras políticas entre os 21 inscritos. Os demais eram representantes da Aciac – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Caeté (presidente e ex-presidente), professora, representante de profissionais de Saúde, dois pequenos produtores rurais, um catador de material reciclável, uma jovem estudante e duas caeteenses funcionárias da Vale<sup>92</sup>.

Das 21 falas das pessoas de Caeté, apenas quatro externaram preocupação com os impactos previstos do empreendimento. Em grande parte das falas houve declarações de apoio e convites para a Vale se instalar na cidade. Não traziam sequer perguntas para serem respondidas pelos funcionários da empresa, ali massivamente presentes. Atribuo ao fato de muitos dos inscritos serem políticos e pessoas próximas ao atual mandatário da prefeitura o tom de amabilidade com a Vale. Em algumas falas, essas figuras expressavam até mesmo intimidade com a empresa e seus funcionários, tratando-os como velhos conhecidos. Não por acaso, grande parte do poder público presente, inclusive o prefeito, se sentava à frente, junto com os funcionários da Vale, ao lado dos diretores presentes. Outro ponto a se considerar que contribuiu para o baixo dissenso são as atividades de Diálogo ocorridas estrategicamente antes da audiência pública. De acordo com a antropóloga Déborah Bronz, estas atividades como encontros individuais e comunitários pré-audiência pública também funcionam como ambientes de criação de consentimento com relação ao projeto, reduzindo a participação e fala no momento de audiência, especialmente falas que questionem o projeto, como explica a autora são momentos de persuasão.

*O diálogo social* é um instrumento de persuasão, é através dele que são difundidos os discursos dos empreendedores analisados no capítulo anterior,

---

<sup>92</sup> Apenas uma delas se apresentou como funcionária; a outra, como se apresentou apenas como moradora, sem especificar o bairro ou distrito e nem sequer a profissão, me gerou dúvida. Ao pesquisar, descobri que é funcionária da Vale há 17 anos, no entanto, preferiu omitir essa informação.

com todos os aparatos retóricos e tecnológicos de que fazem uso. (...) Os consultores procuram antecipar-se aos atos formais do licenciamento ambiental, por meio da realização de entrevistas e reuniões com os *atores estratégicos* e *grupos de interesse* para “validação”, “aprovação” e realização dos acordos. A diminuição da imprevisibilidade na atuação dos atores é um dos produtos das cartelas de serviços das consultorias. A prevalência dos interesses da empresa nos espaços destinados ao *diálogo social*, como algo previamente pensado e planejado, é reconhecida pelos empreendedores ... (BRONZ, 2011, p. 231)

Entre as falas dos cidadãos de Caeté que fizeram indagações e demonstraram preocupação, os principais temas foram:

- Preocupação com a segurança das comunidades e aumento de violência física e sexual contra mulheres e crianças:

Boa noite a todos. Eu acho que a minha pergunta, ela vai validar questionamentos e temores principalmente das mulheres e das mães caeteenses, de Morro Vermelho e das demais cidades que serão afetadas pelo projeto. Bom, é um projeto que tem uma tamanha magnitude, desde a sua imposição até a sua exploração em si. Então vai requerer a vinda de pessoas cuja índole, *a priori*, nós desconhecemos, né? Gostaria de saber qual que é o projeto da empresa, que tenha rigor, né? Para evitar o aumento da criminalidade local. Afinal de contas, eu tenho certeza que desde os gestores até a população, é um temor que todos carregam em si, né?

Vanessa Monteiro – profissional de Saúde<sup>93</sup>

- Preocupação com a reserva hídrica de água presente na Serra do Gandarela e pedido para o tombamento desta:

Boa noite a todo o público presente, a paz do Senhor. Primeiramente, pra começar, do ponto de vista ambiental, esse Projeto Apolo é incompatível com a Serra do Gandarela. A água, a gente não vive sem a água, né? Se colocar você dez dias sem água e dez dias sem a Vale, você vai viver dez dias sem água? Não vai, mas dez dias sem a Vale você viverá. Então, o nosso ouro e a nossa verdadeira riqueza é a água. E sem a água a gente não faz nada, né? Então, a gente não tem que lutar pelo Apolo, a gente tem que lutar pelo tombamento integral da Serra do Gandarela, igual tombou a Serra do Curral. A Serra do Curral que é bem menos relevante que a Serra do Gandarela, foi tombada. Então, nós vamos lutar pelo tombamento integral da Serra do Gandarela. Então, eu peço ao Zema, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não dar essa licença pra essa mineradora destruir a nossa terra, Caeté.

Tomás Henrique – morador do Morro Vermelho e candidato a vereador em 2024

- Preocupação com a credibilidade da empresa Vale e o tratamento com os seres humanos atingidos por empreendimentos de mineração e desastres:

Vale lembrar que nossa cidade perdeu três caeteenses. Três caeteenses que foram mortos, assassinados por essa empresa, em Brumadinho. Inclusive, um

---

<sup>93</sup> As falas da Audiência Pública de Caeté aqui utilizadas foram extraídas da transcrição disponibilizada pela Vale e pelo vídeo da íntegra da audiência disponibilizado no *YouTube*.

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=JZCJVeJK5x4>

Transcrição: <https://vale.com/documents/d/guest/perguntas-e-respostas-audiencia-caete-mg>

Acessados em novembro de 2024.

desses caeteenses, até hoje a sua família não teve a oportunidade nem de fazer um velório pra ele, porque não achou o corpo desse caeteense (...). A gente não pode achar que essa empresa, que matou duzentas pessoas, vai ser a solução de todos os nossos problemas. Talvez ela será mais problemas pra nossa cidade, e é isso que eu acredito, que ela será mais problemas pra nossa Caeté.

Fulvio Avallone Brandão – vereador e candidato a prefeito em 2024

- Preocupação com a preservação do patrimônio geológico, como cavernas, em especial a Paleotoca – caverna pré-histórica presente na região, com mais de 340 metros, onde foram encontrados vestígios da escavação de animais pré-históricos como a preguiça gigante; reforço com a preocupação das mudanças sociais e aumento de violências; dúvida sobre o gerenciamento e risco de desabamento das pilhas de rejeito estéril excedentes da atividade:

Enfim, algumas perguntas que eu tinha que não ficaram esclarecidas é com relação à Paleotoca. A Vale falou disso no começo, passou muito rápido, e isso não tá claro pra mim. O que vai ser feito? Falou de transferência das cavidades? Não tem como transferir uma Paleotoca. A Vale vai virar uma instituição científica e vai recolher os resquícios arqueológicos? O que vai ser feito da Paleotoca?

(...)

Expliquem. Coloquem tudo nos pontos claros pra população, sejam de fato transparentes, assim como foram com relação à prostituição, que acho que foi o único ponto. E aí tive, a gente teve a infelicidade de ter que ouvir um vereador falando, minimizando essa situação. A chegada da mineração, ela traz, sim, um aumento dos números de assédio sexual, de prostituição infantil, que é seríssimo! E sim, a gente tem que falar, isso não pode ser normalizado. Aumento do consumo de álcool e outras drogas, aumento da insegurança. Enfim.

(...)

Não tem barragem, mas tem sedimentos. E esses sedimentos envolvem diques, mesmo que sejam estruturas pequenas, a pilha de estéril envolve sim riscos. Já houve eventos em outros lugares do mundo...

Graziele Gonçalves Lima – moradora de Caeté, estudante

Houve um cidadão que não fez nenhuma pergunta diretamente para a Vale e tampouco falou sobre o projeto Apolo. O Sr. José Geraldo, catador de material reciclável e conhecido em Caeté como “Da Lua”, penúltima pessoa a falar, já bem adiantadas as horas, fez uma pergunta, que entendo eu, sintetizou bem o que estava sendo discutido ali. Disse:

E eu não quero aqui nem aplausos nem vaias. Eu vou falar o seguinte: sendo aquele índio lá que escreveu o livro sobre adiamento do fim do mundo, será que a gente tem jeito de adiar isso mais um pouquinho? (...) Outra coisa, porque o que tava lá na, quieto na natureza, levou milhões de anos pra ficar aquietado ali. Quero saber o seguinte: o que que uma pessoa isolada pode fazer em relação a isso? Só posso dar meus R\$ 200 também pra participar, que até agora precariamente eu tô fazendo parte do meio ambiente. E outra coisa, o que que a pessoa também, que seja em associação, que seja também isolada, o que ela pode fazer pra contribuir com isso, que o meio ambiente é pra todo mundo. ...

A fala de José Geraldo segue com momentos desconexos, mas o que ele está perguntando é: a partir do quem tem observado, o mundo em que a humanidade vive está acabando. Naquele dia, ele percebeu que se estava tratando daquele tema. A partir do seu universo de conhecimento, ele se preocupa e gostaria de saber o que é possível fazer, enquanto sociedade, para se adiar isso. Como seu universo mais próximo de convívio e trabalho é a reciclagem, acredita que essa prática também pode ajudar a diminuir os danos causados pela sociedade, que “mexeu e remexeu” naquilo que estava “aquietado” na natureza há muito tempo.

Como já relatado, as demais pessoas de Caeté que se manifestaram não tinham questionamentos. Perguntaram sobre a possibilidade de contratação atual e futura, cursos de formação de mão de obra local, investimento em fundos municipais e também em ONGs. Muito pouco sobre o conteúdo em debate no dia – o projeto Apolo e seus impactos –, apresentado pela própria Vale e pelos movimentos sociais que convocaram a audiência pública.

Duas falas favoráveis à Vale merecem destaque devido à reação que provocaram na plateia. A primeira partiu de uma jovem moradora de Caeté que se apresentou como funcionária da Vale. A declaração dessa jovem tinha um forte ar de testemunho. Em uma crescente de relatos, ela narrou desde seu nascimento na Santa Casa de Caeté – único hospital da cidade –, o ensino primário e médio em escolas públicas da cidade, o curso técnico em mineração na Fundação Educacional de Caeté – FEC, até que chegasse, com muita dificuldade, ao seu primeiro estágio e, depois, à contratação da Vale.

Em um discurso emocionado, ela ressaltou como é bom trabalhar para a empresa, quanto tem se sentido valorizada e crescido lá dentro. Citou cursos de qualificação que fez pela Vale e até mesmo um incentivo que tem recebido da empresa para fazer sua segunda graduação. Finalizou desejando que a empresa venha para o município, para que os jovens de Caeté não precisem passar pelas dificuldades que ela passou e para que tenham a oportunidade de ter um emprego como o dela.

Essa fala fez muitas pessoas da plateia, inclusive – ou talvez especialmente – as pessoas da Vale, se levantarem e baterem palmas por um tempo considerável. Houve outros testemunhos como o dela, vindos de pessoas de fora, mas nenhum arrancou tantas palmas ou fez as pessoas ficarem de pé. Para um momento ritualístico como uma audiência pública, em que se busca um licenciamento social, não poderia existir momento mais favorável para a empresa do que esse.

Então, eu gostaria de deixar claro que sou a favor do projeto, sou funcionária com muito orgulho, como foi dito aí por pessoas anteriores, que os funcionários têm orgulho. Sim, tenho, tenho muito orgulho. E fiz questão de vir aqui de uniforme. Minha mãe tá aqui, meu pai tá aqui, meus primos, meus tios, e eles sabem muito bem quanto eu tenho orgulho e como a minha vida melhorou muito desde que eu entrei na Vale. E como que eu falo isso? Por que que eu tenho propriedade pra falar isso com vocês? Desde 2020, que foi quando eu ingressei na Vale, eu já tive progressão de carreira três vezes, até respondendo a Úrsula, como que vai ser em relação às mulheres, eu fui muito valorizada, agradeço muito à Vale as oportunidades. Fiz engenharia de Minas pela UEMG, que é uma universidade estadual, e estou fazendo engenharia civil com o incentivo da Vale. Já fiz vários treinamentos, cursos de incentivo à mulher, à diversidade e inclusão. Então é isso que a gente prega, é isso que a gente precisa e é isso que eu quero pra Caeté, porque eu não quero que as pessoas passem a mesma coisa que eu passei em 2013, que é pegar a rodovia da morte, que é a 381, como todo mundo aqui sabe. E todo final de semana eu tenho que pegar estrada pra voltar pra minha residência, pra casa dos meus pais. Porque eu não posso morar aqui. Porque aqui não tem emprego pra mim.

Annelisa Gomes Silva

**Fotografia 18 - Fala de Annelisa, funcionária da Vale e moradora de Caeté.**



Fonte: Autoria própria.

A outra fala que se destacou foi a infeliz intervenção de um ex-vereador da cidade.

Como explicado, antes de se abrir para as perguntas, houve uma etapa de apresentação do projeto, realizada por funcionários da empresa e por terceirizados. Foram então apresentados os impactos previstos nas áreas social, econômica e ambiental. Após a apresentação dos representantes da Vale, falaram os representantes dos movimentos

sociais que solicitaram a reunião<sup>94</sup>. Uma dessas falas tratou com muita ênfase das mudanças na sociabilidade, especialmente no aumento de violências contra a população, entre eles a violência sexual contra mulheres e crianças. Falou-se também sobre o aumento de prostituição, inclusive infantil – todos estes danos listados no EIA-Rima da Vale, e as consequências conhecidas de projetos de mineração.

O representante dos grupos proponentes que fez esta fala é um professor universitário dedicado aos estudos de conflitos socioambientais ligados à mineração, logo, possui muito conhecimento acumulado. Essa foi uma fala muito eloquente e assertiva, pois tocou em pontos muito caros à população de Caeté, que ainda pode ser considerada uma cidade tranquila para se viver e onde casos como os que foram apresentados ainda são muitíssimo isolados.

A fala do ex-vereador se contrapôs ao que o professor havia apresentado. O ex-vereador minimizou estes riscos diante da possibilidade de a cidade prosperar economicamente com a mineração. Ainda, enalteceu a prostituição e, em uma leitura rasa sobre o que estava sendo debatido, utilizou um linguajar inadequado para a situação, dizendo que as pessoas da cidade deveriam se acostumar, pois onde havia prostitutas é porque havia dinheiro.

Essa fala souou como um escárnio à população de Caeté e às preocupações relevantes da sociedade, provocando muitas vaias, que certamente não partiram apenas de pessoas contrárias ao projeto Apolo. A fala ainda foi repercutida negativamente nos discursos de outros participantes que se seguiram.

Quem que não quer? Eu vi aqui um rapaz falando até mal das prostitutas. Aonde, que ponto que nós chegamos! Um ambientalista falar mal do seu próprio negócio? Não, eles quer atacar até as prostitutas do Brasil. Aonde nós chegamos? Que nível! Agora me fala, gente, são seres humanos. E outra verdade: vocês podem falar mal de prostituta, mas prostituta vai aonde tem dinheiro, não vai aonde a cidade tá quebrada, não.

Alex Magalhães – ex-vereador

Como se pode perceber, uma audiência é também um espaço de *performance* e dramatização. Algumas falas são feitas com mais intensidade, utilizando-se de recursos variados para gerar convencimento. Em Caeté, um recurso muito acionado foi o testemunho. Discursos de quem se apresentava como alguém que vive em prosperidade

---

<sup>94</sup> Requerimento para a audiência pública: Movimento Artístico e Cultural e Ambiental de Caeté – Macaca, Ecoavis, Instituto Guaicuy, Instituto Cordilheira e Sindicato Extrativo das Indústrias Extrativas de Minas Gerais.

devido à mineração. A maior parte dessas pessoas era de fora e se expressava como se trouxesse um conselho para a população. Em tom de quem já viveu e tem experiência para falar, aconselhavam a população a pensar em sua família, na estabilidade de um emprego de carteira assinada com benefícios como o vale alimentação, na possibilidade de algum membro progredir nos estudos etc. Esses discursos testemunhais de pessoas de fora vieram sobretudo dos associados da Metabase-BH – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e de Metais Básicos.

Foram três associados da Metabase que falaram um em seguida do outro, como um bloco coeso de conselheiros:

Vamos em cidades minerais que os prefeitos falam: “Feliz de mim”, aquele pai de família que sai de manhã tem o privilégio de ter um emprego, deixar um plano de saúde pras criança, ter um cartãozinho de alimentação. Então é só isso que eu falo em nome de todos os trabalhadores. Feliz daquele que tem uma carteira assinada, a dignidade de poder sair e ter um salário no final do mês, porque se nós começar a misturar droga com o progresso, aí que nós vamos ter uma coisa, vamos fazer uma bolha e ficar dentro? Eu tenho família, tenho neto, tenho tudo e tô vivendo nesse meio há cinquenta anos. Então eu falo isso com sentimento mesmo e com a realidade que eu vivi ela, entendeu? (...). Então, eu acho que eu sou uma pessoa que posso falar de cadeira que todas as experiências que eu já passei, dificuldades sim, nossos amigos que se foram, mas a vida segue e não vamos parar por aí não. Que possamos fazer esse projeto acontecer e tornar uma realidade, que no futuro eu vou ter o prazer de vir cá e que minhas palavras vão servir, que realmente são fatos que vão acontecer. Se Deus quiser, que vocês sejam muito felizes, vamos continuar firmes e fortes, ok?

Márcio Mello – MetaBase-BH

E a Annelise foi muito feliz no que ela falou aqui, porque ela descreveu aqui também a minha história. Estou há 39 anos no meio mineral e eu apoio esse projeto. Eu vi esse projeto nascendo lá em 2009, critiquei, fizemos vários questionamentos, porque nós defendemos o emprego, nós buscamos o emprego e defendemos a condição que... a permanência disso, defendemos a empregabilidade, porque é muito importante (...). Esse projeto tem transparência, e o mais importante, tá sendo feito com responsabilidade. Pra mim isso é de uma importância enorme. Então por isso eu defendo (...). As pessoas que eu conheço, que é daqui de Caeté, que sai daqui, que trabalha em Belo Horizonte, que tá na mineração, as pessoas vão permanecer aqui, o crescimento dos seus filhos atingindo a maioridade, vindo pra Vale. Então são grandes oportunidades, temos que defender isso.

Eduardo Rodrigues – MetaBase-BH

Meu nome é Luiz Conegundes, também sou um dos diretores do Sindicato Metabase Belo Horizonte, e eu não poderia me furtar da responsabilidade de vir aqui hoje defender o posto de trabalho de empregado Vale, tá? (...). Sei o quanto é importante cada emprego na Vale, porque cada emprego na Vale é uma nova oportunidade que surge, não só pra esse empregado, mas pra família dele, porque o empregado da Vale hoje, ele tem um bom plano de saúde, ele tem muitos benefícios (...). Mas queria muito falar também o que a nossa colega da Vale, empregada, disse ali, das oportunidades que surgem pros empregados. Eu, há vinte anos atrás, entrei na Vale e tive a oportunidade de ir

lá estudar, com bolsa concedida pela Vale. Hoje sou advogado. Então, eu gostaria muito que os rapazes, as moças principalmente dessa turma nova aqui de Caeté, tivessem a mesma oportunidade que eu, de ter uma possibilidade melhor pro futuro delas, dos filhos, de toda a família.

Luiz Antônio Conegundes – MetaBase-BH

Todas as falas dos representantes da MetaBase-BH apelaram para a figura da família. Para a segurança e conforto que o trabalhador empregado na mineração poderá proporcionar para a sua família. Além disso, utilizaram-se do fator experiência para validar o que estavam dizendo. Todos citam os anos que estão no meio minerário, como se a experiência de serem empregados da mineração há tantas décadas os validasse para avaliar uma proposta de projeto de mineração a exemplo do Apolo, a fim de convencer uma população virgem em relação ao convívio com os empreendimentos minerários no seu cotidiano.

Além do testemunho, outras formas de conselho vinham através das falas de pessoas de fora. Como por exemplo a FIEMG, que solicitou fala por meio de duas funcionárias. Neste caso, elas não traziam a palavra de funcionárias das empresas de mineração, mas a palavra de cientistas, pois destacaram suas formações e usaram de discursos de fala rebuscada e embasado em dados, especialmente numéricos.

As representantes reforçaram dados e argumentos da Vale. A primeira, na área ambiental, destacou que o projeto reduziria a quantidade de água utilizada no processo e reporia a água extraída dos lençóis freáticos onde aconteceria a mineração – um dos pontos mais delicados do projeto e alvo de intensa discussão –, entre outros dados que eram expostos no sentido de afirmar que se tratava de um projeto responsável, revisto e reformulado, devido a todos os acontecimentos dos últimos anos, e por isso, sustentável.

A outra representante abordou a questão econômica, apresentando dados sobre o aumento de empregos diretos e indiretos que seriam gerados em razão do empreendimento, bem como números sobre o crescimento da economia. Números bem altos, empregos na casa dos milhares, moeda na casa dos bilhões, todos estes apresentados e reforçados pela voz do governo.

Nessas falas, a FIEMG se apresenta para a população como mais uma conselheira, influenciando o processo e apresentando uma oportunidade que não se pode deixar passar. Neste último discurso econômico fica claro o apelo à figura da prosperidade através de projeções econômicas grandiosas. É interessante ainda destacar que as duas representantes da FIEMG usam o termo “sustentável” para validar o empreendimento,

apresentando-o como algo equilibrado, positivo e seguro. Tais predicados geralmente estão em contraste com a mineração.

Patrícia e eu falo pela Gerência de Meio Ambiente da FIEMG. E aqui eu também não vou fazer perguntas, eu gostaria apenas de dar destaque a alguns pontos já mencionados que eu acho importante a gente destacar, especialmente em relação aos recursos hídricos, né? Quando a gente faz uma comparação em relação ao que hoje tá sendo apresentado aqui e ao projeto anterior, de 2009, a gente percebe uma evolução nítida no que diz respeito à redução dos impactos ambientais, né? Especialmente aos recursos hídricos. Salvo engano, há uma redução de 95% do que foi inicialmente previsto no primeiro projeto. Então é salutar fazer esse destaque, com a fala também que foi trazida que não vai haver interferência na captação de Bela Fama, que abastece a região metropolitana, uma vez que o projeto está a jusante, né? E há que se dizer também que toda a questão do rebaixamento do lençol freático vai ser compensada por meio de condicionante. Então, é uma obrigação do empreendedor fazer essa compensação nas nascentes que serão impactadas (...). Nós enxergamos como resultado desse período de amadurecimento que a gente vê, desse empreendimento por parte do empreendedor, desse debate que foi feito junto ao órgão ambiental no sentido de trazer um empreendimento mais sustentável em relação à questão dos recursos naturais.

Patrícia Sena – FIEMG

Eu faço parte da gerência de economia da FIEMG; eu trouxe dados aqui dos nossos estudos econômicos, que já foi citado anteriormente. Então, primeiramente, esse projeto de Caeté, ele prevê um investimento inicial de entre R\$ 7 e 9 bilhões. Bem, a gente utiliza uma metodologia, que é a análise insumo - produto, que a gente busca mensurar como se daria o impacto desse investimento tanto na região de Caeté quanto na região intermediária de Belo Horizonte e de Minas. Essa matriz, isso é um produto que a gente utiliza na análise, tenta mensurar principalmente essa questão que foi colocada aqui de emprego. Então nós temos os empregos diretos, que vão ser a questão do investimento na mineração com construção, os empregos indiretos, que são aí os fabricantes de equipamentos e máquinas, fornecedores de serviços e também os encadeamentos produtivos, dado o consumo das famílias, a família desses trabalhadores que estão envolvidos. Então, quando a gente utiliza essa análise os nossos resultados são muito maiores do que esse que a Vale apresentou aqui. Com relação à fase de investimento, os resultados mostram que esse investimento entre R\$ 7 e 9 bilhões pode gerar um aumento de faturamento de R\$ 13,4 bilhões. Em termos de emprego, a gente não tá falando apenas daqueles números, esses encadeamentos produtivos podem levar a um aumento de 69 mil postos de trabalho na região intermediária de Belo Horizonte. Uma arrecadação em impostos líquidos de cerca de R\$ 729 milhões. (...)

Considerando então esses efeitos da instalação do investimento e da operação, a gente acredita que esse investimento, esse empreendimento, é capaz de trazer desenvolvimento econômico alinhado com sustentabilidade ambiental aqui pra região.

Amanda Fernandes – FIEMG

Mais vozes apareceram para dar seu testemunho, como a funcionária da Vale, Sra. Dulce Dias, e também para reforçar o projeto a partir de uma visão institucional, como a Sra. Maria de Lourdes, do Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração. Somando-se a um bloco de vozes estrangeiras elencadas para ocupar espaço de fala durante a audiência,

buscaram influenciar o processo e contribuir para uma representatividade de falas positivas ao projeto no evento.

Os movimentos sociais ambientalistas também estavam representados com pessoas de fora de Caeté. No entanto, o perfil não era parecido com os anteriores, pois não se tratava de funcionários da empresa interessada no processo ou de representantes de instituições ligadas à mineração. A maioria era de moradores de localidades próximas ao empreendimento, como André do Mato Dentro, que será um distrito atingido, Raposos e Rio Acima. Todos esses municípios têm em comum áreas do Parque Nacional da Serra do Gandarela limítrofes ao projeto Apolo. Também se somou ao núcleo das pessoas de fora de Caeté contrárias ao empreendimento uma deputada estadual.

As falas dessas pessoas refutavam alguns argumentos apresentados anteriormente pela empresa e por vozes aliadas. Foram questionados, por exemplo, a questão da empregabilidade, o plano de reposição de água, a sustentabilidade da mineração e a credibilidade daquela audiência pública. Devido à ordem de inscrição, muitas dessas pessoas ficaram ao final da audiência e quase não havia público para ouvi-las.

Como exemplos, destacarei algumas falas:

Ó, eu sou de Raposos, viajei três horas e meia pra chegar aqui, porque eu vim com a Daniela. E por que eu estou aqui? Primeiro, porque eu quero a minha Serra do Gandarela, porque ela é minha e ninguém tem o direito de chegar, destruir, matar. Nem é gente que eu tô falando, não, são os animais, as flores que estão ali. Eu não sei como que consegue imaginar aquele barulho, aqueles estrondos de dinamite, que eu fui criada com dinamite na minha cabeça constantemente, porque em Raposos a Mineração Morro Velho estourava dinamite e a minha mãe falava: “Morreu mais um”. Eu fui criada assim. Então eu fico imaginando as onças, as formiguinhas que moram lá na serra, porque elas são muito importantes para nós. Eu acredito que todo mundo tenha esse conhecimento, elas são muito importantes e vão morrer com o estrondo de dinamites. Pensem nisso, gente. Pensem na nossa água, na nossa serra, na nossa vida, no futuro (...). A outra pergunta eu esqueci... ah, tá, essa é engraçada. Eu acredito, mas eu quero resposta. Eu tenho direito a resposta. Eu quero saber como que repõe a água no aquífero. Não, gente, eu não tô nervosa, não. Como repõe a água no aquífero? Porque alguém falou aqui que tem jeito de repor<sup>95</sup>.

Solange Célia – moradora de Raposos

E aí, turma? Né, tamo aí, eu sou morador de André do Mato Dentro, que já tá sendo bem afetado pela mineração. E eu queria fazer um convite, começar fazendo um convite, principalmente pra turma que tá aqui na frente, a galera que bota fé aí nos 2% que a Vale vai deixar. Vocês moram, assim, em lugar que fica passando caminhão de mineração o tempo todo na porta da sua casa? Vocês moram, quando vem a época de chuva, e aí tem meses com barro na

água? Assim, não precisa nem responder exatamente isso, porque não é a pergunta, mas, né, isso já tá acontecendo lá em André<sup>96</sup>.

Raul Brandão – morador de André do Mato Dentro

Hoje eu tô aqui como cidadã, mas também como poder fiscalizador dessa audiência pública, que por diversas razões que tão sendo discutidas na justiça, mas também pela forma como o debate aconteceu, é absolutamente insuficiente e enviesada, motivo pelo qual nós vamos fazer nova audiência pública na Assembleia Legislativa, além de visitas técnicas, tudo o que for necessário pra que a população de Caeté e da região seja suficientemente esclarecida sobre o que está em jogo aqui nesse debate.

Bela Gonçalves – deputada estadual

### Fotografia 19 - Ambientalista moradora de fora de Caeté.



Fonte: Autoria própria.

A água é uma das questões mais críticas do projeto Apolo e apareceu com frequência durante a audiência. A população local não entende e o movimento social

---

<sup>96</sup> A mineradora apontada é a Mineração Serra do Lopes – MSL, que nos últimos dois anos tem intensificado suas atividades próximo a André do Mato Dentro. Os caminhões carregados de minério passam pela porta de algumas casas do distrito e vão em direção a Caeté, onde também cruzam a cidade, impactando o trânsito local e a qualidade do ar. O convívio com essa mineradora é muito recente e até o momento não foram tomadas providências para a retirada do fluxo intenso de caminhões dessas rotas.

questiona a fala da Vale que irá repor a água retirada do subsolo ferrífero. Parte da resposta da funcionária da Vale para a senhora Solange foi a seguinte:

O rebaixamento, como eu tava dizendo antes, é uma operação, faz parte da operação de lavra, é uma atividade comum as operações de lavra no minério de ferro, porque é uma rocha aquífera, onde pra poder avançar a lavra em profundidade, nós precisamos bombear essa água do aquífero, fazendo então com que ele rebaixe. Essa água rebaixada, ela é retirada do poço, de dentro da mina, água subterrânea do aquífero, e é colocada nas nascentes, sem contato com a superfície. A mesma água do aquífero é colocada como reposição de água nas nascentes que tenham conexão com este aquífero.

Maria Luíza – representante da equipe de hidrogeologia da Vale

Fechando a lista das pessoas de fora da cidade, também esteve presente o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com dois representantes. As falas dos representantes desta autarquia nacional destacou que ritos importantes do processo não estavam sendo cumpridos, como, por exemplo, o envio do EIA-Rima para análise dos técnicos do ICMBio em uma etapa anterior à audiência.

Como não tiveram acesso formal ao projeto apresentado até aquele momento, os representantes do ICMBio manifestaram preocupação, pois pelo que estavam ouvindo na apresentação, a Vale estaria considerando como impactos decorrentes da atividade apenas aqueles manifestados fora da área do Parque. No entanto, o empreendimento faz divisa com as áreas do Parque e sabe-se que na natureza as coisas não se dão de maneira estanque. Daí ser necessário considerar os danos previstos para a própria área do Parque Nacional da Serra do Gandarela.

Os representantes do ICMBio também estavam entre as últimas pessoas a se manifestar. Grande parte da audiência – que depois seria anulada – já havia decorrido. O representante da Feam e, depois, um representante da Vale esclareceram que o documento ainda não havia sido enviado ao ICMBio por se estar em um momento muito inicial do licenciamento. No entanto, como a Justiça provou meses depois, essa justificativa não estava correta, invalidando a audiência, que terá de acontecer novamente após o ICMBio se manifestar sobre o EIA-Rima.

Mas ainda que esse estudo não tenha sido encaminhado pra gente, nós viemos aqui hoje pra conhecer o projeto. Agora, confesso que eu estou bastante preocupado, assim, porque muito já foi falado aqui em relação aos impactos que ocorrerão no Parque Nacional, né? Impactos bastante significativos sobre os diversos valores que justificaram a criação do Parque. Então, o impacto sobre a paisagem, então aquela vista maravilhosa que a gente tem hoje do Mirante do Gandarela vai ser afetada de forma bastante significativa, em relação à sua biodiversidade, em relação à sua flora, em relação à fauna. Por exemplo, os animais que transitam na área que vai ser afetada pelo empreendimento, né, se ele for adiante, eles também transitam dentro do Parque, então hoje a área que tá sendo projetada de lavra é um grande corredor

ecológico para a fauna que transita dentro do Parque Nacional. Ele vai ser afetado em relação aos seus recursos hídricos, né? Muito já foi falado aqui sobre a importância dos aquíferos, a possibilidade de ter diminuição de vazão, o rebaixamento bastante significativo que tá sendo proposto, né? E eu tô lendo ali alguns dados do estudo de impacto ambiental. O Parque vai ser afetado em relação aos seus atrativos, então algumas cachoeiras serão afetadas, ele vai ser afetado em relação aos seus acessos, hoje a lavra tá projetada em cima de um acesso ao Parque Nacional que é feita inclusive pela comunidade aqui de Caeté. Isso nos causa bastante preocupação.

André de Lima Andrade – ICMBio – gestor chefe do Parque Nacional da Serra do Gandarela

Então eu vou começar falando dos impactos que têm relação com o que o André mencionou anteriormente, os impactos em atrativos do Parque, né? Das cachoeiras que existem no Parque Nacional da Serra do Gandarela, das três principais, são aquelas que são mais visitadas, duas... eu soube hoje aqui inclusive, né? Pelos documentos que foram apresentados, que duas delas serão impactadas. A Cachoeira Santo Antônio, que consta no EIA-Rima, o Poço Azul. Aí olhando no mapa que foi apresentado aqui do EIA-Rima, sobrepondo ao nosso a gente verificou que outros atrativos serão impactados: Poço do Tonhão, Goianás, Cânions do Prata, Cachoeirinha do Café, entre outros. Apesar desse impacto que a gente verificou, a gente ouviu muito também ontem e hoje, a gente percebeu pelos estudos que diversos impactos talvez não tenham sido, a gente não viu o documento ainda, mas pela apresentação nos pareceu que alguns impactos não foram analisados dentro do Parque, como, por exemplo, a qualidade do ar, os ruídos e vibrações, porque dos mapas que foram apresentados não tem pontos de análise realizados dentro do Parque. E a gente acha fundamental que o EIA-Rima chegue pra gente considerando todos os impactos dentro do Parque, inclusive com análises cumulativas dos impactos considerando os outros empreendimentos da Vale e de outras minerações, porque essa é uma recomendação do próprio plano de manejo do Parque.

Tatiana Santana – analista de Infraestrutura no Parque Nacional da Serra do Gandarela

Como já dito, não considero que tenha sido um evento popular. Não reconheci muitas pessoas de Caeté na plateia; algumas pessoas conhecidas que estavam presentes também disseram o mesmo. A maior parte das falas também não foi de populares, fortalecendo meu argumento de que a sociedade civil caeteense estava pouco presente. A Vale, no entanto, ocupava as três primeiras fileiras do quadrante principal de cadeiras distribuídas, um espaço bastante largo ocupado por seus funcionários em traje verde claro. Ocupava também as duas primeiras fileiras de um outro quadrante da plateia ou pouco menor. E pelo que pude perceber, ocupava várias outras cadeiras, já que muitos funcionários não estavam uniformizados. Posso afirmar, pois reconheci pessoas na plateia que conheço de Belo Horizonte e sei que são funcionários da empresa. Quando saí do ginásio observei várias vans e até mesmo micro-ônibus levando essas pessoas embora. Perguntei a um dos motoristas quem eram e ele me assegurou serem funcionários da Vale.

Outra evidência sobre este ponto é que a audiência pública foi muito longa, com mais de cinco horas de duração, finalizando depois das 23 horas, um horário extremamente avançado para o cidadão de Caeté permanecer, em uma noite muito fria de maio e tendo provavelmente de trabalhar no outro dia bem cedo. Ao final dessa audiência, as poucas pessoas que eu reconheci de Caeté já não estavam lá mais. Ainda assim, esse quadrante central de cadeiras permaneceu cheio de pessoas que aplaudiam cada fala de algum funcionário da Vale, ou qualquer outra fala em favor do projeto.

Ainda outro fato que comprova essa ida de funcionários da empresa moradores de outros lugares para a audiência de Caeté, e aconteceu em certo momento já adiantado da audiência, quando as pessoas que eu conhecia já haviam ido embora. Sentei nessas cadeiras centrais, um pouco mais para frente, ao lado de um rapaz que pouco tempo depois comentou que estava podendo comprovar que Caeté era mesmo frio como diziam. Caeté é de fato uma das cidades mais frias da região, e neste dia havia feito calor durante o dia, e à noite a temperatura abaixou muito. Poucas pessoas estavam agasalhadas, e muita gente passou frio. Eu ri e concordei que a cidade era fria; aproveitei para perguntar de onde ele era, e ele respondeu que era de Barão de Cocais, que trabalhava na Vale e que havia ido à audiência do dia anterior em Santa Bárbara. Asseverou que a audiência lá também tinha sido demorada e, pouco tempo depois, chamou um senhor que estava com ele, que era companheiro da empresa, e foram embora. Estavam cansados do dia anterior e não estavam dando conta do frio repentino.

Fiquei me perguntando qual a necessidade de empregados da empresa, atuantes fora da cidade, estarem presentes nas duas audiências realizadas para a população daquele local. O motivo mais óbvio que encontro a princípio seria a formação de público, tanto para colaborar com uma fotografia de que se tratou de uma audiência cheia quanto para fortalecer manifestações positivas ao empreendimento, bater palmas a cada fala etc.

Claro, trata-se de uma observação. Situações presenciadas por mim e conhecidos. Provavelmente, não seria essa a visão da Vale. Cheguei a perguntar por *WhatsApp* para uma das responsáveis pelo diálogo do projeto Apolo quantas pessoas da Vale estavam presentes; acrescentei que vi os ônibus e as pessoas não uniformizadas. Ela me ligou em seguida e afirmou que não tinha conhecimento sobre ônibus para funcionários da Vale, somente da van que foi disponibilizada para os moradores de Morro Vermelho que tivessem interesse em comparecer à audiência.

**Fotografia 20 - Funcionários e diretores da Vale ao lado do secretário de Planejamento, vice-prefeito e prefeito (que não aparece na foto).**



Fonte: Autoria própria.

**Fotografia 21 - Plateia composta expressivamente por funcionários da Vale.**



Fonte: Autoria própria.

Não considero que tenha sido uma audiência amplamente divulgada. De acordo com a representante da Vale, houve carro de som para divulgação, mas não ouvi essa divulgação, e outras pessoas a que perguntei também não ouviram. O único jornal impresso da cidade, e principal meio de divulgação, não noticiou sobre a audiência. O principal jornal *on-line* divulgou-a apenas poucas horas antes do evento. Não recebi convite nem por *WhatsApp* nem por *e-mail*, o que teoricamente deveria ter acontecido, pois participei de oficinas de diálogo e estive tirando dúvidas no carro de informação. Em todos esses momentos foram solicitados meus dados para cadastro e convite em novas etapas do processo.

Creio que a baixa divulgação colaborou para o fraco comparecimento da sociedade civil de Caeté ao evento. Não posso dizer se a audiência teria sido diferente, mas pelo menos teria sido do conhecimento de mais pessoas. Nos dias seguintes à audiência, parecia que nada havia acontecido na cidade. Muitas poucas pessoas comentavam, algumas que eu argui diziam nem saber do ocorrido.

Considero a convocação e a participação da população de Caeté nessa audiência muito diferentes da audiência que se verificou em 2011, 13 anos atrás, também sobre o projeto, no mesmo Poliesportivo. Eu ainda era estudante de graduação e participei da audiência para me inteirar do assunto e, também, a fim de realizar um trabalho final para uma disciplina. A plateia do Poliesportivo estava cheia de pessoas de Caeté, a divulgação aconteceu no mínimo uma semana antes, com carro de som convocando-as em todos os bairros para o comparecimento. Foi um evento muito falado dias depois, e os moradores se manifestaram de todas as formas. Foi uma audiência em que as falas das pessoas do município sobressaíram e tiveram mais ênfase. Atribuo isso ao fato de ter um público local mais consolidado e diverso.

Além da comedida divulgação neste ano de 2024, outro fator que pode ter desanimado a população de Caeté a comparecer foi a longa duração desse processo. Este pode ter sido um dos fatores que colaboraram para o baixo engajamento da população local no evento, que há quase 15 anos convive com esse projeto.

Em relação à diferença na realização da divulgação e convocação da sociedade para participar das discussões sobre o projeto, a moradora Teca também percebe esta mudança, o que credita a um novo estilo de estratégia. Aparentemente mais comedido, mas eficaz no sentido de evitar alardes e controlar o nível de informação. Enquanto as ações públicas da Vale são mais tímidas do que na última tentativa de anos atrás, as ações

no *face-to-face* crescem em intensidade, firmando parcerias e vinculando as pessoas a relações de dependência mediadas por investimentos, especialmente os financeiros.

Não é à toa que agora se escolheu uma outra técnica. Eu lembro que lá no começo a propaganda era acintosa, era *outdoor*. Hoje em dia é carro itinerante, chega na praça, a pessoa que chega eles abordam, vai conversando de acordo com a linguagem e domínio de cada um... Hoje em dia, aquelas estratégias pesadas não estão vindo com aquela prepotência e visibilidade que ela se sentia confortável antes, que é a leitura que eu fiz anterior, mas em compensação quando a gente vê a quantidade de dinheiro... Nós fazemos uma leitura positiva assim: se está tendo de ter tanto dinheiro, é porque não está tão fácil.

Teca

Uma audiência pública não tem ganhadores e perdedores, como já foi dito. Essa especialmente, pois segue anulada e, judicialmente, sob as legislações vigentes que tangem sobre os processos de licenciamento ambiental, é como se não tivesse existido, pois não tem validade reconhecida. Ainda assim, elas influenciam processos e contribuem na formação de opinião. Na audiência que aqui foi descrita, a maior parte das falas foi feita no sentido de reforçar a promessa do progresso, tão circundante em torno do projeto Apolo, propagada por funcionários da empresa requerente e por outros atores interessados no processo.

Essa promessa se fortalece através da palavra. Palavras ditas publicamente, testemunhos vivos, análises de especialistas. Tudo isso mobiliza sentimentos, especialmente medo e esperança. Como explica a antropóloga Mirta Antonelli (ANTONELLI 2009): “Sin duda, *la promesa* requiere de la esperanza como pacto de confianza y contenido epistémico – creer que/creer en – y es la que regula las proyecciones imaginarias del futuro promisorio que traería el modelo extractivo” (ANTONELLI, 2009, p. 73).

Para (GIFFONI, 2019), a atividade minerária lida com várias situações de riscos, entre eles o risco político e o risco social. Um momento como uma audiência pública é um momento estratégico, no qual a empresa tenta fazer triunfar suas versões sobre o projeto debatido, mas é, sobretudo, um momento de tensão, de grande exposição social e política. Ações mal interpretadas em ambientes políticos e sociais podem influenciar na prática minerária, afetando a previsão econômica da empresa.

(...) empresas extrativas são, em algumas ocasiões, obrigadas a operar em ambientes politicamente instáveis e, tendo em vista a imobilidade dos recursos minerários, devem desenvolver estratégias para lidar com o risco político, do qual não há como fugir. (GIFFONI PINTO, 2019, p. 18).

No momento, presenciamos a história em ação. Momento em que tais promessas estão sendo propagadas. Os principais divulgadores destas promessas são sujeitos de fora da cidade, empregados diretos da mineradora ou representantes de organizações ligadas ao setor mineral. Estes sujeitos, em sua maioria, repetem um discurso: “*Eu já vi. Eu vivo a Mineração. Confie nas minhas palavras*”. Essas repetições reproduzidas em uníssono por estes forasteiros/mensageiros produzem efeitos. Segundo Mariza Peirano, a redundância e a repetição fazem parte dos ritos (PEIRANO, 2003). E elas não acontecem à toa; ela intentam cristalizar uma ideia e envolver a maior parte de pessoas neste futuro que suas palavras vendem.

Por outro lado, estiveram presentes também sujeitos contraprometeicos – eu os chamaria assim. Em sua maior parte, também pessoas de fora, que em comum possuem a vinculação aos movimentos ambientalistas. São pessoas empregadas em situações e profissões diferentes e não dependem do dinheiro da mineração para estar ali. Elas também pregam futuros, e usam da ciência como amparo para difundir essas visões. O futuro revelado por eles, caso haja a mineração, não é próspero como dizem aqueles ligados à mineração; é sim um futuro de escassez, de violência e perdas.

#### 4. Neoextrativismo e Futuro: interdependência ou competitividade?

*Queremos saber  
Queremos viver  
Confiantes no futuro  
Por isso se faz necessário  
Prever qual o itinerário da ilusão  
A ilusão do poder  
Pois se foi permitido ao homem  
Tantas coisas conhecer  
É melhor que todos saibam  
O que pode acontecer  
Gilberto Gil<sup>97</sup>*

Caeté hoje se depara com uma proposta de negócio repaginada de novidade, mas na realidade, já velha conhecida. O projeto Apolo, que ronda Caeté há pelo menos 16 anos (desde 2009, publicamente), retoma sua intenção de ação na cidade, infiltrando-se, como já visto, por diversas entradas sociais, numa estratégia para fortalecer sua investida.

Mas não só o projeto Apolo é um antigo conhecido que agora se apresenta como novidade; a mineração em larga escala já é amplamente conhecida em cidades vizinhas de Caeté, em outras cidades de Minas Gerais, outros Estados do Brasil, na América Latina e nos demais continentes do planeta. Seu *modus operandi*, com objetivos de aferição de lucros financeiros mediante a extração dos minerais, bem como os danos deixados às comunidades e à natureza também são notáveis e conhecidos.

Podemos categorizar a mineração de larga escala como uma atividade neoextrativista. Este modelo econômico e social se baseia no entendimento da natureza como recurso e em sua expropriação com fins de monetização. A natureza, valorizada em termos monetários, deve ser beneficiada de tal forma que gere menos custos ao investidor e proporcione a maior quantidade de lucro possível.

O que acontece neste momento no município é uma disputa sobre as projeções de futuro. E o futuro, como se sabe, é um terreno um tanto amorfo, em que não se pode pisar com segurança, nem visualizá-lo perfeitamente. Sem consistência definida, o futuro se torna uma matéria de excelente manipulação em disputas como esta, pois se modela a depender do sujeito que pronuncia sua projeção. A depender de variáveis como onde este sujeito está politicamente inserido no debate em questão, a visualização de futuro muda.

Neste capítulo, proponho observar como as projeções de futuro mudam a depender do ator social que as articula. Demonstrarei especialmente como este possui feições muito

---

<sup>97</sup> Música: Queremos Saber. Ano de composição: 1976.

diferentes quando o tema é o futuro de um território e até mesmo da Terra de forma mais ampla, com a atividade neoextrativista. Uma versão de tecnologia e prosperidade se confronta com outra de esgotamento e miséria, deixando o questionamento de se realmente o neoextrativismo é uma solução para o futuro ou se seria um dos sistemas operantes que estariam inviabilizando o futuro da vida na Terra.

A mineradora, com o apoio da prefeitura de Caeté e de algumas lideranças locais, projeta em suas atividades neoextrativistas um futuro desenvolvimentista. No discurso propagado para a cidade, no futuro haverá grande circulação, acumulação e compartilhamento de dinheiro, ou seja, não somente a mineradora, mas toda a cidade lucrará com o empreendimento. Nesta projeção de futuro também se desenvolve a mega-atividade extrativista, mas isso se dá de forma sustentável, atrelada a valores ambientais como o uso mínimo de água e a redução na produção de carbono durante o processo.

Já os ambientalistas, diante da possibilidade de instalação do Apolo, alertam para um futuro empobrecido culturalmente e também financeiramente, esvaziado de vida social e ambiental, assim como violentado pelas práticas extrativistas e por uma nova dinâmica social muito masculinizada e potencialmente perigosa, especialmente para as mulheres. E contaminado, com o ar, a água e toda a natureza do entorno comprometidos.

Se por um lado o futuro é brilhante e convidativo no discurso da empresa, por outro ele é fosco, degradado e triste no discurso ambientalista.

No encontro desses dois lados, está a população. Principal público afetado caso haja a implantação do projeto, expõe suas preocupações com relação aos danos sociais e ambientais informados pelos ambientalistas, mas tampouco deixa de se interessar pelas promessas anunciadas pela empresa. Este futuro projetado e imaginado recai com maior intensidade sobre este grupo e sobre seu território de vida. Ao que posso perceber, como moradora e pesquisadora, a população está ciente de que seu modo de vida corre riscos.

No espaço turvo do porvir, não se consegue mensurar a proporção dessas mudanças e, talvez por isso, não há na atualidade uma vigorosa oposição por parte da população em face do projeto. Estamos num momento de manipulação de situações invisíveis e, talvez por isso, a população não se movimenta tanto. Observa, e vai construindo em seu imaginário um futuro com elementos dos dois discursos rivais: o da empresa e o dos ambientalistas.

## 4.1 Neoextrativismo

A mineração é uma atividade capitalista; o capitalismo é marcado pela história de empreendimentos globais conquistando territórios e populações que o geógrafo histórico Jason Moore denomina de Natureza Barata. A Natureza Barata está na fronteira entre o trabalho e a terra e inclui humanos e não humanos. A apropriação a baixo custo desses dois elementos é a grande responsável pela expansão capitalista e pelas grandes ondas de acumulação de capital. (MOORE, 2022). Por Natureza Barata não devemos entender que ela seja de graça, mas sim que gera baixo custo ao empreendedor nesta articulação entre trabalho-extração e lucro auferido.

A condição do surgimento do capitalismo, em outras palavras, foi a criação da Natureza Barata. Mas Barata não é de graça. O termo “Barata” é aqui entendido como trabalho/energia e utilidade biofísica produzida com força de trabalho mínima e diretamente implicado na produção e troca de mercadoria. (MOORE et al, 2022)

Em muitos aspectos, a lógica extrativista operada hoje em dia não difere da lógica do passado. Um deles é a relação centro/periferia. Mantém-se o esquema de um centro explorador baseado na periferia explorada, de onde os recursos naturais são extraídos e enviados para fora, beneficiam-se e resultam em lucro.

Desde o período do Brasil colônia até as distintas fases do Estado republicano, incluindo a mais recente, sob a égide do neoliberalismo (...) a modalidade de acumulação tem sido o extrativismo. Este, por sua vez, é estimulado, reiteradamente, por uma relação dialética centro/periferia, onde o centro do capitalismo viabiliza essa acumulação por meio da exploração da periferia, fornecedora de Natureza. Trata-se de uma relação caracterizada por assimetrias entre exportadores e importadores, pelo uso intensivo dos denominados bens/recursos naturais com profundos riscos e danos ambientais aos territórios e às comunidades, por meio da “superexploração da força de trabalho” e da financeirização ou commoditização da Natureza. (FERRARI et al, 2023, p. 1).

O extrativismo se reconfigura ao longo do tempo, possuindo em cada fase configurações mais específicas que o fazem diferir daquele praticado décadas atrás, em outra fase. É o que acontece com o fenômeno atual, denominado por pesquisadores da área de neoextrativismo. Esse sistema mantém configurações semelhantes às práticas extrativistas anteriores, mas se distingue em alguns pontos – entre eles, a participação do Estado, que atua como um facilitador desses empreendimentos; a escala da extração, que é muito maior que os empreendimentos anteriores (são, por isso, chamados de megaempreendimentos); as estratégias de convencimento social empregadas nas comunidades onde se intenta a implantação dos empreendimentos.

Tal como outras modalidades de acumulação, o extrativismo se reconfigura em cada ciclo histórico, complexificando e produzindo novas formas de exploração. O “neoextrativismo”, segundo Milanez (2013), é a forma mais recente da prática extrativista. Para Gudynas (2012), trata-se do modelo de exploração adotado pelos governos progressistas da América Latina, e que tem como reminiscências em relação ao modelo conservador de extrativismo a apropriação da Natureza e as redes produtivas pouco diversificadas. As singularidades desse novo modelo ficam por conta do papel atribuído ao Estado como facilitador, da escala dos bens naturais extraídos (megaempreendimentos), das novas fontes de legitimação social e política, e da inserção subordinada desses países na nova divisão internacional do trabalho (GUDYNAS, 2012). Svampa (2019), por sua vez, utiliza o termo “neoextrativismo” como uma categoria analítica, por possuir um caráter mais descritivo e denunciativo em relação aos padrões de desenvolvimento e sobre o aprofundamento de uma lógica de espólio, de relações de poder e disputas assimétricas nos territórios. (FERRARI et al, 2023, p. 1).

Para estudiosos do tema, a era do neoextrativismo teve início nas primeiras décadas do século XXI, ou seja, já no início dos anos 2000. Com relação à mineração, e especialmente na América Latina, fica evidente esta guinada no período destacado, pois a exploração mineral neste período tem um crescimento exponencial de mais de 500%. No Brasil, entre 2001 e 2011, este aumento foi de 550%. A participação do setor da mineração no PIB nacional obteve um crescimento de 156%. Este período de grande expansão é chamado de *boom* das *commodities* (FERRARI et al, 2023).

Há uma ideologia que facilita esta ampliação das práticas extrativistas. Esta ideologia é o neoliberalismo, que atinge os Estados, as empresas e, até mesmo, a sociedade. Países progressistas como o Brasil se inspiram no desenvolvimentismo para praticar o neoextrativismo. Nestes tipos de pensamento, o que é comumente entendido por natureza, assim como os outros setores da sociedade, também deve ser produtivo. Efetua-se assim um pensamento de commoditização da natureza, além de uma lógica produtivista que busca extrair lucro financeiro baseado num discurso de eficiência.

Las lógicas territoriales de las corporaciones y las elites económicas se enmarcan en un paradigma economicista, el de la producción de *commodities*, que señala la importancia de transformar los espacios donde se encuentran los bienes naturales en territorios eficientes y productivos (SVAMPA, 2013, p.43)

A expansão do capital minerário no Brasil encontra na governança neoliberal um importante suporte para a sua reprodução. Se a (des)regulamentação dos poderes executivo e legislativo demonstram um convívio gradativo do Estado com o ideário neoliberal, no interior de alguns segmentos da sociedade civil organizada este cenário não é exceção. Mais do que a associação entre mercado e Estado, amplamente discutida pela literatura pertinente, a boa governança neoliberal também pressupõe a adesão da sociedade civil aos princípios de eficiência, concorrência e produtividade empresariais. (FERRARI et al, 2023, p. 4).

Com relação a essa lógica rentista, entre as questões que amparam as práticas de exploração neoextrativistas, os autores indicam que, embora uma grande quantidade de material bruto seja extraída nos territórios de exploração, a maior parte dos lucros não fica para estes lugares, nem sequer nos países onde são extraídos. O beneficiamento deste material não é feito no país de extração, e a comercialização dos produtos finais beneficiados fica a cargo do mercado externo. A redistribuição dos lucros dá-se numa lógica regressiva, sobrando muito pouco – quando comparado ao montante dos lucros – para os territórios explorados.

O certo é que a grande disponibilidade de recursos naturais que caracteriza as economias primário-exportadoras, particularmente quando se trata de minérios ou petróleo, tende a distorcer a estrutura econômica e a alocação de fatores produtivos, pois redistribui regressivamente a renda e concentra a riqueza em poucas mãos. (OJEDA, 2020).

Observa-se também uma contradição inerente à atividade mineradora. Esta contradição diz respeito ao enriquecimento e à redistribuição de renda, que acontece de forma desigual entre os principais sujeitos envolvidos: comunidade, Estado e empresa.

Autores observam que comumente os lugares onde é extraído um grande montante de minerais, que geram grande lucratividade às empresas, são, em muitos casos, lugares carentes e deficitários em vários setores de infraestrutura social. A esse fenômeno alguns autores chamam de “maldição dos recursos naturais” (SANTOS e MILANEZ SANTOS, 2013; OJEDA, 2020).

Um exemplo emblemático já citado nesta tese e recorrentemente referido em estudos sobre mineração é a cidade de Parauapebas, no Pará, local onde se localiza uma das mais produtivas jazidas da Vale do país. Com grande contribuição no PIB e arrecadando o alto valor do CFEM, Parauapebas possui um grande índice de pobreza – até mesmo o saneamento básico é escasso para a população. Para se ter uma ideia, 25% das pessoas ainda se abastecem com águas de nascentes ou poços, sem nenhum tratamento. Com uma grande empresa funcionando dentro de seu território, em 2020 apenas 14% da população era empregada formalmente (SILVA et al, 2020).

Os países ricos em recursos naturais, cujas economias são sustentadas prioritariamente em sua extração e exportação, encontram maiores dificuldades para se desenvolver. Parecem estar condenados ao subdesenvolvimento aqueles que são substancialmente dotados de algum ou alguns poucos produtos primários (...). Esses países estariam presos a uma lógica perversa conhecida na literatura especializada como “paradoxo da abundância” ou “maldição dos recursos naturais”. (OJEDA,2020).

Esses autores afirmam que um dos motivos que geram esta desigualdade com relação à redistribuição dos lucros auferidos é a subtributação da atividade minerária. Comparado aos lucros líquidos obtidos pela atividade, a quantidade que é arrecadada em *royalties* é muito pequena, praticamente irrelevante para as empresas. Outro problema está na gestão do Estado e na aplicação correta desses *royalties*:

O que já se sabe, como aponta Enriquez (2021), é que o setor minerário é subtributado, produz valores desiguais em termos de lucro líquido (em 2021, o lucro líquido da Vale foi R\$ 121 milhões, muito superior em relação às demais empresas brasileiras – ver Souza Silva, 2022), distribuição de dividendos e pagamento de juros e amortização. Por outro lado, o pagamento de *royalties* é, do ponto de vista da empresa, quase irrelevante. Neste sentido, é possível afirmar, por hipótese, que há, por parte do Estado brasileiro, uma baixa apropriação da renda mineral. (FERRARI et al, 2023, p. 7).

O neoextrativismo induz a economia brasileira à reprimarização, isto é, a depender economicamente de monoatividades focadas apenas na extração de recursos naturais. Não é uma inserção econômica elaborada, e por isso coloca o país numa posição subordinada no mercado internacional. Além dos ônus ligados aos danos socioambientais inerentes da atividade, estudiosos apontam que as atividades extrativistas, e aqui mais precisamente a mineração, não têm ofertado para o país e para os governos e populações locais um crescimento econômico de largo prazo (SANTOS e MILIANEZ, 2013).

Os países dependentes da exportação de recursos naturais ficam submetidos à volatilidade do mercado e ao preço das *commodities*, que são instáveis. Como são exclusivamente dependentes, suas economias ficam à mercê e na maior parte das vezes apresentam um baixo crescimento, quando não índices negativos. Comportamento diferente de países exportadores de produtos intensivos em tecnologia, que mostram maior dinamismo e elasticidade de renda, fazendo que ampliem seus mercados e tenham crescimento econômico.

A relação dos países do Sul Global nesta relação econômica é de submissão. Do Sul Global é retirada a matéria que será convertida em riqueza monetária, e aí também se depositam todos os restos e resíduos inerentes das atividades extrativistas. Essa situação é chamada pelos pesquisadores Henri Acselrad e Fernando Michelotti de *submissão ecológica*. Ocupamos, portanto, uma posição submissa na *nova divisão internacional ecológica do trabalho* (ACSELRAD e MICHELOTTI, 2024, p. 4).

Economicamente dependentes de atividades pouco refinadas, que geram, como no caso da mineração, inúmeros danos sociais e ambientais, e ainda, mal colocados em níveis de acumulação e redistribuição de riquezas, resta-lhes a “degradação da paisagem,

poluição atmosférica, contaminação hídrica, inchaço urbano, favelização e comprometimento da qualidade dos serviços públicos nas cidades” (SANTOS e MILANEZ, 2013, p. 35).

Esta relação econômica e ambiental desigual também é tratada pelo pesquisador James Rice em seus estudos sobre o que chama de “trocas ecológicas desiguais”. De acordo com o autor, existe uma troca desigual de energia, recursos naturais e resíduos advindos das atividades industriais e extrativistas entre países centrais e países periféricos. Enquanto os primeiros usufruem dos ônus em consumo de produtos e preservação ambiental, os segundos têm de lidar com a degradação ambiental, resíduos, danos sociais. Resultando em relações estruturalmente insustentáveis.

Ecological unequal exchange provides a framework for conceptualizing how the socioeconomic metabolism or material throughput of industrialized countries may negatively impact more marginalized countries in the global economy. It highlights the cross-national uneven flow of energy and natural resources reinforcing disparities in production and material consumption. This inequitable appropriation of natural capital shapes both per capita affluence and poverty across the divide between developed and developing societies. (...) This inequitable appropriation of natural capital shapes both per capita affluence and poverty across the divide between developed and developing societies. Economically and militarily powerful countries are advantageously situated within the world economy and appropriate a disproportionate share of both renewable and non-renewable natural resources as well as shift the environmental costs of their production-consumption-accumulation activities. This is not only complicit in driving increasing environmental demand overall but linked to the diminishing opportunities of LDCs to achieve socioeconomic stability and domestic ecological protection. The problem is neither wealth nor poverty alone but their complex interrelationship at the global level.<sup>98</sup> (RICE, 2007, p. 65).

Muitos países do Sul Global continuam a permitir o neoextrativismo, muitas vezes com o apoio de governos nacionais, mesmo quando estes são considerados mais progressistas (SANTOS e MILANEZ, 2013; GUDYNAS, 2009 e 2012) e vinculados a

---

<sup>98</sup> A troca ecológica desigual fornece uma estrutura para conceituar como o metabolismo socioeconômico ou o fluxo de materiais dos países industrializados pode impactar negativamente os países mais marginalizados na economia global. Ela destaca o fluxo transnacional desigual de energia e recursos naturais, reforçando as disparidades na produção e no consumo de materiais. Essa apropriação desigual do capital natural molda tanto a riqueza per capita quanto a pobreza na divisão entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. (...)

Essa apropriação desigual do capital natural molda tanto a riqueza per capita quanto a pobreza na divisão entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. Países economicamente e militarmente poderosos estão em posição vantajosa na economia mundial e se apropriam de uma parcela desproporcional de recursos naturais renováveis e não renováveis, além de transferir os custos ambientais de suas atividades de produção-consumo-acumulação. Isso não apenas contribui para o aumento da demanda ambiental em geral, mas também está ligado à diminuição das oportunidades dos países menos desenvolvidos (PMDs) de alcançar estabilidade socioeconômica e proteção ecológica interna. O problema não é apenas a riqueza ou a pobreza isoladamente, mas sua complexa inter-relação em nível global.  
Tradução própria.

causas sociais. Neste caso, a pauta neoliberal (e neoextrativista) se impõe mais fortemente. É sabido que cada vez mais estes recursos naturais estão se tornando bens escassos, o que faz com que a corrida das empresas mineradoras por localizar territórios ainda férteis neste aspecto seja ainda maior. Locais como Caeté – e toda a sua riqueza mineral forjada ao longo de milhares de anos – hoje são lugares de grande desejo de exploração destas empresas.

Muitas vezes o Estado acaba concedendo muito facilmente territórios tão importantes como a área do Morro Vermelho, uma reserva enorme de minério, onde pretende se instalar Apolo.

A exploração mineradora industrial moderna implica a extração em grande escala – e em um tempo muito curto – da maior quantidade possível de recursos minerais, recursos que se formaram em processos tectônicos de longuíssima duração. Atualmente, os locais de alta concentração mineral estão se esgotando. No entanto, os elevados preços do mercado mundial permitem que a exploração mineradora seja rentável mesmo em jazidas onde o mineral é escasso. (OJEDA, 2020, p.49)

Como demonstrado no primeiro capítulo, segundo levantamento do DNPM, Caeté possui grande reserva de minério de ouro, ouro e minério de ferro. Como também já foi dito, outras minas operadas pela Vale na região do Quadrilátero Ferrífero estão se exaurindo, como é o caso da mina de Gongo Soco, na cidade vizinha, Barão de Cocais, que está se preparando para o encerramento das atividades devido à escassez de minério. A região da Serra da Gandarela, onde se pretende instalar o projeto Apolo, de acordo com o movimento Águas do Gandarela, é a única região de serra preservada no Quadrilátero Ferrífero. Além do minério, possui outra riqueza muito importante para o futuro: uma enorme reserva hídrica subterrânea. A Serra da Gandarela goza na atualidade de um *status* de unicidade e preservação que a expõe e coloca em disputa.

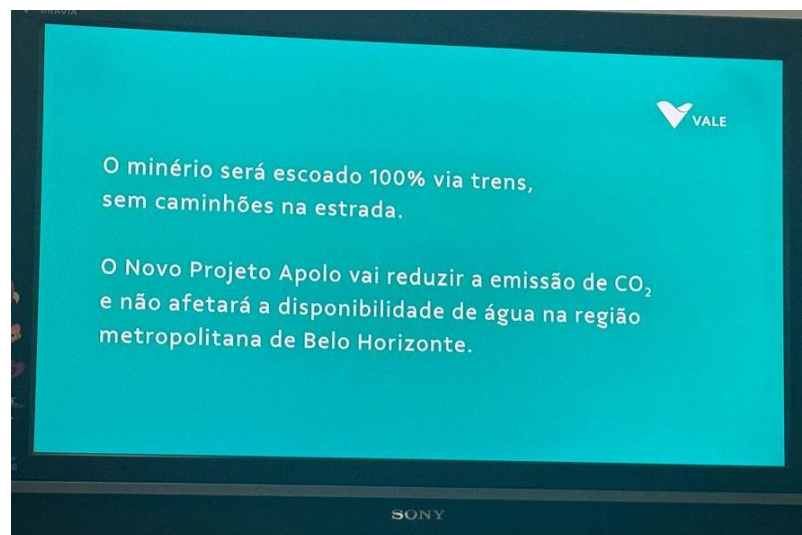
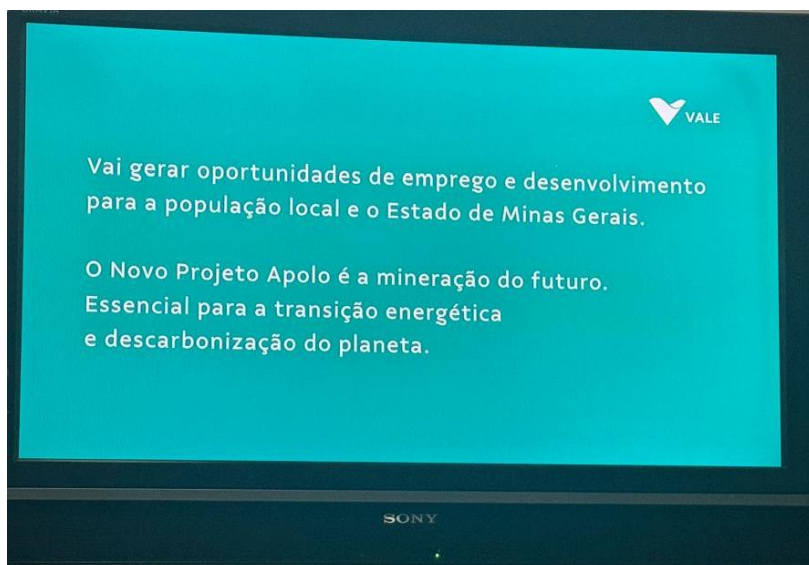
## **4.2 Mineração do Futuro**

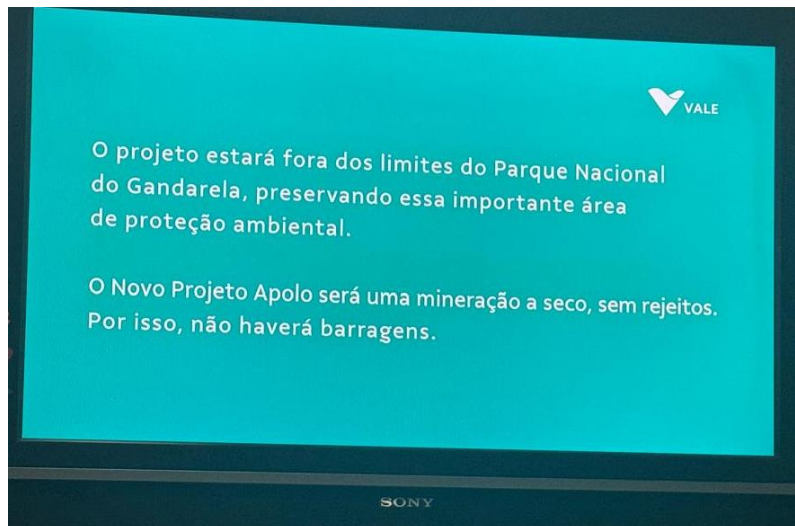
Como já demonstrado nesta tese, no caso do projeto Apolo, o futuro está sempre sendo acionado pela empresa. Neste caso, um futuro promissor, sem mazelas sociais e com respeito à natureza. Uma imagem de equilíbrio entre a exploração e a mitigação de danos é repassada e condensada na palavra sustentabilidade. Outras palavras e frases são utilizadas com frequência em materiais publicitários da empresa e no discurso de seus funcionários em campo, como: “novo projeto Apolo” e “mineração do futuro”. Todas

essas sentenças apontam para uma novidade, algo diferente daquilo que se conhece por mineração.

Eis o exemplo de uma propaganda de televisão divulgada pela Vale em diversos horários da programação televisiva uma semana antes das audiências públicas em Caeté e Santa Bárbara. Escolho essa publicidade como exemplo devido à sua ampla projeção e à capacidade de divulgação da versão da empresa sobre o projeto.

*Fotografia 22 - Propaganda da Vale na televisão.*





Fonte: Autoria própria.

Nesta propaganda, a empresa anuncia o seu projeto como algo novo e que se alia às discussões recentes sobre mudanças climáticas, que normalmente estão preocupadas com a qualidade de vida futura no planeta. O projeto de mineração se coloca neste mesmo lado do debate como um protetor, e não um agente deletério. Destaca a questão da descarbonização da atividade, sabendo ser a emissão de carbono uma pauta-chave nos debates sobre as mudanças climáticas.

Dessa forma, o que se percebe é a cooptação do discurso da crise climática pelo setor mineral. A construção de tal narrativa oferece um poder simbólico às mineradoras, uma vez que elas deixariam de ser vilãs climáticas e se mostrariam como aliadas de todos aqueles que combatem o aquecimento global. (MILANEZ, 2021, p. 7).

Com relação às emissões atmosféricas, cientistas indicam que é muito difícil falar numa mineração com geração de carbono zero, como tem propagado a Vale para o caso do Apolo. O funcionamento de uma planta de mineração requer muita energia, e os combustíveis fósseis fazem parte dessa conta. Assim, no momento da escavação do minério, um grande volume de energia é gasto, pois uma única retroescavadeira pode exigir de 250 a 400 litros de combustíveis por hora; uma pá carregadeira, de 60 a 100; e um caminhão fora da estrada, rodando apenas na planta, de 35 a 95 litros por hora (MILANEZ, 2019, p. 393). A quantidade de equipamentos desse porte funcionando numa planta de mineração é muito grande, todos eles emitindo gás carbônico. Isso tão só para as emissões diretas causadas, pois a atividade vai se complexificando em escoamento, beneficiamento e novamente redirecionamento ao mercado, aumentando consideravelmente suas emissões.

Além das emissões atmosféricas, deve-se considerar ainda a alteração na qualidade do ar local, gerada pela atividade, e a quantidade de material particulado que irá circular nos pneus de carros e caminhões saindo da mina em direção à cidade, contaminando o ambiente. Algumas cidades mineradoras de Minas Gerais chegam a ter o ar tão poluído quanto o de grandes centros urbanos, devido à quantidade de material particulado circulando no ar.<sup>99</sup>

A propaganda veiculada ressalta outra grande preocupação da população com o futuro: a escassez de água. A região do Gandarela é um grande reservatório de água para Belo Horizonte e região metropolitana. Como se sabe, na atividade mineral ocorre o rebaixamento de lençóis freáticos, e em Apolo não será diferente. Está previsto no RIMA o rebaixamento de lençóis e cursos d'água. Ainda assim, a mineradora garante que não ocorrerá afetação quanto à quantidade e à qualidade da água disponível para o futuro.

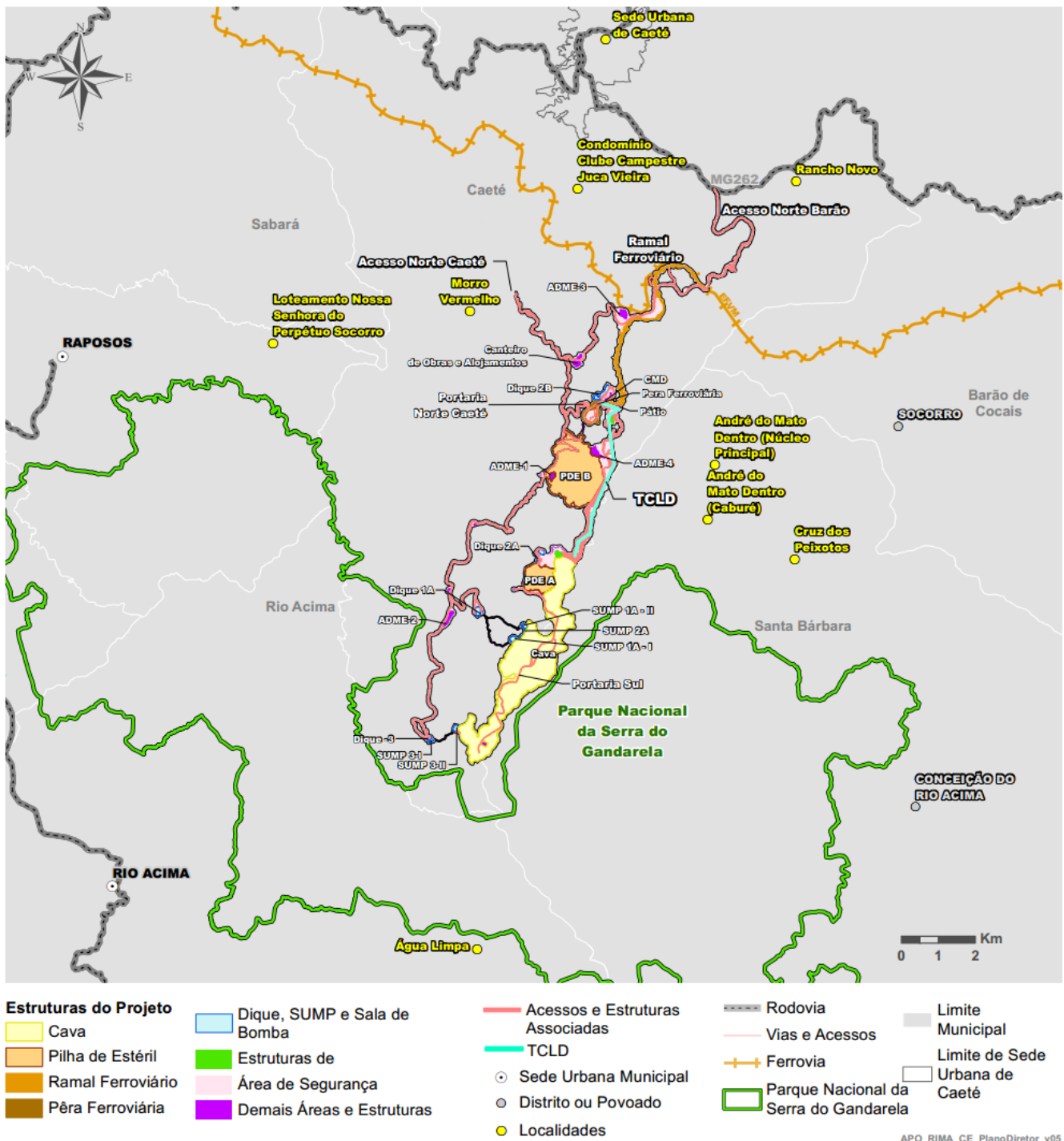
Para se distanciar do modelo de mineração já conhecido, e em certo nível até mesmo temido, devido a desastres e crimes socioambientais recentes, a mineradora esclarece que o modelo do futuro não terá barragens, afastando da população o temor de algum rompimento.

Ademais, garante que a atividade acontecerá fora da área do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Reconhece a importância dessa área de proteção ambiental, no entanto, não explicita que a cava da mineração estará situada numa área limítrofe ao parque, interferindo na vida da fauna e da flora ali presentes.

---

<sup>99</sup> Em outro estudo, Braga et al. (2007) concluíram que a poluição do ar em Itabira se equipararia à dos grandes centros urbanos. Estes autores identificaram que o aumento de 10 µg/m<sup>3</sup> de material particulado no ar aumentaria em 4% o número de atendimentos de crianças e adolescentes por doenças respiratórias. (MILANEZ, 2019, p. 394).

Figura 10 - Estrutura do projeto Apolo, distância da Cava para áreas limítrofes do Parque Nacional Serra do Gandarela.



Fonte: RIMA – Projeto Apolo.

Como assegura MILANEZ, 2021, “o setor mineral vive uma crise de reputação em escala mundial”. Está cada vez mais difícil para o setor conseguir a chamada Licença Social para Operar – LSO, que é uma aceitação pelas comunidades locais acerca das atividades das empresas. Trata-se de um aval informal, obtido através do diálogo e da

transmissão de um comportamento responsável<sup>100</sup>. É justamente essa licença social que a Vale busca com o discurso aqui exposto.

Um levantamento feito por uma consultoria especializada apontou que a LSO obteve nos últimos anos um lugar de grande importância, tornando-se o primeiro lugar em “risco de negócios para o setor de minas e metais”. Verifica-se a grande preocupação com desastres ambientais, devido a situações recentes e às mudanças climáticas (Consultoria EY, levantamento 2009-2021, in MILANEZ, 2021).

Por isso, neste informe televisivo propagado com intensidade, a Vale adota um discurso positivo sobre um futuro promissor, preocupada com o meio ambiente e a segurança da população. Autores denominam esse discurso de *greenwashing* ou “maquiagem verde” (AUCIELLO, 2019; MILANEZ, 2021). Os mesmos pesquisadores indicam que o termo mineração sustentável é uma contradição em si, pois, como se sabe, as atividades de extração mineral são, por natureza, intensivas em impactos sociais e ambientais (BENSON e KIRSCH, 2010, in MILANEZ, 2021).

O termo oxímoro significa uma expressão que é uma “contradição em termos”. Ele já foi usado, por exemplo, para se referir à ideia de “desenvolvimento sustentável” (Redclift, 2005). A mesma expressão foi usada por Kirsch (2010) para se referir à ideia de “mineração sustentável”. Segundo o autor, as mineradoras buscam cooptar o discurso de seus críticos de maneira sistemática, e utilizam o termo “sustentabilidade” para construir capital simbólico e para criar distinção positiva potencialmente traduzível em ganhos econômicos. (MILANEZ, 2021, p. 8).

Nesta linha de raciocínio, termos como “mineração do futuro” e “novo projeto Apolo” são também práticas de *greenwashing*, ou estratégias para se vincular a mineração a conceitos positivos, tecnológicos, futuristas. É, sim, uma estratégia para se desvincular da velha mineração, já conhecida e largamente criticada, especialmente nos últimos anos, devido a desastres ambientais e ao crescimento da discussão sobre mudanças climáticas. Ao insistir em termos como “futuro” e “novo”, a Vale tenta se apresentar como uma empresa repaginada, preocupada com as discussões sobre o futuro da humanidade e distante de práticas antigas que geraram graves danos ambientais e sociais, além do desgaste da imagem da empresa.

### 4.3 Discurso dos Ambientalistas

---

<sup>100</sup> Licença Social para Operar é um termo firmado pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais – ICMM. É um termo muito utilizado em pesquisas sobre mineração, utilizado como uma variável a se medir em diagnósticos sobre a aceitabilidade das empresas.

Além das sentenças “novo projeto Apolo” e “mineração do futuro”, apresentadas anteriormente, a mineradora se utiliza bastante de outro termo para se referir ao projeto Apolo. A elocução “novo conceito” também é presente nos diversos materiais informativos da Vale. Como, por exemplo, na matéria publicada no *site* da Vale em 2021, poucos meses após protocolar o pedido de licenciamento ambiental:

“Vale apresenta **novo conceito do Projeto Apolo**, agora sem barragem.”

(...)

A **nova proposta** é resultado de pesquisas e **evoluções nas práticas de engenharia para uma mineração mais segura e sustentável**. O **novo Projeto Apolo** está localizado entre os municípios de Caeté e Santa Bárbara e consiste na implantação de mina, usina e ramal ferroviário de 8 km para conexão à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)<sup>101</sup>.

Em diversos outros materiais de divulgação da Vale, a expressão “novo conceito” aparece:

**Figura 11 - Print de vídeo "Projeto Apolo - Um Novo Conceito."**



Fonte: Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ps8-r0RGLWw>>. Acessado em julho de 2024.

<sup>101</sup> Matéria disponível em: [https://vale.com/pt/w/vale-apresenta-novo-conceito-do-projeto-apolo-agora-sem-barragem#:~:text=O%20novo%20Projeto%20Apolo%20est%C3%A1,Vit%C3%B3ria%20a%20Mina s%20\(EFVM\)](https://vale.com/pt/w/vale-apresenta-novo-conceito-do-projeto-apolo-agora-sem-barragem#:~:text=O%20novo%20Projeto%20Apolo%20est%C3%A1,Vit%C3%B3ria%20a%20Mina s%20(EFVM)). Acessada em abril de 2025.

Figura 12 - Folder da Vale-Conheça o Projeto Apolo.

 **Vale informa**  
Caeté 26/06/23



### Conheça o Projeto Apolo

O Ponto de Informação Móvel está circulando em Caeté para apresentar o novo conceito do Projeto Apolo, agora mais seguro e sustentável, sem o uso de barragem.

De **26 a 28 de junho** a parada será na Praça Joaquim de Melo, no bairro São Geraldo, em frente à academia ao ar livre. Confira os horários de atendimento:

- **26/6 – 10h às 16h**
- **27/6 – 8h às 16h**
- **28/6 – 8h às 14h**



Praça Joaquim de Melo, bairro São Geraldo.

Tire suas dúvidas e saiba mais informações. Em caso de dúvidas, entre em contato com:

 Alô Vale: **0800 285 7000 (opção 5)**  
Andreia Costa (Relacionamento com Comunidades): **(31) 97159-7900**  
Saiba mais sobre a Vale em [www.vale.com](http://www.vale.com)  
Canal de Denúncias: **0800 821 5000**



Fonte: VALE.

Além dos materiais de divulgação, os termos “novo projeto Apolo” e “novo conceito” são frequentemente repetidos em campo pelos profissionais da Vale, restando clara a estratégia de fixar e propagar a ideia de um projeto diferente do que a população já conhece, algo inovador.

Os movimentos sociais contestam toda a ideia sustentada pela empresa de mineração sustentável e renovação nas práticas mineradoras, como, por exemplo, a preocupação com questões sociais, mitigação de danos ambientais, prática de uma extração menos predatória. Refutam que os princípios e conceitos da mineradora tenham mudado e também abordam isso em seus materiais de divulgação e nas falas de seus representantes. Eis trechos selecionados do material preparado pelo movimento Águas do Gandarela, em maio de 2024, em razão das audiências públicas realizadas naquele mês:

Figura 13 - Jornal Gandarela: Projeto Apolo a ameaça está de volta.

www.aguasdogandarela.org Minas Gerais - Quadrilátero Aquífero - Nº 5 - Maio/2024 Circulação Gratuita

O QUE A VALE NÃO DIZ... PÁG. 2

A IMPORTÂNCIA DA SERRA DO GANDARELA. Pág. 3

# PROJETO APOLO: A ameaça está de volta, maquiada de “novo conceito”

A ameaça à única serra intacta no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, onde fica Belo Horizonte e sua Região Metropolitana e onde moram quase 5 milhões de habitantes, está de volta. É a mesma há 17 anos: a ganância da Vale.

Em plena crise climática, com possibilidade de escassez ou colapso no acesso a água devido a alterações no regime de chuvas, e também pelo risco de centenas de barragens de rejeitos e pilhas que podem romper com chuvas intensas e concentradas, como no Rio Grande do Sul, a Vale só vê na Serra do Gandarela mais uma montanha de lucro a ser explodida, triturada e exportada nos vagões do trem.

A Vale, que se anuncia como de grande responsabilidade socioambiental, já tem uma grande dívida com esse território e sua população, ainda mais depois do rompimento das barragens de rejeitos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

O projeto Apolo de destruição da Serra do Gandarela volta maquiado de “novo conceito”, mas os impactos previstos ao meio ambiente, população, potencial turístico regional e Parque Nacional da Serra do Gandarela continuam enormes.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA) DO PROJETO APOLO (PÁG. 91)


Fonte: Jornal Gandarela, n.5, Maio/2024.

Figura 14 - Prejuízos para Caeté do Projeto Apolo.

O que o "novo conceito" da Vale representa para

## Caeté / Morro Vermelho

- Tráfego intenso e pesado.
- Aumento dos aluguéis e custo de vida.
- Alterações no nível de conforto dos caeteenses.
- Insegurança pública, aumento da criminalidade e sobrecarga nos serviços de saúde e habitação.
- Aumento da violência contra a mulher, prostituição infantil e adulta e gravidez precoce em Caeté, Morro Vermelho e Rancho Novo.
- Muita poeira, barulho e vibração em Morro Vermelho, Juca Vieira e Rancho Novo.
- Aumento de doenças respiratórias na população
- Risco à adutora que abastece parte de Caeté.
- Destruição da Serra do Gandarela e do maior aquífero no município.
- Desmatamento de mil hectares de mata preservada
- Restrições de acesso a cachoeiras, trilhas e mirantes e ao Parque Nacional.
- Pilha gigante a 4 km de Morro Vermelho.



Fonte: Jornal Gandarela, n.5, Maio/2024.

Figura 15 - Novo conceito?

NOVO CONCEITO?



Salve as Águas do Gandarela

Fonte: Jornal Gandarela, n.5, Maio/2024.

O que se apreende desses materiais elaborados pelo movimento social é que a experiência da mineração é devastadora e que não existe cidade ou território onde aconteça a mineração que não sejam impactados. Isso se reflete nas imagens selecionadas na última parte do informe; estas mostram uma barragem de mineração instalada a montante de uma cidade e o rio Doce, contaminado pelos rejeitos de minério após o desastre de Fundão. A ideia de que a mineração deixa muitos danos ao território também é reforçada no quadro “O que o ‘novo conceito’ representa para Caeté e Morro Vermelho”. Expõe-se uma série de decorrências resultantes da mineração, todas elas negativas.

Por fim, o movimento social afirma que não há qualquer novidade. Logo na primeira página do informe, o movimento assevera: “Projeto Apollo: a ameaça está de volta, maquiada de ‘novo conceito’”. Descreve uma ameaça que está de volta e que ronda a região há 17 anos. Do ponto de vista do movimento social, a proposta de mineração está em desalinho com as principais preocupações globais, como, por exemplo, as mudanças climáticas. Representa um passo em falso na busca de soluções para Caeté. A tentativa que volta a ameaçar a região da Serra do Gandarela não é nenhuma novidade, e sim uma velha conhecida.

Além dos materiais gráficos, a refutação do termo “novo conceito” é bastante presente no discurso dos ambientalistas, como se constatou na audiência pública de Caeté, onde por mais de uma vez foi questionado:

Quis trazer a questão do novo conceito, porque eu quero saber se é novo conceito colocar a mata primária de Mata Atlântica bem grudada a uma cava. Uma coisa raríssima, que é uma Mata Atlântica primária.

Teca. Audiência Pública

Esse é o novo conceito? Pra nós não há novo conceito. Ainda mais que em 2009 era uma situação, mas nós estamos em 2024, teve dois rompimentos logo agora, o último foi em 2019<sup>102</sup>. Temos muito mais situações de escassez e colapso de água, estamos aí com graves situações climáticas e eventos extremos, e aquela pilha (do projeto) não foi calculada para eventos extremos. Ou seja, são muitas situações graves. Pra nós, novo conceito é cuidar. Para que a gente consiga sobreviver, ter água, até mesmo para ter economia e empregos, porque senão não tem.

Teca. Audiência Pública.

Os ambientalistas apontam que crimes ambientais, como a subtração de Mata Atlântica primária e práticas ruins de mineração, a exemplo do acondicionamento do rejeito de minério em uma grande pilha (4 km) e do rebaixamento de lençol freático, entre

---

<sup>102</sup> Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), 2015. Rompimento da barragem de Córrego de Feijão, em Brumadinho (MG), 2019.

outras atividades previstas no projeto, não podem ser considerados como “novo conceito”; são práticas antigas de destruição e expropriação da natureza, tão largamente praticadas que já deixaram rastros de destruição por onde a atividade foi exercida. Os maiores e mais conhecidos desastres ambientais foram os rompimentos de barragem de Fundão, em Mariana (MG), e do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

#### **4.4 “Tem que Vigiar”: preocupações da população**

Enquanto isso, no tempo presente a vida em Morro Vermelho segue, já com uma significativa mudança causada pela estrada de asfalto, porém ainda sem os impactos previstos com a instalação da mina.

De acordo com os diálogos que tive em campo, a avaliação sobre a vida no presente não é negativa. O Morro é o principal refúgio dos moradores, caracterizado em uma fala como o ninho, um lugar de segurança onde se encontra paz e se está perto da família. Existem sim reclamações e pontos a serem melhorados, especialmente infraestruturais, bem como a questão do emprego, que é escasso no distrito e, a depender da especialização da pessoa, difícil até mesmo em Caeté. Não é um presente livre de críticas, mas sim um presente que acolhe, no qual a tranquilidade é um valor e onde se pode viver e transmitir os costumes e festas tradicionais.

A maior parte das pessoas com as quais conversei tem ponderações a fazer com relação à mineração. Ainda que boa parte delas deseje a vinda do projeto Apolo para Caeté, isto não se dá a qualquer custo. Muitos mencionaram a necessidade de uma atividade vigiada da prática mineradora, sem atividades que venham a comprometer a natureza e a qualidade de vida da população.

A gente já teve casos em relação à Vale mesmo de negligência. Então ela não é confiável. Esse caso mesmo de negligência da Vale, você vê também a parte de responsabilização que faltou também do poder público, de fiscalizar aquilo, de estar em cima. Não é porque uma empresa está trazendo recursos pra cidade, trazendo melhorias, que você tem que passar pano. Que você tem que deixar aqui acontecer “ah, deixa eles trabalhar pra lá”, não. Tem que ter um cuidado com a população. Então não é confiável, mas também tem que dar um voto. A população procurar saber mais sobre o que está acontecendo lá, porque por mais que a Vale seja dona dos terrenos em que ela vai mexer, acaba que qualquer erro e qualquer coisa que aconteça lá pode afetar toda a população, né?

Grazy.

\*

Eu sou muito a favor da mineração, mas com responsabilidade e fiscalização. Eu não acho que ela deve ficar soltinha por aí e fazer o que bem quer, não. Sabe? Quer vir, quer explorar, tá, vamos sentar e vamos ter fiscalização.

Fiscalização do poder público e também da sociedade, porque às vezes o poder público fiscaliza de acordo com os seus interesses, e a sociedade eu já acho que ela é mais neutra nessa questão, então eu acho que eu sou a favor, mas com fiscalização e responsabilidade social.

Adriana.

Outro exemplo dessa preocupação está na fala de Marinalva, também entrevistada e que encontrei por coincidência num supermercado da cidade. Perguntei-lhe “como estava a Vale lá no Morro”; ela me respondeu que tinham acabado a obra da estrada e acrescentou: “É, mas não é só isso não. A gente tem que vigiar, porque senão vão tentar tapar o sol com a peneira”. Com essa frase, Marinalva reafirma a preocupação dela em vigiar a execução do trabalho da empresa. Demonstra um conhecimento prévio de que, em muitos casos, “coisas erradas” acontecem e que não deseja isso para o Morro Vermelho.

Outro encontro ocasional aconteceu numa reunião convocada pelo Comitê do Rio das Velhas com produtores rurais da cidade. Estive presente representando meu pai, que é produtor rural. Lá, encontrei-me com uma amiga da família que tem o apelido de Preta e possui uma chácara perto da nossa, no distrito de Antônio dos Santos, lado oposto ao Morro Vermelho. Um senhor sentado à nossa frente comentou que o encontro iria demorar tanto quanto a audiência pública sobre o projeto Apolo. E aproveitando, logo emendou a pergunta: “Vocês são contra ou a favor do projeto?”. Não precisou nem que eu respondesse, a Preta já se adiantou e assim opinou: “Eu acho que tem que ter, mas não é assim não, simples não. Tem que vigiar, tem que ter responsabilidade. Porque se a gente não vigiar, depois não tem como reclamar, não. Não é só vir, não”. O senhor, que havia dito anteriormente que morava na Penha, outro distrito de Caeté, concordou com a Preta, mas disse que era a favor.

O que eu percebo como uma camada dessas falas é um conhecimento prévio de que a atividade minerária em outros lugares deixou rastros e impactos que a população não admite que ocorram em Caeté. Este conhecimento prévio se baseia nas notícias sobre os rompimentos ocorridos, mas também em histórias de parentes e conhecidos que já estiveram em cidades de mineração, principalmente as que estão próximas de Caeté. Muito se fala sobre histórias de prosperidade, mas também de mazelas.

Há a sensação de que estamos numa transação de risco e que Caeté, e especialmente o Morro Vermelho, corre riscos. Existe uma tensão nas falas entre o conceder e o fiscalizar. Não aceitam um aval irrestrito, mas sim uma permissão baseada

em acordos de responsabilidade com a natureza e com a comunidade, que deverão ser constantemente vigiados, a fim de que sejam cumpridos. As pessoas com as quais conversei revelam em suas falas uma preocupação de se vigiar cada etapa da execução dos trabalhos da mineradora no dia a dia, como se a relação de vigiar e fiscalizar a empresa pudesse acontecer de maneira direta e frontal pela comunidade, o que se sabe, muitas vezes não é possível.

Percebe-se a criação de uma espécie de dissonância cognitiva entre as pessoas com relação ao empreendimento, ao mesmo tempo que o desejam também têm medo e rejeitam. Essa dissonância cognitiva é resultado de uma mistura de informações, por um lado o trabalho da mineradora de aproximação e busca por licença social para operar, entre estratégias mais implícitas como as atividades de diálogo até as mais explícitas como falas na audiência pública e propagandas de televisão e por outro as informações que a população já tem sobre experiências não tão positivas ocorridas em outras localidades de mineração, os desastres recentes e até mesmo as falas dos ambientalistas. Essas situações se misturam nos desejos das pessoas criando sensações conflitantes de medo e desejo, o que estou chamando de dissonância cognitiva.

Sabe-se que existem órgãos responsáveis pela fiscalização das atividades minerárias, e as prefeituras também têm a responsabilidade de fiscalizar estas empresas. A vigília dos moradores é uma preocupação cidadã de cuidado pelo seu bem coletivo; um demonstrativo de zelo e ligação afetiva. No entanto, estando o poder local compactuado com a mineradora, seria a vigília de moradores suficiente para descobrir erros e, principalmente, capaz de para interferir com efetividade em impactos?

#### **4.5 Futuro**

Existe neste caso uma série de disputas sobre o futuro. Localizei três grupos principais envolvidos nessa disputa: a empresa, os moradores e os ambientalistas. Cada um deles fala a partir de lugares e vivências diferentes, por isso suas preocupações e ambições também são diferentes.

Ao falar de futuro estamos falando de temporalidades. E, claramente, da temporalidade dos moradores de Morro Vermelho, que apreciam a tranquilidade com que vivem não. Esta não é a mesma temporalidade de um representante da empresa, que mora numa metrópole e é constantemente pressionado a conseguir encaminhamento positivo

no processo de licenciamento do projeto. Tampouco é a temporalidade da empresa, uma multinacional baseada nos princípios de exploração, lucro e competitividade, entre outros valores contrapostos à tranquilidade.

O futuro é acelerado no *modus operandi* Vale; é rápido e escava não somente a natureza, mas também os modos de vida e o próprio passar do tempo das comunidades. Hoje, a temporalidade no Morro Vermelho é delicada, acontece no dia a dia em contato com seus moradores, todos conhecidos, no celebrar das festividades católicas, no cuidado com as roças e quintais. O tempo passa devagar, e não encontrei alguém do Morro Vermelho que disso reclamasse.

O tempo da mineradora é o tempo da máquina, o tempo do capitalismo, do mercado, do preço do minério e do ouro. É um tempo que está sempre com pressa, pois nada pode perder. E, claramente, esses dois tempos se chocam. O que pode vir com o encontro dessas duas temporalidades diferentes é o que povoa os imaginários sobre o futuro, tão presentes na mente e nos debates entre a população de Caeté, nos discursos prontos dos representantes das empresas e também do movimento social.

No estilo de vida propagado pela mineração há uma dubiedade. Se por um lado se vende um discurso de prosperidade e riqueza compartilhada, por outro, percebem-se nos lugares por onde a mineração passa os empobrecidos e, em alguns casos, até mesmo os favelizados. Ficou comprovado que o valor repassado para as cidades hospedeiras é muito baixo em face do lucro auferido. Restam para a cidade hospedeira não mais que 3% do total desfrutado pela mineradora<sup>103</sup>. Some-se a isso uma série de conflitos sociais que chegam para os lugares que recebem a mineração, como o inchaço populacional e o aumento da violência e insegurança para todos, mas especialmente para meninas e mulheres.

Estes impactos estão relacionados no RIMA do projeto, não são retóricas do movimento social. É um reconhecimento da Vale sobre os impactos que virão com a mineração. A insegurança não é um estado de espírito que se assemelha à prosperidade.

O estudo da atividade mineradora ou petrolífera ao redor do planeta evidencia inúmeros danos e destruições múltiplas e irreversíveis à Natureza. Além disso, são incontáveis as tragédias humanas e a destruição de potencialidades culturais dos povos. (OJEDA, 2020, p.49).

---

<sup>103</sup> “Segundo o Código Mineral atual, a arrecadação da CFEM é calculada como um percentual do faturamento líquido da empresa mineradora. A definição da alíquota depende do mineral, podendo variar entre 1% para o ouro, até 3% para minérios de alumínio, manganês, sal-gema e potássio (Brasil, 1990).” (MILANEZ, 2014).

É verdade que se lucra, que toneladas de minério são retiradas e muitas pessoas enriquecem com essa atividade. Mas a maior parte desse lucro vai para o exterior, onde a empresa possui sua sede e as principais contas bancárias. Os que lucram realmente também estão a milhares de quilômetros de Caeté, comandando esta e outras multinacionais pelo mundo afora. Para as comunidades, o potencial lucro auferido não compensa a cascata de danos que acompanham a atividade minerária.

Seria preciso somar os chamados custos ocultos, ambientais e sociais, incorporando, por exemplo, o valor econômico da contaminação. São perdas econômicas que normalmente não aparecem nos projetos e que acabam sendo transferidas à sociedade: (OJEDA,2020, p. 50).

Outra dubiedade está na locução “mineração do futuro”. Ressalta-se o acoplamento da atividade com o futuro, como se o futuro mantivesse uma interdependência com a atividade, enquanto o que vem sendo apontado pela maior parte dos cientistas é que esta atividade e outras predatórias da natureza têm sido as grandes responsáveis pelo colapso global que vivemos. Provocam danos sobre a qualidade de vida na Terra na atualidade e comprometem seriamente a capacidade de existência de formas de vida humanas e não humanas no futuro. Portanto, a mineração compromete o futuro e não “é” o futuro como as propagandas das mineradoras querem fazer parecer. Estes cientistas vinculam as práticas neoextrativistas às demais práticas da forma de vida capitalista que colaboraram para esta mudança de período geológico e social que tem sido chamado de Antropoceno.

Em consequência, é possível estabelecer uma relação entre neoextrativismo (como dinâmica de desenvolvimento dominante) e Antropoceno (como crítica a determinado modelo de modernidade) na hora de examinar suas consequências em escala mundial. Assim, a crise ecológica aparece intrinsecamente ligada à crise da modernidade. (SVAMPA, 2020, p.24).

O amanhã, como escreveu o intelectual indígena Ailton Krenak, não está à venda (KRENAK, 2020). Com esta frase, o que o autor quer dizer é que dificilmente os mesmos motivos que fizeram a qualidade de vida na Terra chegar ao ponto em que chegou irão funcionar como antídotos. O capitalismo, como o mesmo autor asseverou em outro livro, está em metástase, adoecido (KRENAK, 2022). Esta forma de viver sobre o mundo achase em colapso, levando consigo diversas formas de vida, inclusive a nossa. Talvez não seja possível reverter o Antropoceno, mas alguns autores, como Krenak, preferem pensar em outras formas de habitar a Terra, uma forma menos exploratória, que contribuiria para garantir uma vida mais sadia e por mais gerações (KRENAK, 2019).

Em consonância com os argumentos de Krenak, uma série de pesquisadores, entre eles (ACOSTA e BRAND,2018; GUDYNAS,2012; SVAMPA,2020; MARQUES,2018 etc.), vem apontando a necessidade de se superar o neoextrativismo como forma de apropriação da natureza, bem como todo o modelo econômico e social capitalista. Este grupo de pesquisadores tece severas críticas ao modelo de vida capitalista e demonstra como este tem colaborado tanto para o colapso ambiental vivido quanto para as desigualdades sociais. Ademais, elaborou conceitos para definir medidas ao capitalismo depredador, a exemplo de pós-extrativismo e decrescimento.

Além desses conceitos, eles também consideraram fases de transição pelas quais as sociedades deveriam passar para superar o capitalismo e construir outros modelos de sociedade – mais igualitárias socialmente e menos ofensivas à natureza. Conceitos como bem-viver e democracia ecológica radical são utilizados para sintetizar este novo modelo pós-capitalista.

A atual crise socioambiental vivida no Antropoceno, desencadeada pela ação tempestuosa de parte da humanidade sobre a Terra e todas suas formas de vida, é o ponto de partida que incentiva toda essa reflexão e tem colaborado para que obtenham mais eco os argumentos apontados pelos autores. Por ser um momento de preocupação global com o tema, há interesse em estratégias para a redução dos desastres em curso e já previstos. É necessária a noção de que a humanidade não é superior ao que chamamos de natureza, e sim uma parte desta.

Somos parte da teia da biosfera e dependemos imediatamente dela para viver. A natureza é o ponto de partida e de chegada de si mesma, pois é, em sua acepção etimológica, justamente natura, isto é, “ação de fazer nascer”. Não se pode fazer morrer o que faz nascer, apenas para que adquira a forma de mercadoria, de lucro e de lixo.

(...)

O fato simples, incontornável e insofismável que constitui nossa agenda é que ao homem contemporâneo não resta outra alternativa senão tentar o que parece hoje, e talvez mais que nunca, inverossímil, tentar superar o capitalismo, se por isso se entende superar, ao mesmo tempo, a engrenagem insana da acumulação e a miséria filosófica do antropocentrismo. Ou, em caso contrário, abandonar suas pretensões a fazer jus ao título de *Homo sapiens* e conformar-se com sua condição atual de *Homo exstinguens*.

(MARQUES,2018, p. 713).

Os conceitos de decrescimento e pós-extrativismo aparecem como propostas para reprogramar a sociedade capitalista e migrar para um novo estilo de sociedade. O termo decrescimento surgiu entre pesquisadores europeus e é proposto especialmente para países do Norte Global, países considerados desenvolvidos sob os parâmetros capitalistas

e com altos índices de consumo. Para estes países sugere-se que não mais persigam um crescimento econômico e que reduzam o ritmo da economia e a intensidade do consumo de seus habitantes.

Segundo Daly – economista com prêmio Nobel em Economia<sup>104</sup> –, a economia tem funcionado como uma “máquina idiota” (*idiot machine*), ou seja, como uma máquina que metaboliza os recursos naturais, os processa, esgota, descarta e contamina, e que deve extrair cada vez mais recursos para continuar funcionando. Esta é a lógica de acumulação do capitalismo. Se já existem muitas pessoas, sobretudo no Norte Global, cujas necessidades estão saturadas com cada vez mais bens materiais, qual o propósito disso?

John Maynard Keynes, outro economista notável, abordou este tema em 1930. Ele assegurava que chegaríamos ao limite absoluto de saturação, em termos de consumo, em 2030. Estas e outras reflexões acalentaram, especialmente no Norte Global, a urgência de se abrir espaço a uma economia de crescimento estacionário e, o quanto antes, ao decrescimento. (ACOSTA E BRAND, 2018, pgs 78-79).

Já o conceito de pós-extrativismo foi elaborado por pesquisadores e também por ativistas socioambientais, especialmente da América Latina, embora na atualidade já venha sendo utilizado para outros contextos do Sul Global. O conceito baseia sua proposta de mudança social na crítica ao extrativismo predatório em curso nestes países. Explica que o extrativismo é a matriz de graves problemas ambientais e sociais que estes países vivem. Difunde a ideia de que os países do Sul Global devem perseguir o ideal de sociedade dos países do Norte Global e buscar um crescimento econômico sem garantir a redistribuição correta, o que acarreta a continuidade e o aprofundamento de problemas sociais. Um ideal imitativo de sociedade que, ainda que seja perseguido, na prática não ocorre nessas sociedades.

A ilusão de repetir o padrão de crescimento econômico dos países industrializados – baseado em um altíssimo consumo de matéria-prima e energia e grande destruição ambiental – deve ser abandonada. O desenvolvimento imitativo não tem futuro. Deixa de ter sentido, então, a clássica ideia de uma relação direta e mecânica entre crescimento econômico e bem-estar social: o PIB perde seu *status* de indicador privilegiado. (OJEDA, 2020, p. 165).

Os defensores do pós-extrativismo entendem que para se romper com o modelo socioeconômico e ambiental vigente baseado nos princípios do neoextrativismo e do capitalismo, é necessário que haja mudanças em formas de transição. Estes pesquisadores chegaram a prever três grandes etapas de transição:

Como primeira fase, é necessário passar rapidamente de um “extrativismo depredador” para um “extrativismo sensato”, entendido como aquele em que

---

<sup>104</sup> Embora os autores afirmem, o economista Herman Daly, falecido em 2022, não chegou a ganhar o prêmio Nobel de Economia.

as normas sociais e ambientais são cabalmente cumpridas (...). Aqui há um sentido de urgência para deter os danos ambientais e a deterioração social. Além disso, essa condição permite reduzir drasticamente a dependência exportadora e recuperar a capacidade estatal para a regulação.

Em seguida, é necessário passar a um “extrativismo indispensável”, por meio do qual só permanecerão ativos os empreendimentos realmente essenciais para atender às necessidades nacionais regionais, ou seja, para assegurar a qualidade de vida das pessoas dentro do campo de sustentabilidade (OJEDA, 2020, p. 167).

\*

O debate latino-americano distingue três formas de extrativismo: “predatório”, que tem sido praticado na região; “sensato”, que respeitaria certos padrões ecológicos e sociais e seria colocado em prática na fase de transição pós-extrativista; e “indispensável”, em que os critérios que o definem são objeto de uma negociação social (Gudynas, 2011, pp. 67-9). No caso do extrativismo “indispensável”, não se trata realmente de extrativismo, mas de formas razoáveis de obtenção de recursos naturais, resultado de um consenso social e político. (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 111).

O objetivo é que tais sociedades caminhem cada vez mais para o bem-viver. Não há um modelo único a ser seguido; cada país, com suas diversas particularidades, construirá seu novo modelo de vida ideal, que deve estar aliado com princípios ambientais e sociais de preservação, convivência harmoniosa, igualdade etc.

Embora decrescimento e pós-extrativismo sejam conceitos criados para sociedades diferentes, pode-se dizer que eles têm princípios em comum, como a crítica do capitalismo e da sociedade de consumo, bem como estão mirando futuros parecidos: sobreviver socialmente num mundo que está cada vez mais em colapso devido às atividades humanas, especialmente as baseadas em princípios capitalistas.

São propostas que surgem num momento crítico em que grande parte da comunidade científica identifica o período de crise climática que afeta a sociedade – pauta de preocupação de diversos órgãos internacionais, governos de Estado e, mais timidamente, do setor privado.

De maneira análoga ao decrescimento, o pós-extrativismo não apenas critica a exploração de recursos naturais e os problemas socioeconômicos, políticos e ecológicos que acarreta, como sustenta que os processos atuais constituem modelos, conceitos e práticas de “desenvolvimento” que devem ser superados.

(...)

Assim, em certo sentido, o pós-extrativismo coincide com o pós-desenvolvimento (Escobar, 1995; Esteve, 1995; Ziai, 2007). Não é um rechaço geral a toda forma de utilização ou apropriação social dos recursos naturais, mas à dominação e à destruição da Natureza, à marginalização e à exploração dos seres humanos, assim como às estruturas sociais locais e regionais que, motivadas pelo mercado global capitalista, favorecem a apropriação. (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 108).

As propostas colocadas por esses conceitos buscam a guinada a uma sociedade diferente. Uma sociedade que interrompa processos de exploração da natureza, reveja a emissão de gases tóxicos e repense suas formas de consumo. Esta sociedade pode buscar referências em comunidades que já convivem de maneira muito mais harmoniosa, e muitas vezes são periferizadas, como as comunidades indígenas e tradicionais. Até mesmo pequenas comunidades rurais, como Morro Vermelho, têm muito a ensinar. Mas também pode e deve criar suas novas e autorais formas de estabelecer essa relação, de modo a garantir existência e resiliência nos novos tempos.

O sistema econômico capitalista triunfou porque se mostrou, de todos, o mais capaz de acumular riqueza, de criar excedente e de se expandir. Mas, justamente porque prima por essas qualidades, justamente porque essas qualidades o definem, esse sistema econômico é prisioneiro delas. Ele não tem a liberdade de se autolimitar. Dito de outra maneira, ele é incapaz de não destruir, em sua engrenagem acumulativa, a riqueza biológica de nosso planeta e os equilíbrios do sistema Terra que permitiram ao longo do Holoceno toda civilização. Hoje, a escolha é entre desmontar peça a peça essa engrenagem ou nos condenarmos a sofrer suas consequências, vale dizer, no melhor dos casos, nos condenarmos a condições de vida muito mais adversas que as que essa civilização da acumulação nos proporcionou.(MARQUES,2018, p.699).

A partir das chaves pós-extrativistas e pós-desenvolvimentistas, pensar numa solução neoextrativista como o projeto Apolo para uma comunidade como o Morro Vermelho em Caeté e, em uma escala mais ampla, até mesmo para o Estado de Minas Gerais ou para o país, não parece ser uma escolha voltada para o futuro. Pelo contrário, tem ares anacrônicos de escolhas antigas já efetivadas e que nos colocaram justamente no eixo que hoje se critica e se tenta contornar para encontrar saídas: da destruição do meio ambiente, da não distribuição de riquezas, da desigualdade social etc.

Todo o pensamento fundante do neoextrativismo está sendo criticado, mesmo que este ainda assedie localidades como a Serra do Gandarela e suas comunidades ao redor, como o Morro Vermelho. Devido à grande riqueza mineral preservada, esta via não contém a chave para um futuro próspero, como se tenta convencer os envolvidos com a mineradora.

## **Conclusão**

A Terra passa por um período em que muitas formas de vida estão sendo comprometidas, e até mesmo extintas. A vida humana também está com sua sobrevivência afetada e com possibilidade de se comprometer ainda mais. Antropoceno é o nome pelo qual a maior parte dos cientistas identifica este tempo, mas também pode ser definido como Capitaloceno, Plantatioceno, entre outros. Essas denominações variam a partir do enfoque que os cientistas querem dar para a causa central impulsionadora das mudanças que levaram a Terra ao ponto em que estamos. Trata-se de um período de múltiplas crises: climática, geológica, biológica, social etc.

O modo como a sociedade capitalista, que é a forma de sociedade mais expressiva no mundo, se desenvolveu, colaborou para vários abalos no equilíbrio da Terra. Como, por exemplo, a exploração e a extinção de várias formas de vida não humanas, que comumente chamamos de natureza. Essa exploração em excesso causou danos, alguns deles irreversíveis. Alguns exemplares dessa natureza explorada não são renováveis, como o petróleo e o minério – este último, tema a que esta tese dedicou especial atenção. A transformação de alguns desses itens em combustíveis também se tornou um grande óbice para a saúde e a proteção da Terra, pois a emissão de CO<sub>2</sub> através da queima de combustíveis fósseis é o principal contribuinte para o efeito estufa, ao lado do desmatamento praticado por vários empreendimentos capitalistas, como a mineração e o agronegócio. Viver na Terra sob situações de desigualdade social e emergência climática resulta em conjunturas que comprometem cada vez mais a qualidade de vida da humanidade.

Esta pesquisa questiona se a mineração em larga escala em Caeté, no distrito de Morro Vermelho, seria uma redenção, um caminho para a prosperidade financeira e social compartilhada, ou um trilhar por caminhos que outras cidades hospedeiras de mineração já percorreram, que se afastam de um ideal de prosperidade e provocam danos ambientais e sociais. Uma repetição também do próprio roteiro da mineração desde suas primeiras experiências em solo mineiro, principalmente em relação ao tipo de trabalho empregado e à tecnologia de extração.

Ao longo da tese essa questão da redenção ou da repetição do caminho trilhado foi o tempo todo tensionada, sendo apresentadas algumas das suas diversas facetas e possibilidades de análise. O primeiro capítulo, “Uma história sobre uma cidade e sobre a vida no planeta”, aborda a cidade de Caeté e o distrito de Morro Vermelho, no caso etnográfico focado: o projeto Apolo, um grande projeto de mineração em larga escala que ronda Caeté há mais de 16 anos, apresentando a cada vez investidas mais intensas, como as que vêm acontecendo nos últimos três anos, desde que a Vale protocolou um novo pedido de licenciamento ambiental para a exploração da área.

O dilema sobre a implementação da mineração já é colocado desde o primeiro momento. Trata-se de um dilema, pois as pessoas têm opiniões diversificadas e divergentes sobre o tema. Caeté, uma cidade ainda rica em minério e ouro, circundada por outras cidades aonde a mineração já vem atuando há muitos anos, desvela uma história de dependência relacionada a uma indústria de siderurgia que deixou de funcionar na cidade nos anos 1990, fato ainda não superado.

Morro Vermelho, o distrito mais antigo de Caeté, é reconhecido por suas celebrações tradicionais como a Cavalhada de Nossa Senhora de Nazareth, que acontece desde 1704, e por suas belezas naturais como diversas cachoeiras, especialmente a Cachoeira de Santo Antônio. No Morro Vermelho, como verifiquei em idas a campo e nas conversas com moradores, a tranquilidade é tida como um valor fundamental. O local é orgulhoso de suas tradições bem preservadas e do seu modo de vida tranquilo, onde é possível observar a paisagem e o passar das horas sem preocupações com segurança ou barulho (poluição sonora).

Destaca-se essa questão da tranquilidade como um valor, por considerar algo próprio do lugar, uma particularidade preciosa da vida que se vive hoje. Ao mesmo tempo, no Morro Vermelho falta infraestrutura – uma reclamação constante dos moradores. Inexistia uma estrada que levasse mais facilmente para Caeté e de lá até outros lugares. Essa estrada de asfalto foi construída entre 2023 e 2024 com recursos da Vale, mesmo ainda sem a licença ambiental para a instalação do seu projeto. No Morro Vermelho constatam-se recorrentes reclamações sobre empregabilidade, já que no distrito são pouquíssimos os postos de emprego.

Nesse sentido, a promessa sobre empregabilidade propagada pela Vale difunde esperanças entre os moradores de Morro Vermelho e Caeté. No final deste capítulo, aborda-se a Vale e seu projeto Apolo, repaginado após o rechaço de anos atrás e sobretudo

em face de novas leis ambientais sobre barragens, mas com as mesmas promessas para a população, amparadas no discurso do desenvolvimento econômico e na empregabilidade. Frisa-se que este tipo de discurso sobre prosperidade e salvação não é próprio apenas da Vale em Caeté, mas sim do processo de expansão de fronteiras de empreendimentos capitalistas, sendo muito comum em projetos de mineração em várias partes do mundo (TSING, 2004).

No segundo capítulo, “Antropoceno: um conceito em disputa um mundo em crise”, defende-se a posição da pesquisa junto a cientistas que vêm alertando sobre o Antropoceno e demonstrando, através de evidências científicas, a sua existência. A tese não está em um lugar neutro sobre isso. Assume que a Terra se acha num momento de transição de épocas geológicas e que este novo marco se estabelece com muitas crises, especialmente a climática, tornando as condições de vida, inclusive a humana, cada vez menos salubres. Resgatam-se as discussões em torno do termo e de qual seria a melhor terminologia, e se conclui tecendo considerações acerca do Morro Vermelho.

Mesmo que não conceitualizem e nomeiem de Antropoceno, os moradores do Morro Vermelho reconhecem que vivemos um momento marcado por graves crises. Observam as mudanças climáticas com muita preocupação e criticam a sociedade de consumo. A reciclagem aparece fortemente em seus discursos – a reciclagem convencional de objetos descartados após o consumo, mas não apenas essa, uma reciclagem no pensamento e nas atitudes diante deste novo período.

O terceiro capítulo, “A Promessa”, enfoca estratégias de construção de licença social para operar, costuradas internacionalmente pelas mineradoras em suas sedes internacionais, para serem aplicadas localmente nas comunidades de interesse. Evidencia-se como algumas dessas atividades têm se desenvolvido no Morro Vermelho através de várias estratégias de entrada, como reuniões individuais com lideranças comunitárias, oficinas em grupo para construções de planos de futuro, patrocínio financeiro de associações, financiamento de obras como a estrada de asfalto etc. Todas essas medidas não são exclusividade da Vale em Caeté; são, em realidade, estratégias aplicadas em diversas comunidades de interesse das mineradoras ao redor do mundo e fazem parte de uma série de passos estabelecidos em protocolos pelas empresas com o objetivo de obterem o consentimento das comunidades.

A segunda parte deste capítulo explora uma situação etnográfica de destaque em processos como esse: trata-se da Audiência Pública de apresentação do projeto.

Demonstra-se que a Vale adotou uma estratégia de presença massiva na audiência, levando vários funcionários, inclusive em micro-ônibus, muitos uniformizados com o uniforme verde da Vale, mas alguns deles não, misturados no meio da população, enchendo a quadra e o coro de palmas quando das falas da empresa. Representantes de associações do setor da mineração também estiveram presentes, fazendo discursos pró-empresa. Como contraponto nas falas, sobraram poucos moradores de Caeté e do movimento ambientalista em defesa da Serra do Gandarela.

Foi um evento onde predominaram vozes a favor do projeto, entretanto, as ponderações apresentadas pelos ambientalistas também causaram reações entre os participantes. Destaca-se uma assertiva sobre danos sociais e, em especial, sobre a prostituição de mulheres e meninas. Outra fala que gerou debate e se fez recorrente diz respeito à questão do rebaixamento do lençol freático e à proposta da Vale de reposição da água subtraída. Esta proposta foi muito questionada, e a empresa teve de se explicar mais de uma vez mediante diferentes profissionais destacados para isso.

Essa audiência foi anulada poucos meses após a sua realização, devido à Vale não ter respeitado ritos técnicos pré-acordados. Neste caso, a empresa não enviou o EIA/Rima para o ICMBio, órgão responsável pela gestão do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Mesmo anulada, essa audiência foi importante para se analisar as estratégias da Vale na tentativa de controle das narrativas sobre o projeto Apolo, deixando claro que tais estratégias ainda não construíram uma proposta livre de críticas e isenta de danos.

O quarto capítulo, “Neoextrativismo e Futuro: interdependência ou competitividade”, revela como o setor minerário têm mudado seu discurso nos últimos anos e tentado divulgar pautas que se preocupam com as mudanças climáticas e até mesmo com o Antropoceno. Expressões como mineração sustentável, produção zero de carbono e até mesmo mineração do futuro são algumas das mais utilizadas. Sabe-se que em toda a discussão sobre Antropoceno o futuro é um dos principais temas em jogo, e as mineradoras querem estar nesse futuro. Tais discursos não passam de estratégias sofisticadas.

Todo esse aparato de discurso ambientalmente sensível tem sido utilizado pela Vale em Caeté, que se apresenta mais moderna, com um “Apolo novo conceito” e discursivamente preocupada com questões ambientais. Enquanto ambientalistas questionam essa versão zero carbono da Vale, moradores da cidade se colocam na posição

de vigiar, revelando que não existe uma confiança plena na mineradora, embora não rejeitem completamente o projeto.

Muito se fica no campo de promessas, dúvidas e objeções, mas todas elas sustentadas e disputadas no universo do discurso, que pode muitas vezes ser etéreo. Embora isso possa ter sido um desafio da pesquisa, ainda é uma evidência interessante de ser observada, pois mesmo que a mineradora se infiltre na cidade através de diversas ações, ainda não há garantias de que o projeto conseguirá as licenças ambientais necessárias para a sua instalação e operação. Essa história ainda está acontecendo e está sendo disputada, não existindo por ora uma versão da história vencedora.

Neste trabalho, a partir de uma situação etnográfica que me é próxima, pude explorar temas de preocupação e interesse global, como o Antropoceno e o neoextrativismo. A história do projeto Apolo, ao tempo que é particular a Caeté, articula-se a histórias semelhantes ocorridas em cidades vizinhas, bem como em outros estados e países. As atitudes da mineradora não se restringem a uma ação específica em Caeté, mas decorrem de protocolos pensados internacionalmente para convencimento e construção de relações com as comunidades, a fim de conseguir um terreno pacífico para o desenvolvimento de suas atividades.

Tratou-se a mineração como uma atividade global que repete padrões de exploração globais, com o objetivo de gerar lucros, nem sempre bem divididos entre as partes envolvidas no empreendimento. Neste momento em que o futuro de Caeté e do Morro Vermelho está sendo debatido, na possibilidade de estar entrelaçado a uma atividade de mineração de grande escala, apresentaram-se lados a se considerar, estimando que a cidade esteja, no futuro, próspera como se espera e saudável em suas dimensões ambientais e sociais. Que essa busca pelo futuro seja crítica em relação a soluções grandiosas que vêm de fora com ares de novidade, mas em verdade propondo roteiros já muito conhecidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto e BRAND, Ulrich. **Pós extrativismo e descrescimento: Saídas do labirinto capitalista**. Editora Elefante, 2018.

ACSELRAD, H., MICHELOTTI, F., & RBEUR, C. E. (2024). **Neoextrativismo: entre critérios quantitativos e qualitativos**. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 26(1). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202430>

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade**. Editora Elefante. Edição do Kindle, 2020.

ANTONELLI, Mirta A. e SVAMPA, Maristela. **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales** . Buenos Aires: Biblos, 2009.

ANTONELLI, Mirta. **Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura: La gestión del paradigma hegemónico de la “minería responsable y el desarrollo sustentable”**. In ANTONELLI e SVAMPA, 2009.

AUCIELLO, B. H. (2019). **A just(ice) transition is a post-extractive transition: centering the extractive frontier in climate justice**. London: War on Want; London Mining Network.

BENSON, P., e Kirsch, S. (2010). **Capitalism and the Politics of Resignation**. *Current anthropology*, 51(4), 459-486.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI**. Rio de Janeiro, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. **O Clima da História: quatro teses**. Revista Sopro, nº 91. Editora Cultura e Barbarie, 2013. Tradução. Denise Bottmann, Fernanda Ligocky, Diego Ambrosini, Pedro Novaes, Cristiano Rodrigues, Lucas Santos, Regina Félix e Leandro Durazzo. Disponível em : <https://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf> Acessado em janeiro de 2024.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2009), **“The climate of history: Four theses”**. In. *Critical Inquiry* (vol. 35, núm. 2). The University of Chicago, 2009. Disponível em : <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/596640> . Acessada em janeiro de 2024.

com ou [info@icmm.com](mailto:info@icmm.com) Acesso em: 10 ago. 2014.

CRUTZEN, P. & STOERMER, E. 2000. “**The ‘Anthropocene’**”. IGBP Newsletter, nº 41, 2000, p.17-18.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro/ISA, 2014.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antropo-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 95-117, 2018.

**dos rituais** . Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001. (Versão Preliminar). Publicado por ESMAP e pelo Banco Mundial, Washington,

\_\_\_\_\_, Marisol; HINER, Hillary. **Conocer para aprender y no para dominar**. Una entrevista con Marisol de la Cadena. Cuadernos de Teoría Social,6 (12): 162-182, 2020.

DESCOLA, Philippe. **Más allá de la naturaleza y la cultura**. Buenos Aires. Amorrortu. 2012

DUARTE, R. H. “**Serra da Piedade, Quadrilátero Ferrífero, MG. Da lenda do Sabarabuçu ao patrimônio histórico, geológico, paisagístico e religioso**”. Azevedo, Úrsula; Renger, Friedrich Ewald; Noce, Carlos; Machado, Maria Márcia (2009). **Publicação da SIGEP – Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Disponível em: <<https://sigep.eco.br/sitio129/sitio129.pdf>>. Acessado em novembro de 2023.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes**. Bogotá: Envion Editores 2010, Tradução: Eduardo Restrepo.

Estados Unidos e ICMM, Londres, Reino Unido, 2005. Disponível em: [www.icmm](http://www.icmm.com).

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial** Ubu Editora. Edição do Kindle. 2022. 320 p.

FERRARI, Junia; FONTES, Renato, CARNEIRO, Karine; MICHELOTTI, Fernando; SILVA, Gillad Souza. **Neoextrativismo em territórios minerados**. XX ENANPUR, Belém, 2023.

GAZINELLI, Gustavo Tostes. **Imposição de riscos e estado do licenciamento das Minas Gerais**. Revista Territorium, n.28(I), 2021. Riscos, ISSN: 0872-8941.

GIFFONI PINTO, Raquel. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**.

GUDYNAS, E. **O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões**. In P. Léna & E. Pinheiro do Nascimento (Eds.), **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade** (pp. 303-318). Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012,b.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**. In CAAP & CLAES (Eds.), **Extractivismo, política y sociedad** (pp. 187-225). Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Estado compensador y nuevos extractivismos**. Nueva Sociedad, 237, 128-146. 2012 a

HOUDART, Sophie. **Humanos e Não Humanos na Antropologia**. Revista Ilha. V.17, n.2, p.13-29, ago/dez 2015.

ICMM, ESMAP, Banco Mundial. **Desenvolvimento em comunidades por Toolkit**

KARERA, Axelle. 2019. **Blackness and the Pitfalls of Anthropocene Ethics**. Critical Philosophy of Race, 7(1): 32-56.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das letras, Edição do Kindle, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Companhia das Letras. Edição do Kindle. 2022. 128 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, Edição do Kindle, 2019.

LATOURE, Bruno. **Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno**.

LIBOIRON, M. **Recycling as a Crisis of Meaning**, *eTOPIA: Canadian Journal of Cultural Studies*, Spring 2010.

LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. p. 179-219. São Paulo: Cortez. 2002.

LOVELOCK, James. **Gaia: A new look at life on Earth**. (1979). Editora: Oxford University Press, USA; Illustrated edictio. 176 pgs. 2016.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental** (Portuguese Edition) (p. 4). SciELO - Editora da Unicamp. Edição do Kindle, 2018.

MILANEZ, Bruno. **Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil**. Cadernos Diálogo dos Povos, 2021.

MILANEZ, Bruno. **Mineração e Impactos Ambientais : As cores de um país mega-minerador**. In. Movimentos Socioambientais: Lutas, avanços, conquistas, retrocessos, esperanças. Org. Joseph S. Weiss. 1 ed. Revista Xapuri Socioambiental. Formosa, Goiás, 442 pgs. 2019.

MOORE, Jason W.; XERXENESKY, Antônio; SILVA, Fernando Silva e. **Antropoceno ou Capitaloceno?: Natureza, história e a crise do capitalismo** (Portuguese Edition) (p. 154). Editora Elefante. Edição do Kindle, 2022.

OJEDA, Igor. **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento** (Portuguese Edition). Editora Elefante. Edição do Kindle, 2020.

PEIRANO, Mariza (org). **O dito e o feito: Ensaio de antropologia**

PEIRANO, Mariza. **Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PETRONIO, Rodrigo. **Gaia, Antropoceno e natureza: três conceitos para compreender a transição em curso**. Conferência ministrada no Ciclo de Estudos A (in)existência de um mundo comum. Pensamento vivo e mudanças possíveis à luz de Bruno Latour, realizado pelo Instituto Humanitas Unisomos – IHU, em agosto de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/611609-gaia-antropoceno-e-natureza-tres-conceitos-para-compreender-a-transicao-em-curso-entrevista-especial-com-rodrigo-petronio> (transcrição do vídeo). <https://www.youtube.com/watch?v=XXCuh5jvP4I> (vídeo). Acessado em maio de 2023

PORTO, Cecília B. A. **Os Carijós da antiga comarca de Vila Rica: Contribuições Históricas, Etno-Históricas e Arqueológicas**. Artigo apresentado para o XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG. 2012, Mariana, Minas Gerais.

POVINELLE, Elizabeth. **Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio**. Editora Ubu, 304 pgs. 2023. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 57, n. 1, 2014. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

RICE, James. **Ecological Unequal Exchange: Consumption, Equity, and Unsustainable Structural Relationships within the Global Economy**. International Journal of Comparative Sociology, 2007.

SAFE, Simone; FAQUINELI, Raquel e PEREIRA COSTA, Stael (2013). “O caráter único de Morro Vermelho na região metropolitana de Belo Horizonte”. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/O-car%C3%A1ter-%C3%BAnico-de-Morro-Vermelho-na-RMBH.pdf>. Acessado em novembro de 2023.

SALLES PEREIRA DOS SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. **NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, n. 19, 10 Dez 2013 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>. Acesso em: 25 jun 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos – modos e significados**. INCTI, Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, Daniel Nogueira; OLIVEIRA, Antônia Larissa; MENDES, Emílio Campos. **Pobreza e saneamento básico uma análise para municípios minerados do Pará. Revista Mundo e Desenvolvimento, v. 3 n. 4 (2020): Dossiê Amazônia: crise ambiental e perspectivas de desenvolvimento nacional e sustentável, 2020.**

SOUZA, Carolina Herrmann Coelho de. **O espaço da resistência na Serra do Gandarela: instrumentos contraposições e a necessária utopia**. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 2015.

SVAMPA, Maristela. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración em América Latina**. Revista Nueva Sociedad No 244, marzo-abril de 2013.

SVAMPA, Maristella . **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências** (Portuguese Edition). Editora Elefante. Edição do Kindle. 2020

Tsing, A. (2004) **Friction: An Ethnography of Global Connection**. Princeton University Press, Princeton, NJ.

ULLOA, Astrid, “**Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica?**”. *Desacatos. CambioClimático y Antropoceno*, México, n. 54, 2017.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **O Astro do Tempo e o fim da Era: a crise ecológica e a arte de assuntar entre os quilombolas do Alto Sertão da Bahia**. *Revista ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I Vol. 03 - Ano 02 / Agosto de 2015 / ISSN 2359-4705*.

WHYTE, Kyle Powys. 2017. “**Our ancestors’ dystopia now: indigenous conservation and the Anthropocene**”. In HEISE, U. K.; CHRISTENSEN, J.; NIEMANN, M. (eds.) *The Routledge Companion to the Environmental Humanities*. New York: Routledge. pp. 206-15.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A Matemática da gestão e a alma lameada: crítica à mediação em licenciamentos e desastres na mineração** [Recurso eletrônico]./Marcos Cristiano Zucarelli. - Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021. 7900kb – 348p.